

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA

ELIANE ANTUNES SANTANA

CENSURA EM FOCO: o cerceamento da literatura na atualidade

GOIÂNIA

2024



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio do Repositório Institucional (RI/UFG), regulamentado pela Resolução CEPEC no 1240/2014, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei no 9.610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo dos Trabalhos de Conclusão dos Cursos de Graduação disponibilizado no RI/UFG é de responsabilidade exclusiva dos autores. Ao encaminhar(em) o produto final, o(s) autor(a)(es)(as) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação (TCCG)

Nome(s) completo(s) do(a)(s) autor(a)(es)(as): Eliane Antunes Santana

Título do trabalho: Censura em foco: o cerceamento da literatura na atualidade

2. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador) Concorda com a liberação total do documento

[x] SIM [] NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante: a) consulta ao(à)(s) autor(a)(es)(as) e ao(à) orientador(a); b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo do TCCG. O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro.

Obs.: Este termo deve ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Camila Alves De Melo, Professora do Magistério Superior**, em 18/01/2024, às 18:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Eliane Antunes Santana, Discente**, em 18/01/2024, às 19:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4324523** e o código CRC **AFEB93A4**.

ELIANE ANTUNES SANTANA

CENSURA EM FOCO: o cerceamento da literatura na atualidade

Trabalho de conclusão de curso apresentado no curso de Biblioteconomia da Faculdade Informação e Comunicação da Universidade Federal de Goiás, para graduação em Biblioteconomia.

Orientadora: Profa. Dra. Camila Alves de Melo

GOIÂNIA

2024

Santana, Eliane Antunes

CENSURA EM FOCO [manuscrito] : o
cerceamento da literatura na atualidade / Eliane Antunes
Santana. - 2024.

XICV, 149 f.: il.

Orientador: Profa. Dra. Camila Alves de Melo.
Trabalho de Conclusão de Curso
(Graduação) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de
Informação e Comunicação (FIC), Biblioteconomia, Goiânia,
2024.

Apêndice.

Inclui siglas, tabelas, lista de figuras, lista de tabelas.

1. Censura de livros. 2. Censura na
atualidade. 3. Notícias. 4. cerceamento. I. Melo, Camila
Alves de. Orient. II. Título.

CDU 02



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos dezoito dias do mês de janeiro do ano de 2024 iniciou-se a sessão pública de defesa do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado “Censura em foco: o cerceamento da literatura na atualidade”, de autoria de Eliane Antunes Santana, do curso de Biblioteconomia, da Faculdade de Informação e Comunicação da UFG. Os trabalhos foram instalados pela Profa. Dra. Camila Alves de Melo (FIC/UFG) com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Profa. Dra. Andréa Pereira dos Santos (FIC/UFG). Após a apresentação, a banca examinadora realizou a arguição do(a) estudante. Posteriormente, de forma reservada, a Banca deliberou pela aprovação do TCC.

Proclamados os resultados, os trabalhos foram encerrados e, para constar, lavrou-se a presente ata que segue assinada pelos Membros da Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Camila Alves De Melo, Professora do Magistério Superior**, em 18/01/2024, às 09:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Andrea Pereira Dos Santos, Professora do Magistério Superior**, em 18/01/2024, às 12:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4322657** e o código CRC **42078FB7**.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente aos meus pais *Jorge Pereira de Santana* e *Kezia Antunes Barbosa Santana*, que foram o meu alicerce para chegar até aqui, e os meus maiores incentivadores na graduação.

Ao meu irmão *Eliel Antunes Santana*, a minha cunhada *Andressa Ferreira da Silva* e ao meu sobrinho *Davi Ferreira Santana* que me trouxeram alegria nos momentos de cansaço e desânimo.

Ao meu digníssimo amor, *Gabriel Gomes Vitalino*, que se mostrou nesse período ser o meu melhor amigo e companheiro. Partilhando comigo os momentos de alegrias e tristezas, altos e baixos e acima de tudo, compartilhando momentos que me fizeram fugir da rotina de salas de aulas e trabalho.

A minha prima *Kelly Antunes Cotrim* que sempre me incentivou e mostrou que o caminho acadêmico era possível.

A minha orientadora Dra. *Camila Alves de Melo*, pela dedicação, paciência e cuidado nos momentos de monitoria.

A todos os professores da biblioteconomia, pelos ensinamentos, dedicação e por ser o melhor corpo docente que a UFG pode oferecer.

E, por fim, a Universidade Federal de Goiás pela oportunidade e experiência vivida ao longo desses quatro anos.

*“Posso não concordar com nenhuma das palavras que você me
disser, mas defenderei até a morte o direito de você dizê-las”*

Voltaire

RESUMO

Aborda a censura de livros no contexto brasileiro, buscando compreender as novas formas de censura na atualidade. Realizou a verificação do estado da produção bibliográfica da área de Biblioteconomia e Ciência da Informação sobre a censura de livros, constatando que, no Brasil, as produções científicas centram-se nos momentos de maior repressão e autoritarismo, tanto durante a Era Vargas quanto no período da Ditadura Militar. Trabalhos que discutem a censura na atualidade são poucos, o que aponta a relevância do estudo. Os métodos utilizados para coleta e análise de dados orientaram-se a partir da busca por notícias relacionadas à censura em jornais eletrônicos entre as datas de 2010 a 2023, selecionando uma notícia para cada ano do intervalo. Identificou-se que as motivações são as mais diversas e o caráter para o cerceamento efetuou-se principalmente por motivos morais e políticos. Ressalta que o cerceamento de livros pode ter um impacto significativo na educação, limitando o acesso a informações, essenciais para o desenvolvimento crítico e a formação de uma sociedade informada. Conclui que o cerceamento de livros proporciona importantes lições e reflexões sobre a sociedade, a liberdade de expressão e os desafios enfrentados na preservação do acesso à informação.

Palavras-Chave: Censura de livros; Censura na atualidade; Notícias; Cerceamento.

ABSTRACT

It addresses book censorship in the Brazilian context, seeking to understand the new forms of censorship today. It carried out a check on the state of bibliographic production in the area of Library Science and Information Science on book censorship, noting that, in Brazil, scientific productions are centered on moments of greater repression and authoritarianism, both during the Vargas Era and in the period of the Military Dictatorship. There are few studies that discuss censorship today, which highlights the relevance of the study. The methods used for data collection and analysis were guided by the search for news related to censorship in electronic newspapers from 2010 to 2023, selecting one piece of news for each year in the interval. It was identified that the motivations are the most diverse and the nature of the restriction was carried out mainly for moral and political reasons. It highlights that restricting books can have a significant impact on education, limiting access to essential information for critical development and the formation of an informed society. We conclude that the restriction of books provides important lessons and reflections on society, freedom of expression and the challenges faced in preserving access to information.

Keywords: Book censorship; Censorship today; News; Restriction.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Transcrição da ata ordenando a queima de livros em Salvador	31
Figura 2 - Artistas protestam contra a ditadura militar em fevereiro de 1968	34
Figura 3 - Livros com plástico preto na Bienal do Livro em protesto a tentativa de censura	37
Figura 4 - Biblioteca de Alexandria	41
Figura 5 - Index Librorum Prohibitorum durante o papado de Bento XIV (1758)	42
Figura 6 - Reunidas na praça da ópera em Berlim, multidões de estudantes e membros das tropas de assalto queimam livros considerados "não-alemães" pelos nazistas	46
Figura 7 - Visão geral acerca dos tipos de amostragem	45
Figura 8 - Trechos preconceituosos retirados da obra Caçadas de Pedrinho	53
Figura 9 - Do lado esquerdo, a primeira página do cordel original; à direita, o mesmo trecho com modificações	60
Figura 10 - Caso de censura do livro Meninos sem pátria na página Alerta Ipanema, no Facebook	68
Figura 11 - Requerimento protocolado pelo vereador Clayton Silva	70

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Notícias recuperadas	46
Quadro 2 - Síntese das classificações da pesquisa	48
Quadro 3 - Fonte de Coleta de Dados	50
Quadro 4 - Relação de títulos riscada do Programa Remição em Rede	72
Quadro 5 - Síntese da análise das notícias	78
Quadro 6 - Síntese das obras por caráter censório	81
Quadro 7 - Motivações para o cerceamento das obras literárias	81

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABL	Academia Brasileira de Letras
AI-5	Ato Institucional nº5
ANEL	Associação Nacional dos Editores de Livros
BRAPCI	Acervo de Publicações Brasileiras em Ciência da Informação
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBL	Câmara Brasileira do Livro
CEDEM	Centro de Documentação e Memória da UNESP
CI	Ciência da informação
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNIRC	Centro Nacional de Informação e Referência da Cultura Negra
DCDP	Departamento de Censura de Diversões Públicas
DNPDC	Departamento Nacional de Propaganda e Difusão Cultural
DPF	Departamento de Polícia Federal
EJAAC	Espaço Jovem Alexandre Araújo Chaves
FCP	Fundação Cultural Palmares
FIC	Faculdade de Informação e Comunicação
FUNAP	Fundação Estadual de Amparo ao Trabalhador Preso
GIFE	Grupo de Institutos, Fundações e Empresas
IFLA	Federação Internacional de Associações e Instituições de Bibliotecas
INL	Instituto Nacional do Livro
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social
MEC	Ministério da Educação
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
PT	Partido dos Trabalhadores
RNBC	Rede Nacional de Bibliotecas Comunitárias
SEMED	Secretaria Municipal de Educação de Dourados
STF	Supremo Tribunal Federal
UFG	Universidade Federal de Goiás
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UNIRV	Universidade de Rio Verde

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
1.1 JUSTIFICATIVA E DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA	18
1.2 OBJETIVOS	20
1.2.1 Objetivo geral	20
1.2.2 Objetivos específicos	20
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: CENSURA EM FOCO	22
2.1 O CONCEITO DE CENSURA	22
2.1.1 Censura Clássica.....	25
2.1.2 Censura Pós-Publicação	26
2.2 CONTEXTO HISTÓRICO DA CENSURA NO BRASIL	27
2.2.1 Período Colonial e Imperialista.....	28
2.2.2 Era Vargas (1930-1945).....	29
2.2.3 Ditadura Militar (1964-1985).....	32
2.2.4 Sombras da censura na atualidade.....	35
2.3. O LIVRO COMO OBJETO DE PERSEGUIÇÃO	38
3 METODOLOGIA	44
3.1 DELIMITAÇÃO DO CAMPO DE PESQUISA	44
3.2 UNIVERSO E AMOSTRA	45
3.3 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA	47
3.4 INSTRUMENTOS E TÉCNICAS DE COLETA DOS DADOS.....	49
3.5 ETAPAS DA PESQUISA	50
4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS	51
4.1 ANÁLISES DAS NOTÍCIAS	51
4.1.1 Conselho de Educação quer banir livro de Monteiro Lobato das escolas - 2010.....	51
4.1.2 Proibição de biografias leva editoras ao supremo - 2011	54
4.1.3 Continua veto a livro que diz que Lampião era gay - 2012	58
4.1.4 Procuradoria Geral Federal vai apurar censura a cordel de pernambucano - 2013...	59
4.1.5 ‘Se tivesse medo, não teria escrito’ diz autor sobre tráfico de órgãos - 2014	61
4.1.6 Prefeitura retira livro das bibliotecas de escolas municipais - 2015.....	63
4.1.7 Acusada de censura, editora 34 diz que recusou livro por motivos literários - 2016 ...	64
4.1.8 Livro infantil que sugere casamento entre pai e filha é retirado de escolas no ES - 2017	65
4.1.9 Escola católica do rio censura livro acusado de ser de esquerda - 2018	67

4.1.10 Livro distribuído na rede municipal é alvo de polêmica- 2019	69
4.1.11 Governo Dória censura lista de livros de projeto em presídios de São Paulo - 2020 .	71
4.1.12 Taxar livros é censura tributária - 2021.....	73
4.1.13 Justiça proíbe palmares de doar livros e Camargo cria 'acervo da vergonha'. - 2022	74
4.1.14 Livro de Marçal Aquino é retirado de lista de vestibular após polêmica com deputado. - 2023.....	76
4.2 INTERPRETAÇÃO DOS DADOS	77
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	83
REFERÊNCIAS	84
APÊNDICE A - QUADROS DE ORGANIZAÇÃO DOS RESULTADOS OBTIDOS NAS BUSCAS NAS BASES DE DADOS	92
ANEXO A - NOTÍCIAS RECUPERADAS	104

1 INTRODUÇÃO

A liberdade de expressão é um dos pilares fundamentais de qualquer sociedade democrática, a qual permite que ideias e perspectivas diversas sejam compartilhadas e debatidas abertamente. No entanto, ao longo da história, essa liberdade tem sido frequentemente ameaçada pela prática da censura, que busca controlar o fluxo de informações, além de restringir o acesso a algumas obras.

Nesse contexto, o trabalho apresenta o cerceamento na ampla produção intelectual, disseminada ao longo dos séculos, a qual, lamentavelmente, foi alvo de uma série de tipos de censura. Desse modo, o cerceamento de produção intelectual engloba uma gama diversificada de formas, desde a proibição direta de livros até o cancelamento de obras artísticas e científicas que desafiam algumas tendências ideológicas e políticas estabelecidas. Assim, o trabalho explora algumas notáveis instâncias de censura que lançam luz sobre as complexidades desses episódios transcorrendo alguns conceitos e acontecimentos históricos.

Nessa circunstância, é importante salientar que o Brasil, assim como muitos países que viveram fortemente repressões, enfrentou o cerceamento literário durante décadas e, mesmo diante do processo de redemocratização, ainda é possível observar resquícios desse controle bibliográfico praticado pelo autoritarismo. No entanto, mesmo em governos democráticos são perceptíveis os casos de censura de livros, ainda que venham legitimados por leis, e praticados por autoridades, tanto em materiais físicos quanto eletrônicos.

As reportagens em jornais eletrônicos são documentos com potencial para fazer a recuperação de práticas de censura, principalmente em contextos atuais. A partir delas, é possível analisar os motivos pelos quais ainda existem sombras do cerceamento literário advindas de circunstâncias anteriores, como as duas ditaduras que o Brasil atravessou, sendo elas: em 1939, com o regime ditatorial de Getúlio Vargas e em 1964, com o regime ditatorial dos militares. Nessa perspectiva, as diversas reportagens que relatam a censura na atualidade são capazes de demonstrar que o cerceamento da leitura ocorre mesmo em governos democráticos. Portanto, a partir de análise documental, esse estudo tem como material empírico notícias recentes sobre censura de livros literários em diferentes contextos.

A Federação Internacional de Associações e Instituições de Bibliotecas (IFLA) responsável pela organização global dedicada a promover os interesses de bibliotecas e profissionais de bibliotecas em todo o mundo declara que:

Todas as pessoas, governos e outras instituições da sociedade - incluindo bibliotecas e instituições de informação, serviços, suas associações e seus trabalhadores - são, portanto, chamados a defender e promover liberdade de expressão e liberdade de acesso à informação. (IFLA, 2019, p. 2)

Além disso a IFLA estipula algumas recomendações para Bibliotecas, Serviços de Informação e Associações de Bibliotecas, sendo elas:

- Familiarizar-se e promover a conscientização sobre os documentos fundamentais citados no anexo a esta declaração, que se relacionam tanto com os direitos humanos relevantes para a informação quanto a responsabilidade do setor bibliotecário de promovê-los e defendê-los.
- Tanto quanto possível, crie coleções de biblioteca e forneça serviços de biblioteca que sejam livres de censura intencional.
- No desenvolvimento da coleção especificamente, tente refletir toda a gama de opiniões sobre temas polêmicos ou toda a diversidade do contexto nacional, fundamentando as decisões sobre o que comprar ou licenciar em considerações profissionais (qualidade, moeda, formato, custo, etc.), em vez de limitado por considerações políticas ou religiosas ou culturais preconceito.
- Educar os usuários da biblioteca sobre questões de censura e incentivá-los a favorecer e praticar liberdade de expressão e liberdade de acesso à informação em seu uso pessoal e vidas profissionais.
- Na medida do possível, garantir que as bibliotecas possam usar a tecnologia para preservar a liberdade de acesso à informação e expressão e a capacidade de se comunicar livremente na Internet.
- Defender a remoção de restrições de censura que afetam bibliotecas e serviços de informação e a sociedade em geral, sempre que necessário, com a devida consideração pelas circunstâncias locais.
- Apoiar serviços de biblioteca e informação (e seus funcionários) que estão sendo desafiados sobre questões de censura.
- Informar a IFLA sobre casos ou práticas contínuas de censura em um estado, para que a IFLA possa ser capaz de apoiar uma associação de bibliotecas que está lidando com questões de censura no estado.
- Desenvolver a compreensão dos riscos da autocensura. (IFLA, 2019, p. 2)

Nesse âmbito, é significativo acentuar que o bibliotecário e a instituição biblioteca são fundamentais na promoção e incentivo à leitura, sobretudo sem preconceito. Desse modo, o Código de Ética e Deontologia do Bibliotecário brasileiro também ressalta a importância da profissão bibliotecária no combate à censura. Aprovado em 2018, o artigo 2º do código determina que:

Art. 2º – A profissão de Bibliotecário tem natureza sociocultural e suas principais características são a prestação de serviços de informação à sociedade e a garantia de acesso indiscriminado aos mesmos, livre de quaisquer embargos. Parágrafo único – O bibliotecário repudia todas as formas de censura e ingerência política, apoia a oferta de serviços público e gratuitos, promove e incentiva o uso de coleções, produtos e serviços de bibliotecas e de outras unidades de informação, segundo o conceito de acesso aberto e universal. (Conselho Federal de Biblioteconomia, 2018, p. 1)

Além disso, é importante ponderar que o artigo 19º da Declaração Universal dos Direitos Humanos garante a liberdade de expressão e o acesso à informação, estabelece o seguinte: “Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; esse direito

inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras.” (Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1998, p. 4).

1.1 JUSTIFICATIVA E DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA

A partir de reflexões pautadas ao longo do curso, principalmente entre as disciplinas de *História dos Registros do Conhecimento, Políticas Públicas e Leitura e Sociedade*¹ surgiram alguns questionamentos sobre a necessidade, importância e influência dos livros para o desenvolvimento crítico e da disseminação cultural que a literatura pode nos oferecer. Assim, percebendo o contexto atual da sociedade brasileira, surgiu a curiosidade de buscar o motivo pelo qual algumas obras e autores são censuradas nos mais diferentes contextos.

A temática é de suma importância para o campo da biblioteconomia, uma vez que os bibliotecários desempenham um papel importante no combate a censura, seja por meio de políticas de seleção abrangentes e sem preconceito até a divulgação de casos de censura para a comunidade. Portanto, o bibliotecário deve estar atento para que o seu trabalho garanta o acesso a informações e ideias diversas, proporcionando que as bibliotecas e ambientes informacionais sejam espaços seguros e democráticos. A respeito de censura e bibliotecários, Melot (2019, p. 22) afirma que “[...] todo bibliotecário pode, pois, ser um censor [...]”. Melot alude ainda sobre as escolhas:

Toda biblioteca é uma escolha; ao fazer essa escolha, o bibliotecário é o primeiro autor de sua biblioteca. Tem a responsabilidade de sua composição, responsabilidade que deve exercer com curiosidade, tolerância e competência. Ao se falar de escolha, levanta-se a questão da censura - outro nome da escolha. O bibliotecário é constantemente desafiado a esse respeito, justificando sua escolha e possibilitando o debate público a fim de que ninguém venha pronunciar a palavra “censura”. (Melot, 2019, p. 22)

Nesse cenário, a censura literária foi praticada em diversas circunstâncias ao longo dos séculos, seja para o controle das informações como também para delinear a visão de mundo das pessoas. Contudo, na atualidade e no contexto de democracia instaurado no

¹ A matriz curricular das disciplinas mencionadas é BIBL-BM-2 (2017.1). A disciplina de História dos registros do conhecimento foi ministrada no segundo período no semestre de 2020.2 pelos docentes Dr. Erinaldo Dias Valério (<http://lattes.cnpq.br/8493209936697007>) e Me. José Vanderlei Gouveia (<http://lattes.cnpq.br/2096718240192591>). A disciplina de Leitura e Sociedade foi ministrada no quarto período do semestre de 2021.2 e a disciplina de Políticas Públicas na área social, cultural e educacional no quinto período no semestre 2022.1 ambas pela docente Dra. Andréa Pereira dos Santos (<http://lattes.cnpq.br/9315618025567235>).

Brasil, a restrição de livros efetua-se principalmente quando se trata de temas polêmicos. Assim sendo, é importante mencionar que as pautas e discussões acerca do tema são de suma necessidade, em razão de que restringir um tipo de literatura ou informação acarreta consequências no sentido de limitar o poder intrínseco de direito de escolha e julgamento do indivíduo. Ou seja, ter uma ampla diversidade de literatura garante a liberdade de expressão e contribui para uma sociedade democrática.

Ainda sobre a justificativa, um levantamento bibliográfico realizado pelos autores Cavalcanti, Pajeú e Bufrem (2022), na Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI), entre 1972 e 2019, a fim de identificar temas referentes à censura, resultou em apenas 36 artigos sobre o tema, abrangendo questões ligadas à ditadura militar, repressão a objetos, sujeitos e instituições, além de temas como desinformação, gênero e sexualidade. A partir disso, para este trabalho também utilizou-se do levantamento bibliográfico e notou-se que são muitas as produções científicas com destaque sobre censura no geral, entretanto ficou evidente que a relação que o presente trabalho busca enfatizar, sobre censura de livros na atualidade, é de suma importância e pode complementar os estudos da área, principalmente da Biblioteconomia e Ciência da Informação (CI), uma vez que os estudos acerca da temática são poucos. Nesse cenário, para o presente trabalho, buscou-se em bases de dados textos sobre censura dentro do campo da Biblioteconomia e CI. As bases analisadas foram Google Acadêmico, BRAPCI e Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Nesse contexto, dos 27 trabalhos pré-selecionados com o período de tempo entre 2010 e 2023, apenas 12 tinham como tema a censura de livros no contexto da atualidade e no campo da CI e Biblioteconomia (no Apêndice A constam os quadros de organização dos resultados obtidos nas buscas realizadas nas bases de dados). Assim como nos estudos de Cavalcanti, Pajeú e Bufrem (2022), foi observado que um maior número das discussões sobre censura, mesmo que publicadas atualmente, estão com temáticas no passado, ou seja, boa parte das bibliografias encontradas retratam a repressão de livros durante o Estado Novo (1930-1945) e durante a Ditadura Militar (1964-1985).

Embora a maior parte dos trabalhos desenvolvidos ainda remeta ao período ditatorial no qual o país esteve imerso em situações de restrição, cerceamento e repressão, chega até nós agora a discussão sobre as relações entre fake news e desinformação, gênero e sexualidade, e a ênfase na discussão acerca do papel social da Biblioteconomia. (Cavalcanti; Pajeú; Bufrem, 2022, p. 308).

Sendo assim, o que se espera com esse estudo é compreender as novas formas de censura, contribuindo para determinar novos conceitos do cerceamento em relação à literatura, além de identificar as recentes práticas adotadas pelos censores.

Nessa perspectiva, contextualizando com o parágrafo acima, o trabalho busca enfatizar, na revisão bibliográfica, o conceito de censura, o contexto histórico de censura no Brasil, e finalmente compreender o motivo pelo qual o livro se tornou, ao longo da sua história, um objeto de perseguição autoritária. O presente estudo pretende também entender as formas de censura atuais, investigando como é o processo de censura em determinadas obras literárias.

A partir do mencionado, fica subentendido que os indivíduos mais prejudicados com a restrição das bibliografias são os leitores. Sendo assim, a questão problema que fomenta este estudo é: *Como a censura de livros se manifesta em obras literárias atualmente?*

1.2 OBJETIVOS

Segundo Luiz Santos [2010?], “o objetivo geral consiste em antepor à hipótese em verbo que expresse a ação intelectual da escolha do pesquisador”, ou seja, o objetivo geral fornece uma visão geral do escopo e da direção da pesquisa, além disso ele é formulado de maneira ampla e não deve ser muito específico. Por outro lado, os objetivos específicos de acordo com Luiz Santos [2010?], “são propostas de raciocínio, problemas intelectuais específicos a serem perquiridos, com o fulcro de alcançar o objetivo central, principal ou geral da pesquisa”. Nesse contexto, a seguir é apresentado o objetivo geral e os específicos desta pesquisa.

1.2.1 Objetivo geral

A pesquisa tem como objetivo mapear a censura de livros no Brasil durante o período de 2010 a 2023, mediante a análise de notícias relacionadas e disponibilizadas na internet.

1.2.2 Objetivos específicos

A presente pesquisa tem como objetivos específicos:

- Verificar o estado da produção bibliográfica da área de Biblioteconomia e Ciência da Informação sobre a censura de livros.
- Analisar notícias disponibilizadas na internet relacionadas à censura de livros literários.
- Identificar motivações e recorrências nas práticas de censura da atualidade.

Dessa forma, a fim de compreender como a censura de livros se revela na contemporaneidade, o trabalho se divide em quatro seções sendo a primeira delas a introdução, abarcando a justificativa, problema e objetivos. A segunda seção aborda a fundamentação teórica a qual é subdividida em tópicos, trazendo o conceito de censura em diferentes perspectivas, o contexto histórico da prática censória no Brasil, transcorrendo desde o período colonial, até os dias atuais e abrangendo considerações do livro como objeto que, ao longo da sua história, foi perseguido censurado e destruído. A terceira seção é dedicada à metodologia da pesquisa. A quarta demonstra os resultados das análises e por fim, na quinta e última seção, são apresentadas as considerações finais.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: CENSURA EM FOCO

A fundamentação teórica exposta nessa seção se aproxima de uma revisão de literatura e seus critérios de execução já foram brevemente citados na introdução e estão detalhados no apêndice A.

2.1 O CONCEITO DE CENSURA

O tema censura tem sido discutido nos últimos anos com veemência. No Brasil, os debates ganharam visibilidade principalmente pela polarização política², o que vem acarretando discursos de ódio, intolerância e desinformação. A censura é uma temática que se arrasta há séculos, como exemplos a censura na biblioteca de Alexandria entre o século III a.C., até os anos de 270, a Inquisição com o *index* durante a Idade Média e na Segunda Guerra Mundial pelos Nazistas (esses três eventos serão abordados com maior profundidade ao decorrer do trabalho). Nesse sentido, por muito tempo, a censura foi usada como uma ferramenta para controlar informações, difundir apenas uma determinada visão de mundo e restringir o pensamento crítico e os debates com o propósito político e social contrário aos dos censores. A partir disso, uma das práticas mais usadas para limitar o acesso a informações é a censura de livros e autores. Portanto, Chartier (1998, p. 36) pondera que “O direito de exercer a censura e a definição daquilo sobre o que ela deve ser exercida são sempre objeto de rivalidades agudas, muito reveladoras das tensões sócio-políticas que marcam uma sociedade em um momento dado de sua história.”

Nessa perspectiva, censura é o ato de suprimir, controlar ou restringir a expressão e disseminação de informações, ideias, opiniões ou obras artísticas. Para complementar o parágrafo anterior, é importante salientar que as guerras e regimes do século XX foram fundamentais para as formas de controle da liberdade de expressão. Vergueiro (1987, p. 22) ressalta que a censura é “um esforço por parte de um governo, organização, grupo ou indivíduo de evitar que as pessoas leiam, vejam ou ouçam o que pode ser considerado perigoso ao governo ou prejudicial à moralidade pública.”. Sendo assim, a censura se mostra ainda mais evidente quando está ligada a questões políticas, morais ou religiosas,

² A polarização política entre direita e esquerda é um fenômeno comum em muitos sistemas democráticos e políticos ao redor do mundo. Esses termos geralmente são usados para descrever diferentes ideologias, valores e abordagens políticas. Nos últimos anos, a polarização política entre direita e esquerda em muitos países tem aumentado, tornando o diálogo construtivo e a busca por compromissos mais desafiadores. Isso pode ter implicações significativas para a governança, estabilidade social e coesão política.

principalmente em épocas marcadas por um regime ditatorial. A professora do departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Maria Otero, inteira que:

A censura é um instrumento de controle, um fenômeno histórico e universal. Seu objetivo é a preservação do sistema político-ideológico a que pertence e sua marca é a liquidação do pensamento divergente. Este modelo de repressão às ideias, permanece latente na sociedade e quando se instaura um regime autoritário agudiza-se e mostra sua face. (Otero, 2004, p. 2).

A partir do mencionado, os totalitarismos são regimentos políticos que surgiram no século XX na Europa, são frequentemente associados ao nazismo na Alemanha, ao fascismo na Itália, ao comunismo na União Soviética e às ditaduras militares. De maneira semelhante, no Brasil houve sistemas políticos autoritários como Estado Novo (1937-1945) e Ditadura militar (1964-1985). Ambos atuaram na perseguição, censura e destruição de livros a fim de exercer um controle absoluto para extinguir ideias que fossem contrárias com a ideologia do governo. Nesse ponto de vista, Losurdo (2006, p. 68) define que o sistema em menção pode ser descrito como “uma ideologia (de Estado), um partido único, geralmente dirigido por um só indivíduo, uma conduta terrorista, o monopólio dos meios de comunicação, o monopólio da violência e uma economia diretamente governada pelo poder central”.

A censura por regimes ditatoriais brasileiros no século XX, como já explicitado, foi excepcionalmente enérgica, uma vez que houve uma intensa perseguição a editoras, escritores e jornalistas que eram contrários à ideologia do governo. Contudo, com a Constituição de 1988, determinou-se leis que asseguram as formas de pensamento e suas manifestações.

Art. 220. A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição.

§ 1º - Nenhuma lei conterá dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social, observado o disposto no art. 5º, IV, V, X, XIII e XIV.

§ 2º - É vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística.

§ 3º - Compete à lei federal:

I - Regular as diversões e espetáculos públicos, cabendo ao Poder Público informar sobre a natureza deles, as faixas etárias a que não se recomendem, locais e horários em que sua apresentação se mostre inadequada;

II - Estabelecer os meios legais que garantam à pessoa e à família a possibilidade de se defenderem de programas ou programações de rádio e televisão que contrariem o disposto no art. 221, bem como da propaganda de produtos, práticas e serviços que possam ser nocivos à saúde e ao meio ambiente (Brasil, 1988, p. 63).

A partir disso, o conceito de censura no século XXI tem tido novas concepções em razão de que, agora, o Brasil se encontra em uma democracia. Contudo, o cenário de censura pode variar de acordo com contextos e locais. Em algumas regiões a censura pode ser praticada de forma mais opressiva enquanto em outros lugares a liberdade de expressão é mais defendida. Para exemplificar, podemos citar o regime de opressão da Coreia do Norte³, extremo oposto à democracia brasileira que, como já mencionado, possui proteções legais. Apesar disso, mesmo em países com aparato legislativo, ainda existem restrições e desafios, isto porque juízes e autoridades podem ter diferentes compreensões sobre o que firma uma manifestação aceitável ou proibida e isso pode levar a discordâncias e confusões na aplicação da lei.

Além disso, na era moderna, a *internet* realiza um papel importante na disseminação da informação e de opiniões, mas que também abre um grande leque de possibilidades para a censura ser aplicada das mais diferentes maneiras. Um exemplo disso são os órgãos governamentais e as autoridades que têm a capacidade de monitorar e controlar o acesso à internet em seus respectivos territórios. Eles podem implementar bloqueios de *sites*, filtragem de conteúdo ou controles técnicos para restringir o acesso a determinados tipos de informações ou plataformas. Um exemplo de país que emprega fortemente esse tipo de censura é a Eritreia, localizada na África Oriental. Segundo a organização Comitê para a Proteção dos Jornalistas (CPJ), o país ocupa o primeiro lugar em um *ranking* de dez países que mais censuram atualmente; assim, o governo da Eritreia fechou toda a mídia independente em 2001 e é a pior carcereira de jornalistas na África subsaariana, com pelo menos 16 jornalistas presos desde 1º de dezembro de 2018. De acordo com a organização, o Estado mantém o monopólio legal dos meios de comunicação e os jornalistas da mídia estatal têm medo de retaliação. Além disso, as fontes alternativas de informação, como a *internet* ou transmissões via satélite de estações de rádio no exílio são restringidas através de quedas ocasionais de sinal e pela baixa qualidade da *internet* controlada pelo governo. Fundamentando nisso, Mackinnon (2009) alude sobre a filtragem, que é uma das formas de censura no espaço virtual.

A filtragem da Internet é o processo pelo qual os usuários que acessam a Internet de uma rede específica são impedidos de visitar determinados sites. A filtragem pode ser feita em vários níveis: o doméstico; empresas locais ou redes residenciais; provedores de serviços de Internet (ISPs); ou, no nível da rede regional ou porta de entrada nacional. As mesmas técnicas de filtragem – e

³ A Coreia do Norte é considerada um Estado totalitário, com um regime que mantém um controle rígido sobre a vida política, social e econômica dos cidadãos. Para mais informações: <https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/coreia-norte.htm>

muitas vezes o mesmo software – são usadas por escritórios corporativos ocidentais, escolas e por vários governos (Mackinnon, 2009).

O espaço da *web*, no que concerne ao cerceamento, torna tudo ainda mais amplo e instável, uma vez que a diversidade para os atos de controle é profusa. Isto pode incluir bloqueio de redes sociais, *sites* de notícias, *blogs* críticos ou qualquer conteúdo considerado sensível ou ameaçador a um determinado grupo. Os autores Costa e Sousa Junior (2018) citam outras formas de censura na atualidade e que podem estar relacionadas tanto com ciberespaço quanto com empresas, governos e grupos.

Outros processos de interdição ocorrem no mundo e no Brasil. São processos judiciais; decisões administrativas de empresas privadas e instituições públicas; atitudes policiais de veto e interdição; iniciativas de curadores, produtores e patrocinadores, cedendo às pressões de grupos de ativistas e religiosos; pressões de autoridades constituídas; monitoramento de grupos organizados da sociedade civil, decisões de exclusão de *personas non grata*⁴ em eventos e comemorações; repressão promovida por redes sociais e assédio moral, que tentam silenciar artistas, intelectuais, jornalistas e demais profissionais, evitando denúncias, críticas e oposição, como no tempo da “censura clássica”. (Costa; Sousa Junior, 2018, p. 30).

A fim de complementar as definições de censura, a seguir serão explicitadas duas diferentes formas de censura: “Censura Clássica” (conhecida também como “Censura prévia”) e “Censura pós-publicação”.

2.1.1 Censura Clássica

Otero (2004) argumenta que a censura prévia ou censura clássica é aplicada antes da publicação ou difusão das ideias. Ou seja, a censura clássica é a ação de controlar e restringir ideias ou obras antes de serem divulgadas ao público, além disso ela pode ser exercida por autoridades governamentais.

A censura prévia no Brasil está relacionada principalmente com a ditadura militar. Otero (2004, p. 3) aponta que “A censura prévia incidia, oficialmente, apenas sobre os temas referentes ‘ao sexo, moralidade pública e bons costumes’. Editoras que julgavam que seus livros não tratavam de assuntos sujeitos à censura, poderiam publicá-lo por sua própria conta e responsabilidade”. Nesse sentido, entende-se que o autoritarismo usava da revisão e manipulação de conteúdos para garantir que o que estava sendo difundido estivesse de acordo com suas políticas, normas ou valores. É relevante mencionar que a

⁴ *Persona non grata* é uma expressão em língua latina cujo significado literal é “pessoa não agradável”, “não querida” ou “não bem-vinda”.

censura citada é aplicada em vários meios, como literatura, jornalismo, cinema, teatro e música.

Ainda abordando o contexto de censura prévia no Brasil, Gláucio Soares (1979), em artigo escrito apenas quatro anos após o fim da ditadura militar no Brasil, menciona que em 1970 foi aprovado o Decreto Lei n. 1.077, que permitiu a censura prévia: “Na ditadura, os decretos-leis eram baixados, entravam em vigor, e somente depois eram apreciados pelo Congresso, que não podia prová-los, mas apenas prová-los ou, pelo menos teoricamente, rejeitá-los” (Soares, G., 1979). Rech e Birman (2023) acrescentam que:

Os "anos de chumbo" ficaram conhecidos pela perseguição e violência direcionada àqueles que se recusavam a calar-se face às situações de injustiça e crueldade que se apresentavam no cenário das relações sociais e de partilha democrática, de maneira que inúmeras obras foram proibidas de chegar a público mesmo antes de sua exposição ao público. Hoje, a censura desta época é chamada de *clássica* ou *prévia*.

Assim como no Brasil, em muitos países do mundo a censura prévia na atualidade é inconstitucional e é considerada uma violação ao direito democrático. No entanto, é importante ressaltar que podem ocorrer tentativas de censura prévia ou pressões para restringir o conteúdo antes de sua disseminação, principalmente no que diz respeito aos meios digitais como mencionado no tópico anterior.

2.1.2 Censura Pós-Publicação

A censura pós-publicação ocorre a partir de conteúdos já publicados que, posteriormente, são submetidos a restrições e controle pelas autoridades governamentais ou outros poderes institucionais. Nesse sentido, os censores usam de monitoramento e restrição de conteúdos que já estão disponíveis ao público. Costa e Sousa Júnior (2018, p. 31) argumentam que:

Outra característica dessa pós-censura é que ela não é uma iniciativa apenas do Estado e de seus órgãos de segurança. Na atualidade, empresas de comunicação ou não, escolas públicas e privadas, igrejas de diferentes religiões, partidos políticos, instituições estatais e não estatais criam seus próprios critérios censórios, defendendo interesses políticos e econômicos, e o poder que exercem em meio a determinados grupos sociais. Igrejas proíbem seus fiéis de assistir à televisão; escolas impedem alunos de criticarem sua atuação em blogs pessoais; editores submetem livros e revistas à consultoria jurídica para saber o que podem ou não divulgar. (Costa; Sousa Junior, 2018, p. 31).

Foi explicitado anteriormente que a censura prévia é aplicada principalmente em contextos de governos autoritários. Já a censura pós-publicação ocorre especialmente em governos democráticos, uma vez que esse tipo de censura vem com o indulto de proteger

a segurança e moral pública. Isto porque os censores podem tentar usar os meios “legais” para isso, por exemplo: alguns grupos ou autoridades podem censurar uma obra como forma de proteger a moralidade ou os valores, ou seja, obras que tem o teor ofensivo, obsceno ou pornográfico podem ser censuradas, segundo os censores, para a preservação da “ordem moral”. Com relação a isso, Costa e Blanco (2018, p. 16) argumentam que:

Acentua-se nessa época de Pós-censura, a censura proveniente de decisões judiciais, a chamada censura togada. Por iniciativa de parentes, grupos organizados da sociedade civil, personalidades importantes da vida pública ou artística, juízes determinam de forma arbitrária, isto é, sem conhecimento profundo do assunto em pauta, sem jurisprudência e, muitas vezes, sem ouvir todos os interessados e estudiosos do tema - o recolhimento de livros ficcionais ou científicos, a mutilação de obras, o fechamento de exposições públicas, a retirada de cartaz de espetáculos, a retirada da rede de internet de programas e serviços. Assim como políticos, no Congresso ou no exercício de funções executivas decidem, sem consulta pública, nem orientação especializada, pela retirada de obras de arte de espaços públicos, pela modificação de conteúdos científicos da programação escolar, pela alteração de currículo, pelo sigilo de processos de interesse público.

A censura pós-publicação é muito presente também no contexto da *Web*, é o que apontam Costa e Blanco (2018, p. 31) quando aludem que “os procedimentos censórios da atualidade se dão menos em relação à palavra escrita, como se caracterizava a censura no passado, tendo como principal alvo as linguagens audiovisuais, especialmente a televisão e a internet.”.

Diante disso, é importante salientar que as discussões acerca da pós-censura são fundamentais, pois nos permitem analisar os impactos na sociedade, além de atuarem na promoção da liberdade de expressão e dos direitos de escolha de cada indivíduo. Entretanto, distinguir entre a defesa da liberdade de expressão e a permissão para disseminar informações falsas, como as *Fake News*, ou propagar discursos de ódio é de suma relevância, isto é, a responsabilidade no exercício da liberdade de expressão é essencial para preservar a integridade da informação e promover um diálogo saudável na sociedade.

2.2 CONTEXTO HISTÓRICO DA CENSURA NO BRASIL

A censura no Brasil possui um contexto histórico de cerceamento efetivamente amplo e em diferentes períodos na sua cronologia. Desse modo, é pertinente destacar alguns momentos importantes no que corresponde ao controle de informações como um todo.

2.2.1 Período Colonial e Imperialista

Para falarmos sobre censura no Brasil, precisamos voltar alguns séculos e aos colonizadores portugueses para entender melhor o contexto de censura no país. Desse modo, Portugal teve um papel significativo nas primeiras práticas de censura no Brasil, especialmente durante períodos de maior controle estatal sobre a produção e disseminação de informações. Nesse sentido, Camargo (2012) alude que:

A história da censura em Portugal remete ao século XVI, quando era exercida por três instituições, o Conselho Geral do Santo Ofício, criado em 1536 e responsável pela censura papal, o Ordinário da Diocese, ao qual cabia a censura episcopal, e, a partir de 1576, o Desembargo do Paço, para a censura régia. A atividade era realizada de forma preventiva, seguindo as determinações do Índex, a lista de publicações proibidas elaborada pela Igreja, e incluía a circulação de livros, o que resultou no controle de entrada e saída nas alfândegas.

A partir disso, durante o período colonial o Brasil ainda estava sob domínio da supremacia portuguesa, assim, a censura era uma ferramenta usada para manter o controle sobre as informações que circulavam na colônia e garantir a conformidade com os interesses e políticas da metrópole. Ainda sobre o controle que a coroa exercia na colônia, Camargo (2012) menciona que:

Durante o período colonial, a Coroa controlava a circulação de livros no Brasil, mas com a transferência da corte, em 1808, foi instituída uma organização mais efetiva da censura, com a nomeação de censores régios na Mesa do Desembargo do Paço e da Consciência e Ordens. A eles cabiam o exame de todos os originais encaminhados para a Impressão Régia, a fiscalização da entrada de livros nas alfândegas brasileiras e a permissão para sua retirada, após deliberação final do próprio monarca.

Por conseguinte, a partir de 1822, com a independência da colônia, o Brasil passou a ser um império. Durante esse período, a censura no país sofreu algumas mudanças em relação ao período colonial, isso significa que a coroa usava do poder para reprimir vozes opositoras e controlar a disseminação de ideias contrárias ao governo imperial. Além disso, a coroa tinha poder para proibir ou restringir a circulação de jornais, panfletos e outros materiais impressos que fossem considerados rebeldes ou que pudessem ameaçá-los. A partir do mencionado, o Centro de Documentação e Memória da Universidade Estadual Paulista (CEDEM) cita que:

Mesmo com o grito de Independência, em 7 de setembro de 1822, a censura à imprensa continuou, impedindo a divulgação dos problemas provocados pela inabilidade política de D. Pedro I. Em 6 de maio de 1823, o deputado Velloso Soares fez discurso na abertura da Assembleia Constituinte propondo uma lei garantidora da livre manifestação do pensamento. Outros projetos de lei surgiram, mas com a intenção de endurecer as penas para crimes considerados de imprensa. Contudo, o político e jornalista Bernardo de Vasconcelos pregava ampla liberdade de imprensa, em cuja opinião foi acompanhado por outros

periodistas, sobretudo para protestar contra as duras penas impostas a muitos profissionais. (CEDEM, 2017)

A relação entre Portugal e o Brasil é marcada por aspectos históricos, culturais e linguísticos. Contudo, o vínculo dos dois países vai além e possui raízes mais profundas. Desse modo, como já mencionado anteriormente, tanto Portugal quanto o Brasil tiveram períodos em suas histórias em que houve censura e restrições à liberdade de expressão. A partir disso, fica subentendido que, além de características culturais, o Brasil herdou de Portugal ideais censórios. Dando enfoque a isso, Scabin (2018) cita que:

O veto à palavra e o controle da produção cultural no Brasil possuem raízes que remetem aos primórdios da dominação portuguesa em terras brasileiras: de fato, ‘no Brasil, a censura foi um legado da colonização’ (MATTOS, 2005, p. 99). Até a chegada da família real ao Rio de Janeiro, as tipografias eram proibidas e os impressos que aqui chegavam, importados da metrópole, passavam pela burocracia censória portuguesa. Assim, os meios de comunicação e as atividades de imprimir e publicar nasceram em um ambiente já marcado pela presença sistemática da censura. Nesse cenário, a impressão de livros no Brasil, como destacado por Sandra Reimão, ‘nasceu oficialmente em 1808, no interior de um complexo sistema de censura, vindo a ser radicalmente cerceada novamente durante o Estado Novo e a ditadura militar’ (Scabin, 2018, p. 58⁵ *apud* Reimão, 2011, p. 119).

A partir do exposto, o Brasil teve outros momentos da sua história marcados pela restrição de ideias e controle da liberdade de expressão. Fundamentado nisso, nos próximos tópicos serão discutidos dois períodos de intenso cerceamento dos livros no país.

2.2.2 Era Vargas (1930-1945)

O governo de Getúlio Vargas teve dois espaços de tempo: o primeiro de 1930 a 1945 e, o segundo, de 1951 a 1954, quando ele cometeu suicídio. Nessa perspectiva, a censura foi uma prática amplamente utilizada como ferramenta de controle e repressão política. O período mais marcante nesse sentido foi o Estado Novo, que ocorreu de 1937 a 1945, o qual será destaque neste tópico.

Já foi ressaltado anteriormente o conceito de censura prévia, cerceamento esse que, durante o Estado Novo, Vargas implementou de maneira autoritária sobre a imprensa, os meios de comunicação e outras formas de expressão cultural. Além disso, antes dos materiais serem publicados ou exibidos, sejam eles obras literárias, jornais, revistas, filmes

⁵ SCABIN, Nara Lya Cabral. Heranças censórias: mecanismos, efeitos e significado cultural da censura a livros em momentos de ditadura e democracia. **Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura**, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 54-69, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/eptic/article/view/9615/7448>. Acesso em: 26 dez. 2023.

e peças teatrais, todos passavam por um processo de aprovação governamental. Com relação a isso, Scabin (2018) menciona:

O aparato censório montado por Getúlio Vargas contava com uma estrutura produtora de informações vinculada ao Estado, implantada já na fase democrática de seu governo, com o estabelecimento da censura prévia aos veículos de comunicação pela Constituição de 1937 e com a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), por meio do Decreto-Lei 1.915 de 27 de dezembro de 1939, herdeiro do Departamento Nacional de Propaganda e Difusão Cultural (DNPDC), de 1934. O DIP tinha como função, além da regulamentação do registro de jornais, emissoras de rádio e serviços de autofalantes, o controle da opinião pública conforme a estratégia do governo e a nomeação de censores específicos para cada jornal, a fim de executarem a censura direto nos originais. (Mattos, 2005⁶, p. 105 *apud* Scabin, 2017, p. 58)

Durante esse período, Vargas também intensificou de forma violenta a censura aos livros. A restrição tinha como parâmetro principalmente controlar e suprimir ideias consideradas subversivas, contrárias ao governo ou que pudessem ameaçar o regime. Obras que promoviam ideais democráticos, socialistas, comunistas ou qualquer forma de crítica ao governo eram frequentemente censuradas ou proibidas. Scabin (2017, p. 58), também faz referência à censura de livros, apontando que o “[...] governo ditatorial de Getúlio Vargas foi cenário de inúmeras apreensões em livrarias, depósitos de editoras e bibliotecas. Obras foram incineradas. Eram frequentes essas destruições, muitas vezes em massa”.

A queima de livros também fez parte do regime ditatorial de Getúlio Vargas. Ramos (2012) alude que, no dia 19 de novembro de 1937, uma multidão aglomerou-se para acompanhar o espetáculo em frente ao que hoje é a sede do Segundo Distrito Naval, na Avenida Contorno em Salvador (BA); se tratava de uma grande fogueira de livros, em que cerca de 1.827 exemplares ardiam em chamas. A incineração foi realizada pelos militares por ordem de Vargas, e teve como objetivo o aniquilamento de obras consideradas “propagandistas do credo vermelho⁷”.

Ramos (2012) ainda menciona que dos 1.827 livros queimados pelo exército, cerca de 1.694 eram de Jorge Amado. O escritor é conhecido por retratar em suas obras a vida do povo brasileiro, abordando temas como desigualdade social, luta de classes, sensualidade e críticas ao sistema. Esses temas desafiavam as normas e a ideologia do governo autoritário da época, o que pode ter resultado em sua censura. O episódio originou uma ata que foi publicada, quase um mês depois da fogueira literária, pelo jornal Estado da Bahia (Figura 1).

⁶ MATTOS, Sérgio. **Mídia controlada**: a história da censura no Brasil e no mundo. São Paulo: Paulus, 2005.

⁷ "Credo vermelho" é uma expressão que pode referir-se ao comunismo ou ao socialismo, devido à associação histórica da cor vermelha com essas ideologias.

Figura 1 - Transcrição da ata ordenando a queima de livros em Salvador



Fonte: Ramos (2012).

É importante salientar que, durante o mandato de Getúlio Vargas, apesar de toda perseguição e restrição de bibliografias, foi um período marcado também pela intensa produção literária, entretanto com objetivo de controle e manutenção do pensamento crítico da sociedade. A partir disso, em 1937 nasce, com o golpe de estado de Vargas, o Instituto Nacional do Livro (INL). Bragança (2009) menciona que o INL objetivava editar a *Enciclopédia Brasileira*, que herdou do Instituto Cayru, além de ficar encarregado de criar e editar o *Dicionário da Língua Nacional* (Bragança, 2009, p. 226). Bragança (2009, p. 227) ainda menciona que:

O INL recebeu duas outras incumbências: promover as medidas necessárias para “aumentar, melhorar e baratear” a edição de livros no país bem como para facilitar a importação de livros estrangeiros, e “incentivar a organização e auxiliar a manutenção de bibliotecas públicas” em todo o território nacional, o que em parte seria realizado através da doação das edições próprias, “bastando para isso ocorrer, estarem a ele filiadas” as bibliotecas a serem beneficiadas (DOU, 1937: 25586). Para cumprir estas duas funções, entendidas, quase sempre, como faces da mesma moeda, o INL comprou livros aos editores e distribuiu-os gratuitamente, em especial, às bibliotecas públicas cadastradas na instituição, que já recebiam parte de suas edições.

Nesse contexto, é notório que a criação do instituto teve um papel fundamental no avanço da educação e reconhecimento do livro no país, mas que foi estrategicamente tensionado para a manipulação de bibliografias que tinham como ideais o ponto de vista estado-novista. Nesse cenário, Igreja (2021) destaca que:

O INL usou a publicação e a propagação dos livros como forma de disseminar os ideais estado-novistas. Durante a Era Vargas, o único livro de ficção publicado pelo INL foi uma nova edição de *Memórias de um sargento de milícias* [de Manuel Antônio de Almeida], como aponta Oiticica (1997). As publicações consistiam em ‘obras históricas e, principalmente, as de teor didático, algumas em forma de cartilhas infanto-juvenis, cujo conteúdo abordava, explicitamente, o despertar do nacionalismo ou a figura de Vargas’ (Oliveira; Silva; Castro, 2018⁸, p. 135 *apud* Igreja, 2021, p. 122).

Em suma, fica explícito como determinados governos autoritários atuam no que corresponde à censura. Isto é, o controle de informações e pensamento pode ser aplicado nos mais diferentes cenários. Seja de maneira mais evidente, como na censura prévia, ou até mesmo de forma camuflada, no caso da criação do INL, que impulsionou o mercado do livro, mas impôs os ideais do governo regente para o cerceamento do pensamento crítico das pessoas. No que concerne à criação do INL para o cerceamento de bibliografias, Igreja (2021, p. 122) declara que “a censura é aqui caracterizada por ditar o que é culturalmente aceito e adequado. De forma que, não há discursos plurais, mas apenas a constante manutenção dos ideais do Estado e a exclusão dos demais.”

2.2.3 Ditadura Militar (1964-1985)

A ditadura militar no Brasil ocorreu entre os anos de 1964 a 1986 e, provavelmente, foi o momento em que o país viveu o ápice do cerceamento em suas mais diversas áreas, incluindo a literatura. Assim como na Era Vargas, o principal intento com as ações de repressão às bibliografias era restringir a circulação de obras consideradas contrárias aos interesses do regime. Em outras palavras, os livros e escritores que criticavam o governo, levantando questões sociais e políticas, ou promovendo ideias que iam de encontro aos valores conservadores da ditadura eram o ponto focal dos censores.

Reimão (2014, p. 75) menciona que “entre o golpe militar de 1964 e a decretação do AI-5, a censura a livros no Brasil foi marcada por uma atuação confusa e multifacetada, pela ausência de critérios, mesclando batidas policiais, apreensões, confiscos e coerção física”. Nesse contexto, o estabelecimento do AI-5 (Ato Institucional nº 5), em 1968, concedeu poderes arbitrários ao governo para reprimir qualquer forma de oposição política. A partir disso, foi criado também pelo regime militar o Departamento de Censura de Diversões Públicas (DCDP), por meio do decreto nº. 70.665, de 2 de junho de 1972,

⁸ OLIVEIRA, Alessandra Nunes de, SILVA, Luiz Eduardo Ferreira da, CASTRO, Jetur Lima de. “(Re)visitando o Estado Novo no Brasil: uma análise da censura e a difusão cultural dos livros nas bibliotecas”. *Questão*, Porto Alegre, v. 24, n. 3, p. 125-151, set./dez. 2018.

subordinado ao Departamento de Polícia Federal (DPF); o DCDP tinha como objetivo proibir, alterar ou restringir a circulação de obras. Ainda fazendo menção ao AI-5, Reimão (2014, p. 76) declara que:

Sexta-feira, 13 de dezembro de 1968. Em nome da "autêntica ordem democrática [...] (e) no combate à subversão e às ideologias contrárias às tradições de nosso povo", o presidente Costa e Silva editou o Ato Institucional número 5 (AI-5). A edição desse ato tornou possível cassar mandatos, suspender direitos políticos e garantias individuais e criou condições para a censura à divulgação da informação, à manifestação de opiniões e às produções culturais e artísticas. Começa aí o período chamado "anos de chumbo".

Os “anos de chumbo” foram caracterizados por uma intensificação da repressão por parte do regime militar, com o uso de métodos violentos e autoritários para controlar a oposição política. Foram marcados também por intensas ações de manifestantes. Esses protestos foram organizados por diferentes grupos e segmentos da sociedade que se opunham à repressão, às violações dos direitos humanos e à falta de liberdade política. Além disso, é importante ressaltar que esses protestos muitas vezes enfrentaram forte repressão por parte do governo militar, com o uso da força policial, prisões arbitrárias e violência. Reimão (2014) faz menção a duas dessas manifestações:

Dois grandes manifestações públicas contra as arbitrariedades do regime militar ocorridas no Rio de Janeiro antecederam a decretação do AI-5: a manifestação “Cultura contra Censura”, em fevereiro de 1968, que reuniu membros da classe teatral para manifestarem sua indignação contra a proibição da encenação de oito peças (Castro, 2000, p. 370) e, alguns meses mais tarde, aquela que ficou conhecida como “A Passeata dos Cem Mil”, em 26 de junho de 1968 (Ventura⁹, 1988, p. 155-65 *apud* Reimão, 2014, p. 76).

A manifestação “Cultura contra a censura”, mencionada na citação, alcançou os membros da classe artística da época, isto porque, segundo Helal Filho (2021), os censores da ditadura cortavam cenas ou mesmo proibiam espetáculos com base na proteção da "moralidade". Assim, atores, atrizes, diretores, empresários e produtores teatrais decidiram fechar os palcos da cidade para protestar contra a censura. A imagem (Figura 2) mostra as atrizes Eva Todor, Tônia Carrero, Eva Wilma, Leila Diniz, Odete Lara e Norma Bengell no dia 12 de fevereiro de 1968 na manifestação.

⁹ VENTURA, Zuenir. 1968 o ano que não terminou. A aventura de uma geração. 17 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

Figura 2 - Artistas protestam contra a ditadura militar em fevereiro de 1968



Fonte: Wikipédia (1968)

Quanto ao controle sobre os livros que eram antagônicos ao governo, é relevante relatar que obras de autores como Jorge Amado, Rachel de Queiroz, Erico Verissimo, Ferreira Gullar, Cassandra Rios e muitos outros foram proibidas, recolhidas ou tiveram trechos censurados. Alinhado ao que foi dito, o site *Memórias da Ditadura* cita que:

Alguns escritores desafiaram a censura explicitamente, como Jorge Amado e Érico Veríssimo, dois dos mais populares escritores brasileiros. Eles reagiram à censura prévia declarando que “em nenhuma circunstância” mandariam seus originais aos censores: “preferimos parar de publicar no Brasil e só publicar no exterior”, disseram. A censura prévia foi formalmente instituída em 26 de janeiro de 1970, por meio do Decreto-lei nº 1.077. (*Memórias Da Ditadura*, 2016)

O site ainda detalha como foi que alguns escritores tentaram driblar o controle de suas obras na época:

Diante desse clima repressivo, muitas pessoas passaram a tomar precauções em relação aos livros que possuíam, uma vez que muitos deles passaram a ser vistos pela ditadura como “armas perigosas” de subversão. Muitas pessoas queimavam ou enterravam seus próprios livros considerados “comprometedores”, transformando em realidade as previsões da obra *Fahrenheit 451*, de Ray Bradbury. Outros espalharam seus livros entre os amigos que não possuíam nenhum envolvimento político, pensando que mais tarde, quando a censura enfraquecesse, iriam recuperá-los. O fato é que muita gente perdeu bibliotecas inteiras com medo da perseguição. (*Memórias Da Ditadura*, 2016).

Nesse contexto, assim como no governo autoritário de Vargas, a ditadura militar usou diferentes formas de controle literário. O mercado editorial, nos primeiros anos na regência dos militares, atravessou forte cerceamento; houve uma importante modernização

técnica e o estímulo à concentração do mercado nas mãos de grandes grupos editoriais, especialmente beneficiados pelo regime militar (Memórias Da Ditadura, 2016). Todavia, muitos autores e editoras que não se alinharam com a ideologia do governo enfrentaram dificuldades para publicar seus trabalhos e, em alguns casos, foram obrigados a se exilar ou interromper suas atividades.

Ademais, em conformidade com o governo de Vargas, os militares também usaram o INL como ferramenta de controle literário, isto é, o INL teve suas atividades ampliadas durante o regime militar para atender aos interesses do governo em controlar a produção e a circulação de livros. Dutra (2021, p. 71) inteira que “o governo exercia o seu caráter coercitivo através do INL e do Departamento de Polícia Federal, que passam então a exercer uma censura prévia na produção literária brasileira, de modo que o Instituto exerce o papel de júri acerca das produções literárias no país.”.

Já foram mencionados anteriormente alguns escritores que foram censurados durante a ditadura militar, mas é importante destacar aqui que não foram somente autores e livros brasileiros censurados no Brasil. O site Memórias da ditadura evidencia que “a ditadura também organizou verdadeiros *index*, ou listas de livros¹⁰ e autores proibidos. Em 1965, uma portaria do Ministério da Justiça indicava uma lista com 33 ‘livros de natureza subversiva’.” (Memórias Da Ditadura, 2016). Autores como Karl Marx e Friedrich Engels tiveram suas obras restritas, além de literaturas como *1984*, de George Orwell, *O processo*, de Franz Kafka, e *Cândido*, de Voltaire.

Como mencionado no início desse tópico, a ditadura militar foi o clímax da censura no Brasil. Os militares exerceram fortemente o controle e reprimiram a liberdade de expressão e o acesso à informação. E foi somente com o processo de redemocratização que esse cenário foi gradualmente apaziguado, mas não extinto. Por esse motivo, o próximo tópico irá evidenciar alguns episódios de censura a partir da abolição dos órgãos responsáveis pelo cerceamento com a constituição de 1988.

2.2.4 Sombras da censura na atualidade

Em outro momento neste trabalho, ao conceituar censura, foi abordado de certo modo como o controle da liberdade de expressão é exercido na atualidade. Para complementar, neste tópico iremos destacar alguns acontecimentos de grande repercussão

¹⁰ No link consta uma lista com alguns autores que tiveram livros censurados no período da ditadura: <https://memoriasdaditadura.org.br/livros-sob-censura/>.

relacionados ao cerceamento em feiras de livros no Brasil, na atualidade, para notabilizar-se que os acontecimentos são presentes e preocupantes. Com relação a isso, Costa (2016, p. 13) menciona que, “a censura não tem mais uma logomarca ou um processo burocrático legitimador como no passado, ela se manifesta através de ações judiciais, de pressão econômica, de assédio moral, de atitudes políticas de iniciativa do Estado”.

A partir disso, em setembro de 2019, na Bienal do Livro do Rio de Janeiro, houve um episódio significativo envolvendo a censura. Na ocasião, a prefeitura da cidade, liderada pelo prefeito Marcelo Crivella, tentou proibir a venda de uma história em quadrinhos intitulada *Vingadores - A Cruzada das Crianças*. A motivação por trás dessa tentativa de censura foi o fato de o livro retratar um beijo entre dois personagens do mesmo sexo. Sobre a Bienal, Reimão, Nery e Maués (2022) destacam que o:

“evento é promovido pela Câmara Brasileira do Livro, CBL, que reúne editores, livreiros, escritores, ilustradores e é aberto ao público em geral, aconteceu entre os dias 30 de agosto e 8 de setembro e contou com um público de mais de 600.000 visitantes e mais de 1300 atividades culturais” (Reimão; Nery; Maués, 2022, p. 10).

Além disso, o jornal *El País* destaca que:

[...] um grupo de fiscais da Secretaria Municipal de Ordem Pública percorreu, no início da tarde desta sexta, os estandes do evento para recolher livros com temas ligados à homossexualidade. Eram liderados pelo coronel Wolney Dias, ex-comandante da Polícia Militar e atual subsecretário de operações da Secretaria Municipal de Ordem Pública do Rio. E estavam ali por determinação do prefeito Marcelo Crivella, que havia visitado o evento um dia antes e se escandalizou com o romance gráfico da Marvel ‘Vingadores, A Cruzada das Crianças’. (Jucá, 2019).

A prefeitura do Rio de Janeiro alegou que o objetivo da proibição era proteger as crianças e os adolescentes da "sexualização precoce". No entanto, a medida foi amplamente criticada por ferir a liberdade de expressão e o princípio de diversidade e inclusão. A polêmica gerou uma grande repercussão e provocou uma mobilização tanto por parte dos participantes da Bienal quanto de organizações de defesa dos direitos LGBTQIAP+¹¹ e da liberdade de expressão. Muitos estandes da feira reagiram cobrindo seus livros com plástico preto em protesto contra a tentativa de censura (Figura 3).

¹¹ LGBTQIAPN+ é uma sigla que abrange pessoas que são Lésbicas, Gays, Bi, Trans, Queer/Questionando, Intersexo, Assexuais/Arromânticas/Agênero, Pan/Poli, Não-binárias e mais.

Figura 3 - Livros com plástico preto na Bienal do Livro em protesto a tentativa de censura



Fonte: O Globo (2019)

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que a censura imposta pela prefeitura era inconstitucional, garantindo assim o direito à liberdade de expressão e impedindo a restrição à venda dos livros na Bienal. Os autores Reimão, Nery e Maués (2022) produziram uma pequena linha do tempo do ocorrido:

5 de setembro – A Bienal emite nota afirmando que não realizará o recolhimento de nenhum livro.

6 de setembro- Em menos de uma hora são vendidos todos os exemplares de todos os estandes da Bienal do livro Vingadores: a cruzada das crianças.

6 de setembro – Fiscais da Secretaria de Ordem Pública do Rio de Janeiro são enviados à Bienal. Após conversa fechada com organizadores, nada recolhem.

6 de setembro - A organização da Bienal recorre à Justiça, com um mandado de segurança preventivo, solicitando o impedimento do recolhimento de livros e solicitando garantias

para o pleno funcionamento do evento.

6 de setembro – A Ordem dos Advogados do Brasil, OAB, assegura que o prefeito não tem poder para recolher obras literárias.

6 de setembro – Liminar da 5ª vara Cível do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, TJ-RJ, impede a apreensão de livros.

7 de setembro – Nova decisão do TJ-RJ, atendendo a recurso da prefeitura, manda recolher livros com temática LGBT que não estejam lacrados.

7 de setembro – Novamente fiscais da Prefeitura vão à Bienal e nada recolhem.

8 de setembro- Presidente do Supremo Tribunal Federal, STF, Dias Toffoli, derruba decisão do TJ-RJ que permitiu o confisco de obras literárias. (Reimão; Nery; Maués, 2022, p. 10-11).

O episódio na Bienal do Livro de 2019, no Rio de Janeiro, foi um exemplo de tentativa de censura que gerou debates e destacou a importância de proteger a liberdade de expressão, a diversidade e o direito de acesso a informações e ideias diversas. Entretanto, esse foi apenas um dos acontecimentos de tentativa de censura entre muitos outros. Reimão, Nery e Maués (2022) ainda afirmam que após esse episódio houve mais três tentativas de censura em feiras de livros. A primeira aconteceu em abril de 2019 na Feira

do livro da Universidade Mackenzie, no campus do bairro Higienópolis (São Paulo), em que as editoras Boitempo e Contracorrente foram vetadas pela reitora de participar da feira do livro da universidade. Com relação as motivações do veto, Reimão, Nery e Maués (2022) argumentam que:

A editora paulista Boitempo é uma referência na publicação de textos do pensamento crítico de esquerda, incluindo aí textos clássicos deste perfil. A editora Contracorrente, sediada em São Paulo, trabalha muito por venda direta, e também apresenta um catálogo em que são destaques obras do pensamento de esquerda. O veto à participação das editoras na feira do livro do Mackenzie deu-se, evidentemente, pelo perfil político dos livros publicados por elas [...].

O segundo episódio de censura ocorreu na cidade de Nova Hartz, no Estado do Rio Grande do Sul; a escritora gaúcha Luisa Geisler foi desconvidada da feira do Livro de Nova Hartz e exemplares de seu livro “Enfim, capivaras” foram recolhidos por conter, de acordo com os censores, um “linguajar inadequado”. O terceiro caso de censura em feiras de livros ocorreu em abril de 2020, no Estado de Santa Catarina, na 13ª edição da Feira do Livro de Jaraguá do Sul; na ocasião, a jornalista Miriam Leitão¹² e o sociólogo Sérgio Abranches foram desconvidados pelos organizadores do evento após petição eletrônica contra a presença da jornalista no evento devido ao seu “viés ideológico e posicionamento”.

2.3. O LIVRO COMO OBJETO DE PERSEGUIÇÃO

O livro é um importante objeto para o avanço das sociedades e para o crescimento intelectual dos indivíduos. É ele quem permite às pessoas registrarem fatos importantes da história e repassar tais acontecimentos às sociedades posteriores, atuando como um vetor do conhecimento. Assim, é importante salientar que o livro, na forma como o conhecemos hoje, se popularizou a partir de 1450, com a prensa de tipos móveis construída por Gutenberg. Igualmente, o gradativo aumento do alfabetismo conferiu novos contornos à leitura, isto é, a informação se tornou acessível a um público mais amplo, incluindo pessoas de diferentes classes sociais e níveis de educação. Com relação a isso, Amorim *et al.* (2019) aludem que “O livro é um objeto de destaque no âmbito cultural, pois com ele a informação pode ser armazenada, transportada e disseminada. O aparecimento do livro possibilitou a profusão de ideias que transformaram a sociedade”.

¹² “Miriam Leitão é autora de sete livros e vencedora de dois prêmios Jabuti, entre seus livros mais difundidos e premiados está a obra *Saga Brasileira: a história de um povo por sua moeda*, publicado pela editora Record. Em sua juventude atuou contra a ditadura e foi torturada por órgãos da repressão, experiência que relatou em livro há alguns anos. Sérgio Abranches, cientista político, escreveu, entre outros, o livro *Presidencialismo de Coalizão*, publicado pela editora Companhia das Letras.” (Reimão; Nery; Maués, 2022, p. 12).

Todavia, em sua história, o livro foi amplamente perseguido, censurado e destruído. Esses atos são reflexo de uma sociedade marcada pelo autoritarismo, ainda que justificativas utilizadas para as práticas variem de acordo com o contexto cultural, político e social de cada época e lugar. Nessa perspectiva, desde a antiguidade, a prática mais comum de censurar uma bibliografia é destruindo ou queimando. Assim sendo, a destruição intencional de um bem histórico e cultural como os livros é uma forma de violência à sociedade em razão de que limita o acesso ao conhecimento, traz prejuízos a pesquisas e sobretudo apaga uma parcela da história e da sociedade. Nesse sentido, a despeito do assunto, Renata Santos (2015, p. 32) destaca que:

Nas sociedades que utilizam a escrita como meio de comunicação e de transmissão de conhecimento, os materiais bibliográficos (livros, revistas, jornais, etc.) constituem importantes suportes de informação. O livro, especialmente, teve ao longo dos séculos, relevante destaque nos processos de difusão de saberes, crenças e opiniões. Entretanto, também foi censurado, destruído e saqueado.

O livro é um símbolo profundamente significativo, o que o caracteriza como uma ameaça principalmente para governos autoritários que classificam determinados assuntos como perigosos ao governo ou prejudiciais à moralidade pública. Assim sendo, a destruição de livros, assim como a censura, advém de contextos históricos. Nessa perspectiva, Sales (2016, p. 36) menciona que:

Um livro é destruído com a intenção de aniquilar a memória, ou seja, é o patrimônio das ideias de uma cultura inteira. Ocorre a destruição contra tudo o que se considera ameaça direta ou indireta a um valor superior. O livro não é destruído por ser odiado como objeto, mas por ser portador de ideias que podem ser ameaçadoras a governos, religiões, causas ou a qualquer um contrário ao conteúdo nele presente.

A partir de todo o mencionado, é significativo evidenciar alguns exemplos notáveis de perseguições aos livros ao longo da história. Desse modo, um dos casos mais antigos foi a destruição da biblioteca de Alexandria, uma das mais famosas e importantes da antiguidade. Localizada na cidade de Alexandria, no Egito, foi fundada no século III a. C. durante o reinado de Ptolomeu I. A perda da Biblioteca de Alexandria é considerada uma das maiores tragédias culturais e intelectuais da história, pois resultou na destruição de um vasto conhecimento acumulado ao longo de séculos.

Nesse sentido, a história da Biblioteca de Alexandria foi marcada por muitos eventos trágicos, e acredita-se que tenham ocorrido em várias fases da sua existência. A biblioteca foi alvo de invasões e incêndios ao longo dos séculos, resultando na perda irreparável de muitas obras literárias e científicas valiosas. Ainda sobre o fim da biblioteca,

Mey (2004) destaca que são muitas as lendas em relação à destruição da biblioteca de Alexandria e evidencia algumas delas. A primeira trata do incêndio ocasionado de forma involuntária por Júlio César que, em guerra com Ptolomeu XIII, ordena a queima dos barcos egípcios do porto com o intuito de derrotar seu inimigo; o incêndio teria se espalhado e queimado dezenas de milhares de livros da Biblioteca, ou a própria Biblioteca. Ainda com relação a essa lenda, Mey (2004, p. 80), cita que “O incêndio existiu, de fato; os navios egípcios se queimaram e dezenas de milhares de rolos também. Quanto ao resto da história... o paciente leitor pode escolher sua versão.”.

A segunda versão para o incêndio que destruiu a biblioteca de Alexandria foi a de que Teodósio, que era o imperador de Alexandria na época, e Teófilo, que seria o patriarca de Alexandria em defesa do cristianismo mandou queimar todas as obras pagãs. Com relação a isso, Mey (2004, p. 80) relata que “o historiador Orósio visitou Alexandria em 415 a. C. e confirmou o desaparecimento da Biblioteca no século V. O mesmo Grupo narra a morte trágica de Hipácia, arrastada por um carro cheio de monges e queimada viva nos restos da Biblioteca”.

O terceiro incêndio, de acordo com Mey (2004), foi o mais pitoresco e reflete o preconceito ocidental. Amr Ibn al-As, conquistador de Alexandria em 642 a. C., teria ordenado que os livros que não concordassem com a palavra de Deus [Alá] fossem destruídos.

Vale ressaltar que a biblioteca tornou-se famosa por sua enorme coleção de papiros e pergaminhos, estimada em centenas de milhares de volumes. Dessa forma, a perda da Biblioteca de Alexandria resultou em uma perda infundável, isso porque o lugar foi um dos maiores centros de pesquisa e produção de conhecimento da antiguidade. A (Figura 4) é uma Representação artística do interior da Biblioteca de Alexandria no século XIX.

Figura 4 - Biblioteca de Alexandria



Fonte: Wikipédia (2001)

Outro evento de grande efeito na história de perseguição aos livros foi durante a Inquisição, que ocorreu durante a Idade Média, estabelecida para combater a heresia e garantir a conformidade religiosa dentro da Igreja. Segundo o Arquivo Nacional e História Luso-brasileira (2021).

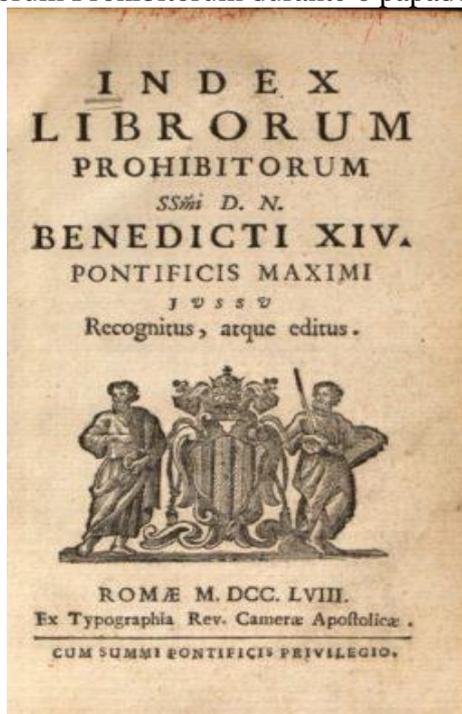
O Santo Ofício sistematizou as leis e jurisprudências acerca dos crimes relativos à feitiçaria, blasfêmia, usura e heresias. Os processos eram constituídos a partir de denúncias e confissões feitas, muitas vezes, por aqueles temerosos de serem acusados de acobertar ou fomentar as heresias.

Com relação a isso, foi criada em 1515 a primeira lista de livros proibidos, o *Index Librorum Prohibitorum* (Figura 5). Altman (2010) especifica que:

Autores importantes das ciências, da arte e da política, como Galileu, Voltaire, Victor Hugo, Copérnico, Maquiavel, Erasmo de Roterdã, David Hume, Pascal, Spinoza, Alexandre Dumas, Balzac, Zola, Locke, Diderot, Flaubert, Thomas Hobbes, Descartes, Berkeley, Rousseau, Montesquieu, Anatole France e Kant frequentaram a lista. Os "*indices*" eram regras aceitas como um guia para o censor oficial da Igreja, que julgava se a obra tinha algo fora dos critérios católicos: qualquer deficiência moral, sexualidade explícita, incorreção política, superstição, paixões carnisais, heresias. A obra, além de proibida, era muitas vezes queimada.

Nessa circunstância, a Inquisição é lembrada como um período de eventos sombrios, de muita perseguição e transgressão a direitos fundamentais. Muitas pessoas morreram tentando defender suas ideias, sua religião e a própria ciência. Embora o evento da Inquisição tenha ocorrido a cerca de cinco séculos atrás, o seu impacto é significativo nos dias atuais, uma vez que áreas como ciências, religião e cultura foram amplamente afetadas.

Figura 5 - Index Librorum Prohibitorum durante o papado de Bento XIV (1758)



Fonte: Infoescola (1758)

O último evento, não menos impactante que os outros, ocorreu há menos de um século na Alemanha. A perseguição dos nazistas aos livros foi um acontecimento marcante e surpreendente na história, uma vez que a intolerância não era dirigida apenas aos livros, mas sim a grupos de pessoas, especialmente os judeus. Nessa circunstância, os livros que tinham ideias contrárias ao nazismo ou tinham um autor judeu eram queimados em praça pública. Assim, o Museu Memorial do Holocausto dos Estados Unidos[2018?], descreve um dos atos mais marcantes em relação a censura de livros durante a segunda Guerra Mundial (Figura 6).

Em 6 de abril de 1933, a Associação Nazista Estudantil Alemã divulgou nacionalmente um "Ato contra o Espírito Não Germânico", o qual culminou em uma "depuração" ou "limpeza" literária pelo fogo. Em um ato simbólico de envergadura profética, em 10 de maio de 1933 os estudantes universitários atearam fogo em mais de 25.000 livros por eles considerados "não alemães", pressagiando uma era de censura política e de controle cultural nazista sobre toda a população. Naquela noite, estudantes de direita, em trinta e quatro cidades universitárias na Alemanha, marcharam à luz de tochas em desfiles organizados para protestar "contra o espírito não alemão".

Figura 6 - Reunidas na praça da ópera em Berlim, multidões de estudantes e membros das tropas de assalto queimam livros considerados "não-alemães" pelos nazistas



Fonte: Museu Memorial do Holocausto dos EUA

Como mencionado anteriormente, os mais afetados com a censura de livros foram os escritores judeus, como Albert Einstein e Sigmund Freud. Entretanto, também foram alvos autores renomados como Thomas Mann, Heinrich Mann, Bertolt Brecht e muitos outros, no intuito de intimidar e silenciar vozes contraditórias ao regime nazista.

Os três eventos citados deixam evidente que a perseguição aos livros ocorreu durante toda a sua história independente do seu formato, isto porque tivemos a censura imposta aos papiros e pergaminhos, aos livros manuscritos e impressos e, hoje, aos *e-books*. Esta seção de fundamentação teórica abordou o conceito de censura, uma contextualização histórica da questão no Brasil e problematizou a indagação do livro como objeto de perseguição. A próxima seção dedica-se a metodologia do presente estudo.

3 METODOLOGIA

A metodologia em uma pesquisa é a parte que descreve e explica a abordagem, os procedimentos, os métodos e as técnicas utilizadas para realizar a pesquisa e alcançar os objetivos propostos no estudo. Essa seção é fundamental para que os leitores compreendam como os dados foram coletados, analisados e interpretados, além de avaliar a validade e a confiabilidade dos resultados apresentados. Nesse contexto, Marconi e Lakatos (2010, p. 139) definem que a pesquisa é “um procedimento formal com método de pensamento reflexivo que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para se conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais”.

O presente tópico apresenta o desenho metodológico da pesquisa que realiza o mapeamento da censura de livros literários no Brasil durante o período de 2010 a 2023, mediante a análise de notícias relacionadas e disponibilizadas na *internet*. Tal recorte temporal contempla os últimos 14 anos, aqui entendido como período que compreende a atualidade. Abarca a delimitação do campo de pesquisa, universo e amostra, classificação da pesquisa, instrumentos e técnicas de coletas de dados, etapas da pesquisa e procedimento de coleta e de análise dos dados.

3.1 DELIMITAÇÃO DO CAMPO DE PESQUISA

Delimitar o tema é selecionar um tópico ou parte de um trabalho a ser focalizado, ou seja, refere-se ao processo de especificar e definir claramente os limites e o escopo de um assunto ou tópico de pesquisa. Segundo Oliveira (2011, p. 12), “A delimitação do tema pode ser feita pela sua decomposição em partes. Essa decomposição possibilita definir a compreensão dos termos, o que implica na explicação dos conceitos. Ela também pode ser feita por meio da definição das circunstâncias, de tempo e de espaço.” Em suma, a delimitação ajuda a estabelecer parâmetros claros para a investigação, fornecendo direção e foco ao trabalho.

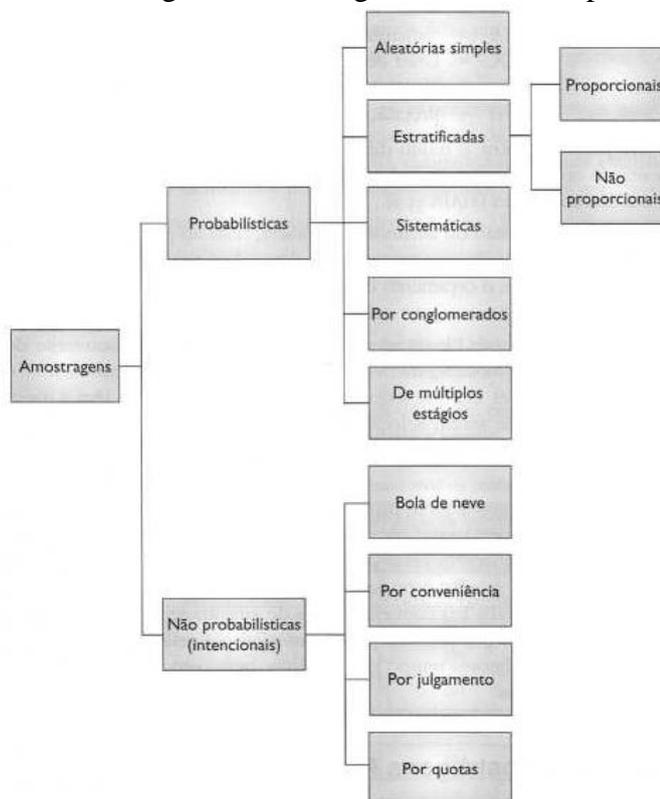
Nesse contexto, a fim de versar sobre a censura de livros na atualidade, a pesquisa delimitou-se a partir de um recorte temporal de 2010 a 2023. A partir de exploração não exaustiva no buscador *Google*, foram coletadas e selecionadas, a critério da pesquisadora, notícias relacionadas à censura de cada um dos anos do recorte temporal. Essas notícias são oriundas de jornais eletrônicos como, a título de exemplo, *Folha de São Paulo* e *El País*.

3.2 UNIVERSO E AMOSTRA

O universo de uma pesquisa, também chamada de população, de acordo com Fábio Appolinário (2004, p. 128), pode ser entendido como a totalidade de pessoas, animais, objetos ou eventos que partilham de características em comum que os definem. Quanto à definição de amostra, pode conceituar-se segundo Appolinário (2004, p. 128), como “subconjuntos de sujeitos extraído de uma população por meio de alguma técnica de amostragem”.

Foi adotada nesta pesquisa, em função da metodologia escolhida, a tipologia amostral. Em relação aos tipos de amostras existentes Appolinário (2004), denota que há uma grande diversidade como ilustra a Figura 7:

Figura 7 - Visão geral acerca dos tipos de amostragem



Fonte: Appolinário (2004)

Para este estudo utilizou-se da pesquisa de amostragem não probabilística por conveniência. Caracterizada por Appolinário (2004, p. 134) como: um tipo de amostragem escolhida pela conveniência do pesquisador. Assim, essa tipologia não carece de rigor estatístico e a atribuição da seleção fica a critério do pesquisador. Além disso, o tipo

amostral é utilizado principalmente em pesquisa de caráter qualitativo em que a precisão não é fundamental ao estudo.

Em suma, a amostra dos elementos de pesquisa contempla as notícias que enfocam o tema da censura de livros de 2010 a 2023. Como fonte de pesquisa foi utilizado o Google, uma vez que o buscador indexa uma vasta quantidade de informações *online*, o que o torna um recurso conveniente para encontrar uma ampla variedade de informações. Para essa busca, foram utilizados os termos “Censura de Livros”, Censura AND “livros” e “Censura OR “livros”¹³ delimitando o período de acordo com o recorte temporal selecionado. Com isso, estabeleceu-se um levantamento que reuniu um total de 14 notícias, como mostra o quadro a seguir (Quadro 1):

Quadro 1 - Notícias recuperadas

Tema	Fonte	Ano da Notícia
Conselho de Educação quer banir livro de Monteiro Lobato das Escolas	O Globo	2010
Proibição de biografias leva editoras ao Supremo	Folha de São Paulo	2011
Continua veto a livro que diz que Lampião era gay	G1	2012
Procuradoria Geral Federal vai apurar censura a cordel de pernambucano	G1	2013
'Se tivesse medo, não teria escrito' diz autor sobre tráfico de órgãos	G1	2014
Prefeitura retira livro das bibliotecas de escolas municipais	Folha de Dourados	2015
Acusada de censura, Editora 34 diz que recusou livro por motivos literários	Folha de São Paulo	2016
Livro infantil que sugere casamento entre pai e filha é retirado de escolas no ES	G1	2017
Escola católica do Rio censura livro acusado de ser de esquerda	Veja	2018

¹³ Os operadores booleanos são usados para refinar e especificar os resultados de pesquisa. Isso é particularmente útil quando se está buscando informações específicas ou precisa excluir certos termos da sua pesquisa.

Livro distribuído na rede municipal é alvo de polêmica	Gazeta de Limeira	2019
Governo Dória censura lista de livros de projeto em presídios de São Paulo.	Folha de São Paulo	2020
Taxar livros é censura tributária	Folha de São Paulo	2021
Justiça proíbe Palmares de doar livros e Camargo cria 'acervo da vergonha'.	Folha de São Paulo	2022
Livro de Marçal Aquino é retirado de lista de vestibular após polêmica com deputado.	Folha de São Paulo	2023
		Total: 14

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

As notícias selecionadas estão disponibilizadas, na íntegra, no Anexo A.

3.3 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

A presente pesquisa se classifica, quanto a sua natureza, como básica, uma vez que o objetivo principal é expandir o conhecimento teórico no que corresponde à censura de livros. Além disso, o estudo não é orientado por aplicações práticas ou pela resolução de problemas específicos. Appolinário (2011, p. 146), declara que a pesquisa básica tem como objetivo principal “o avanço do conhecimento científico, sem nenhuma preocupação com a aplicabilidade imediata dos resultados a serem colhidos”.

Quanto à abordagem metodológica, empregou-se o método qualitativo. Flick (2013, p. 22), descreve a pesquisa qualitativa como um modelo que evita hipóteses e operacionalização, além disso, a pesquisa não é padronizada e é projetada para ser o mais aberta possível. Com relação a isso, Godoi *et al.* (2006, p. 91), destacam que a “pesquisa qualitativa é um conceito ‘guarda-chuva’ que abrange várias formas de pesquisa e ajuda a compreender e explicar o fenômeno social [...]”.

Este trabalho também tem como base uma pesquisa documental que, de acordo com Severino (2016, p. 131), tem como objeto os:

[...] documentos no sentido amplo, ou seja, não só de documentos impressos, mas sobretudo de outros tipos de documentos, tais como jornais, fotos, filmes, gravações e documentos legais. Nestes casos, os conteúdos dos textos ainda não tiveram nenhum tratamento analítico, são ainda matéria-prima, a partir da qual o pesquisador vai desenvolver sua investigação e análise.

Os documentos são a principal fonte de dados na pesquisa documental. Eles podem ser utilizados principalmente para compreender contextos, fatos históricos e examinar discursos. No contexto desta pesquisa o método terá como fundamento a análise de notícias que, segundo Gil (2008, p. 45), são materiais que ainda não passaram por tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa. Versando ainda sobre a pesquisa documental Lima Júnior *et al.* (2021, p. 42) salientam que:

A pesquisa documental é aquela em que os dados logrados são absolutamente provenientes de documentos, como o propósito de obter informações neles contidos, a fim de compreender um fenômeno; é um procedimento que utiliza de métodos e técnicas de captação, compreensão e análise de um universo de documentos, com bancos de dados que são considerados heterogêneo.

Por fim, o estudo se caracteriza como uma pesquisa descritiva em virtude de buscar compreender o motivo pelo qual os livros são censurados atualmente. Nesse sentido, de acordo com Gil (2008, p. 28), a pesquisa descritiva “[...] tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população, fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”. Além disso, nesse tipo de pesquisa o pesquisador procura descobrir como e com que frequência o fenômeno acontece.

A partir do mencionado, no Quadro 2 é evidenciada a síntese das classificações da pesquisa.

Quadro 2 - Síntese das classificações da pesquisa

Critério	Classificação	Definição
Natureza	Básica	“Objetiva gerar conhecimentos novos úteis para o avanço da ciência sem aplicação prática prevista. Envolve verdades e interesses universais.” (Silva; Menezes, 2005, p. 20)
Procedimento	Pesquisa documental	“Quando elaborada a partir de materiais que não receberam tratamento analítico.” (Silva; Menezes, 2005, p. 21)
Abordagem	Qualitativa	“Considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave.” (Silva; Menezes, 2005, p. 20)
Objetivo de estudo	Descritiva	“Visa descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Envolve o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados: questionário e observação sistemática. Assume, em geral, a forma

		de Levantamento.” (Silva; Menezes, 2005, p. 21)
--	--	---

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Esta seção teve como objetivo demonstrar a categorização da pesquisa com base em diferentes critérios, sendo eles: Natureza, Procedimento, Abordagem e o Objetivo de estudo. A próxima seção tem como finalidade demonstrar como realizou-se os procedimentos de coleta de dados.

3.4 INSTRUMENTOS E TÉCNICAS DE COLETA DOS DADOS

A técnica de coleta de dados utilizada neste trabalho foi o levantamento documental, procedimento que foi conceitualmente definido a partir de pesquisa documental mencionada no tópico anterior. A vista disso, no que concerne às fontes utilizadas em uma pesquisa documental, Gil (2008, p. 51) sugere e classifica como sendo as fontes de documentação mais importantes: os registros estatísticos, os registros institucionais escritos, os documentos pessoais e as comunicações em massa. O autor ainda menciona que os documentos de primeira mão, são aqueles que não receberam qualquer tratamento analítico, tais como: “documentos oficiais, reportagens de jornal, cartas, contratos, diários, filmes, fotografias, gravações etc.”

A técnica de análise dos dados escolhida é a análise de conteúdo, utilizada para compreender o significado de temáticas a partir de uma interpretação sistemática, resultando na extração de informações valiosas de um determinado documento. Nesse contexto, Campos (2004, p. 611), informa que “a fase de analisar os dados, na execução de uma pesquisa científica, seja um dos momentos mais nevrálgicos e a escolha do método ou da técnica para a sua realização necessite do pesquisador muita atenção e cuidado”. Sendo assim, Campos (2004, p. 611), ainda ressalta que “Um método muito utilizado na análise de dados qualitativos é o de análise de conteúdo, compreendida como um conjunto de técnicas de pesquisa cujo objetivo é a busca do sentido ou dos sentidos de um documento.”

Nesse cenário, o quadro abaixo demonstra a coleta de dados do trabalho a partir dos objetivos definidos (Quadro 3):

Quadro 3 - Fonte de Coleta de Dados

Objetivos	Procedimentos adotados	Fonte de coleta de dados
Verificar o estado da produção bibliográfica da área de Biblioteconomia e Ciência da Informação sobre a censura de livros.	Revisão Bibliográfica	Bases de dados (BRAPCI, Google Acadêmico, Portal de periódicos da CAPES)
Analisar notícias disponibilizadas na internet relacionadas à censura de livros literários.	Levantamento das notícias sobre censura de livros	Veículos de informação (jornais eletrônicos)
Identificar motivações e recorrências nas práticas de censura da atualidade.	Descrição e análise das notícias, buscando recorrências e infrequências.	-

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Esta seção teve como finalidade demonstrar como como foram realizados os procedimentos de coleta de dados. A próxima dedica-se a explicar o passo a passo para a prospecção dos dados, como eles foram trabalhados e organizados para proceder a análise dos materiais.

3.5 ETAPAS DA PESQUISA

Em um primeiro momento, foi realizada a prospecção dos dados a partir da ferramenta de busca *Google* e, posteriormente, a leitura dos resultados encontrados diretamente nos veículos de comunicação. Para isso, foram delimitadas as fontes e o recorte temporal, de modo a recuperar apenas notícias verídicas e de anos recentes. A segunda etapa da pesquisa foi o levantamento documental focado nas notícias de censura no período de 2010 a 2023. Assim, foi organizado um documento para a inserção das notícias recuperadas. Uma vez preenchidos os pré-requisitos definidos para a análise (conteúdo verídico, atual e que divulga uma prática de censura), as notícias foram selecionadas, uma por ano, a critério da pesquisadora. A seleção de uma notícia por ano teve como critério seu destaque em âmbito nacional, bem como a diferenciação das outras já selecionadas, assim considerando uma variedade de obras, agentes censores, espaços em que ocorreram os atos de censura, entre outros. Após essa seleção, foi feita a leitura cuidadosa dos documentos para organização das análises.

4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Nos últimos 14 anos, muitas obras e autores sofreram com tentativas de censura, em diversos contextos, sejam eles em igrejas, escolas, presídios, e até mesmo vetadas pela Justiça após ações propostas por quem se sentiu caluniado, ofendido ou invadido em sua intimidade. Assim, a partir desse momento, o trabalho dedica-se a entender, a partir da análise de notícias e da interpretação dos dados, como a censura de livros se manifesta em obras literárias atualmente, identificando as motivações e recorrências nessas ações.

4.1 ANÁLISES DAS NOTÍCIAS

O principal objetivo de uma notícia é transmitir informações relevantes para a sociedade. Além disso, é importante salientar a importância da ampla divulgação de atos de censura na mídia, uma vez que, quando a sociedade toma conhecimento desses atos, há uma maior probabilidade de mobilização e demanda por mudanças no que diz respeito à proteção à liberdade de expressão. Assim, a partir do desenho metodológico apresentado anteriormente, este tópico abordará a análise das notícias selecionadas, refletindo sobre as motivações das práticas de censura que elas retratam, elencadas por ordem cronológica. Dessa forma, na sequência, os acontecimentos serão apresentados de forma imparcial, abstendo-se de expressar opiniões pessoais. Além disso, faz-se necessário a utilização de uma linguagem objetiva, evitando adjetivos que possam influenciar a interpretação dos eventos. Sendo assim, a finalidade é exclusivamente fornecer informações embasadas em fatos, respaldadas por dados concretos, e manter-se como um observador neutro dos acontecimentos em questão.

4.1.1 Conselho de Educação quer banir livro de Monteiro Lobato das escolas - 2010

A polêmica envolvendo acusações de que as obras do escritor Monteiro Lobato eram racistas teve início em 2010. As indagações realizadas pelo Conselho Nacional de Educação eram para que suas obras não fossem distribuídas pelo governo ou, caso a distribuição se realizasse, que pudesse conter notas explicativas, devido aos conteúdos racistas das obras. É importante salientar que o contexto histórico social em que as obras foram escritas retratava ainda veemente um pensamento escravocrata e que nos dias atuais essas obras não podem ser disponibilizadas ao público alvo sem as devidas

problematizações. Sendo assim, a notícia analisada, no jornal O Globo, com o título “Conselho de Educação quer banir livro de Monteiro Lobato das Escolas”, publicada em 29/10/2010, destaca que “a alegação foi aprovada por unanimidade pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CNE) e foi feito a partir de denúncia da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial” (Conselho de Educação..., 2010). Além disso, em outra fonte de informação, o jornal Folha São Paulo, cita que o presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), da época Ophir Cavalcante, cobrou que o Ministério da Educação (MEC) verificasse de maneira imediata a decisão de banir das escolas públicas brasileiras a leitura do livro *Caçadas de Pedrinho*, de Monteiro Lobato, por considerá-lo racista. “O Ministério da Educação precisa rever essa decisão e deve desculpas ao País, não sendo aceitável que apresente uma mera justificativa”, citou Cavalcante (OAB diz que MEC..., 2010).

Ainda de acordo com a Folha de São Paulo, Fernando Haddad, que na época também era ministro da educação, se pronunciou:

Fernando Haddad, disse que iria pedir para o conselho rever o parecer que recomendou restrições à distribuição do livro. Haddad disse ter recebido diversas reclamações de educadores e especialistas contra a decisão do CNE. “Foram muitas manifestações para que o MEC afaste qualquer hipótese de censura a qualquer obra”, afirmou. (OAB diz que MEC..., 2010)

É considerável destacar que no parecer do CNE não constava a tentativa de restrição apenas da obra de Lobato, mas apontava que o critério de seleção de materiais diversos, de acordo com o MEC, deveria primar pela "ausência de preconceitos, estereótipos ou doutrinações" (Tito, 2010). O portal G1, em matéria intitulada “CNE quer que Monteiro Lobato com trechos racistas tenha nova edição”, publicada na data de 30/10/2010, aponta que o parecer:

sugere que livros com teor semelhante não sejam selecionados no PNBE ou, caso sejam, a Coordenação-Geral de Material Didático e a Secretaria de Educação Básica do MEC deverão exigir da editora a inserção de uma "nota explicativa" com esclarecimentos ao leitor sobre a presença de estereótipos raciais na literatura. (Tito, 2010)

Tito, ainda informa que o parecer, em outro trecho, refere que o governo deve adotar políticas públicas que buscam "formar professores que sejam capazes de lidar pedagogicamente e criticamente com "obras consideradas clássicas presentes na biblioteca das escolas que apresentem estereótipos raciais" (Tito, 2010).

É importante salientar que a obra *Caçadas de Pedrinho* foi publicada originalmente em 1933, e a narrativa reflete o contexto histórico e social da época, mas que também contém estereótipos e expressões que hoje são considerados ofensivos. Assim, toda a discussão em torno de *Caçadas de Pedrinho* decorre da forma em que tia Nastácia (uma mulher negra) é retratada na obra, de forma preconceituosa, fazendo referências a personagens animais tais como urubu e macaco. A imagem abaixo demonstra alguns trechos preconceituosos retirados da obra.

Figura 8 - Trechos preconceituosos retirados da obra *Caçadas de Pedrinho*



Fonte: Rupp (2010) - Gazeta do Povo.

Dessa forma, com relação ao parecer do CNE, restringir o acesso à obra seria uma forma de censura, e deve ser questionada e repudiada, todavia a nota explicativa que o parecer cita é plausível uma vez que preservar a obra original como um reflexo de seu tempo, destacando a importância de compreender o contexto histórico em que foi escrito é fundamental. Além disso, é importante investir em capacitação de professores e incentivar a formação continuada sobre questões de diversidade, inclusão e representatividade na literatura, para que o professor como mediador da leitura em sala de aula incentive a leitura crítica e reflexiva além de estimular discussões abertas e respeitadas sobre as

representações raciais em obras clássicas como as de Monteiro Lobato. Com relação a isso, Tenório (2023) alude sobre o leitor sensível:

Volta e meia a ideia de rever textos, filmes ou obras de arte que contenham registros sexistas, misóginos ou racistas, por exemplo, é questionada. Isso não significa que esse leitor interno falhou, mas que a literatura daquele momento lhe pareceu a mais honesta, o que não necessariamente corresponde à realidade.

Dessa forma, como já mencionado anteriormente, é fundamental refletir sobre o contexto histórico social em que as obras foram escritas, uma vez que carregam a importância da preservação da obra, ou seja, é crucial analisá-la criticamente, reconhecendo que as percepções e valores mudam ao longo do tempo. Tenório (2023) afirma que em casos de literatura que aborda discursos como o do racismo a contestação é válida e legítima, isto é, é importante fazer questionamentos críticos dos registros para poder permitir a problematização de estereótipos e preconceitos a partir de pontos de vista atuais e que respeitem sujeitos historicamente marginalizados.

Por fim, Tenório (2023) reflete sobre a obra de Lobato e o apagamento das marcas do racismo:

[...] os livros de Monteiro Lobato carregam uma série de problemas de representação e de teor racista. Entretanto, apagar essas marcas preconceituosas tira do debate questões que fazem parte da nossa formação histórica. Portanto, não se trata de “cancelar” ou “higienizar” a literatura, mas discutir e refletir sobre ela. Foi colocando o racismo, a misoginia e a homofobia para baixo do tapete que chegamos a este cenário de violência e não aceitação da diferença.

A observação de Tenório (2023) sobre os livros de Monteiro Lobato destaca a presença de problemas de representação e conteúdo racista. No entanto, o chamado para não apagar essas marcas preconceituosas sugere que excluí-las do debate seria negligenciar questões intrínsecas à nossa formação histórica. A abordagem proposta não se resume a "cancelar" ou "higienizar" a literatura, mas sim a promover a discussão e reflexão sobre ela. A ideia é que ao esconder o racismo, a misoginia e a homofobia, contribui para um cenário de violência e intolerância.

4.1.2 Proibição de biografias leva editoras ao supremo - 2011

A polêmica das biografias foi um episódio que não só marcou o ano de 2011, mas que se desenrolou de 2007 a 2015. Teve início a partir de uma série de casos que envolveram processos judiciais movidos por figuras públicas com o objetivo de proibir a publicação de biografias não autorizadas. Um dos casos mais emblemáticos, que deu o pontapé inicial para todos os debates, envolveu a biografia do cantor Roberto Carlos,

escrita por Paulo César de Araújo. Nesse contexto, o cantor entrou com um processo judicial em 2007 para proibir a publicação da biografia não autorizada escrita por Araújo, intitulada *Roberto Carlos em Detalhes*. O processo foi baseado na alegação de que o livro violava a privacidade do cantor. Assim, a decisão judicial resultou em uma liminar que proibiu a circulação da obra. O grande embate e a delonga para as partes entrarem em um consenso foi pelo viés de que os casos geraram debates sobre a interpretação da lei e sobre como equilibrar a proteção da privacidade das figuras públicas com o direito à liberdade de expressão.

Nesse sentido, a reportagem da Folha de São Paulo, escrita pelos colunistas Matheus Magenta e Fábio Victor, relata que a série de proibições levaram não só as editoras, mas também os autores de biografias, ao Supremo Tribunal Federal em detrimento de alegações que o artigo 20 do código, em vigor desde 2003, é conflitante com a liberdade de expressão prevista na Constituição. Desse modo, a Associação Nacional dos Editores de Livros (Anel) entrou, na época, com uma ação questionando dois artigos do Código Civil. Um dos artigos determina que é preciso autorização para a publicação ou uso da imagem de uma pessoa. E que a divulgação de escritos, a transmissão, publicação ou exposição poderão ser proibidas se atingirem a honra, a boa fama, a respeitabilidade ou se tiverem fins comerciais. O outro artigo diz que a vida privada é inviolável.

Uma reportagem veiculada no programa televisivo Fantástico (TV Globo), na data de 27 de outubro de 2013¹⁴, destaca o ponto de vista de biógrafos, biografados e de entendedores:

João Máximo¹⁵, autor da biografia de Noel Rosa¹⁶

"Processe-se o biógrafo que injurie, calunie, difame ou fira a verdade em qualquer medida; mas respeite-se o que, ao biografar seriamente um homem público brasileiro contribua, de alguma forma, para contar um pouco da história do Brasil".

¹⁴ Reportagem veiculada no programa televisivo Fantástico (TV Globo), na data de 27 de outubro de 2013: <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2013/10/entenda-polemica-sobre-proibicao-de-biografias-nao-autorizadas.html>

¹⁵ João Máximo Ferreira Alves é dentista, jornalista, escritor, pesquisador e crítico musical. Atualmente colabora para o jornal O Globo e na ESPN Brasil, no programa "Loucos por Futebol".

¹⁶ Noel de Medeiros Rosa OMC foi um sambista, cantor, compositor, bandolinista, violonista brasileiro e um dos maiores e mais importantes artistas da música no Brasil.

Laurentino Gomes¹⁷

"Deixem que jornalistas, escritores e biógrafos trabalhem. Se eles mentirem ou cometerem injustiças, que sejam punidos de acordo com a lei. Mas sem censura".

Caetano Veloso

“Por que me somo a meus colegas mais cautelosos da associação Procure Saber,¹⁸ que submetem a liberação das obras biográficas à autorização dos biografados? Aprendi, em conversas com amigos compositores, que, no cabo de guerra entre a liberdade de expressão e o direito à privacidade, muito cuidado é pouco.”

Joaquim Barbosa¹⁹

"O ideal seria liberdade total de publicação, com cada um assumindo os riscos. Quem causar dano deve responder financeiramente".

Como mencionado no início do relato, a guerra entre Liberdade de expressão *versus* Direito à privacidade perdurou até o ano de 2015. No dia 10 de junho de 2015, o Supremo Tribunal Federal (STF), por 9 votos a 0, derrubou a exigência de autorização prévia para biografias. Daniel Camargos (2015) colunista do jornal Estado de Minas Nacional destaca falas expressadas pelos ministros na votação:

Cármen Lúcia, relatora da ação

“Cala a boca já morreu. É a Constituição do Brasil que garante”

¹⁷ José Laurentino Gomes é um jornalista e escritor brasileiro. Tornou-se famoso como escritor graças à sua autoria do best-seller 1808.

¹⁸ **Procure Saber** foi um movimento ocorrido no Brasil formado por cantores como Roberto Carlos, Caetano Veloso, Chico Buarque, Djavan, Erasmo Carlos, Gilberto Gil, Milton Nascimento e Marisa Monte, que defendia a autorização prévia para biografias não autorizadas, criado e coordenado por Paula Lavigne, ex-mulher de Caetano.

¹⁹ Joaquim Benedito Barbosa Gomes é um jurista e ex-magistrado brasileiro. Foi ministro do Supremo Tribunal Federal de 2003 até 2014, tendo sido presidente do tribunal de 2012 a 2014

Luís Roberto Barroso

“Quem desejar afastar a liberdade de expressão é que tem que explicar suas razões”

Rosa Weber

“A autorização prévia constitui uma forma de censura prévia que é incompatível com nosso Estado de direito”

Luiz Fux

“Por que uma pessoa que participa de um reality show pode alegar em termos de privacidade, se ela permite inclusive que seja filmada dormindo?”

Dias Toffoli

“Este dispositivo que estamos a julgar não está dando nenhum tipo de autorização plena ao uso da imagem das pessoas, ao uso da vida privada das pessoas de uma maneira absoluta, por quem quer que seja”

Gilmar Mendes

“Haverá casos em que certamente poderá haver justificativa até mesmo de decisão judicial que suste uma publicação. Isso se houver justificativa. Mas não nos cabe aqui tomar essa decisão a priori”

Marco Aurélio Mello

“Biografia, independente ou não de autorização, é memória do país”

Celso de Mello

“Não é possível que destruamos livros. Todos têm direito absoluto de expressar sua opinião”

Ricardo Lewandowski, presidente do STF à época:

“Sessão é histórica. A Corte hoje reafirma a mais plena liberdade de expressão artística, científica e literária desde que não se ofendam outros direitos constitucionais dos biografados”

A partir disso, em conformidade com a reportagem de Matheus Magenta e Fábio Victor (2011), a ação das editoras e escritores junto ao STF desempenhou um papel importante na mudança da legislação e na promoção de um ambiente legal mais favorável à publicação de biografias não autorizadas no Brasil. A lei das biografias, aprovada em 2015, viabilizou a importância da liberdade de expressão ao permitir a publicação de biografias não autorizadas, o que torna fundamental para garantir que autores, jornalistas e escritores tenham a liberdade de contar histórias de figuras públicas de maneira independente e crítica.

4.1.3 Continua veto a livro que diz que Lampião era gay - 2012

O caso do veto ao livro *Lampião Mata Sete*, do escritor Pedro de Moraes, faz parte também das polêmicas envolvendo as biografias. O livro se tornou problemático pelo motivo de retratar a figura de lampião como uma pessoa homossexual. Segundo o G1, o livro foi suspenso em virtude de uma ação movida por Expedita Ferreira, filha do cangaceiro.

Nesse contexto, a notícia analisada, veiculada no portal de notícias G1, discorre que o juiz da 7ª Vara Cível de Aracaju, Aldo Albuquerque, manteve a decisão de não permitir o lançamento do livro, argumentando que não leu o livro e que havia se baseado na Constituição Federal para continuar impedindo o lançamento da obra. Ainda sobre o caso, o portal G1 cita que:

O autor do livro, o juiz aposentado Pedro de Moraes, disse que vai recorrer da decisão junto ao Tribunal de Justiça de Sergipe (TJ-SE) e tem 15 dias para realizar o procedimento legal. Caso não tenha sucesso e o livro continue sendo censurado pela Justiça, ele disse que vai jogar os 1 mil exemplares que lhe restam no Rio Sergipe. (Continua veto..., 2012).

Sobre o sucesso do livro antes mesmo do lançamento, o G1 destaca que “No dia 6 de novembro do ano passado (2011), Pedro de Moraes participou da Segunda Bienal do Livro, em Salvador, e vendeu 1 mil exemplares, restando outros 1 mil para o lançamento em Aracaju, que não aconteceu.” (Continua veto..., 2012).

Ainda sobre o veto a obra de Moraes, o deputado federal Newton Lima²⁰ (PT-SP), em entrevista à Carta Capital, discorda da proibição do livro, criticando que:

É um equívoco, não cabe ao juiz dar uma sentença a partir de um juízo de valor próprio sobre o que é relevante ou não em uma obra. Porque cada um tem

²⁰ Newton Lima Neto é um político brasileiro. Foi prefeito de São Carlos por dois mandatos consecutivos e reitor da Universidade Federal de São Carlos.

pensamentos religiosos, ideológicos e morais diferenciados. Ele deve julgar à luz da constituição e não a partir de suas concepções de vida. (Carta Capital, 2012).

Após três anos de veto, em 2014, a obra foi enfim liberada para publicação, a Folha de São Paulo destacou que: “Em sua decisão, o desembargador Cezário Siqueira Neto afirma que a proibição do livro feria a liberdade de expressão. ‘Querer impedir o direito de livre expressão do autor da obra, no caso concreto, caracterizaria patente medida de censura’” (Após 3 anos..., 2014). Nesse contexto, Moreno e Amaral (2014) com relação a censura prévia das biografias destacam que:

Existem outros instrumentos menos totalitários e mais democráticos para combater eventuais abusos ao Direito à Liberdade de Expressão do que a Censura. Como a possibilidade de propor Ação de Indenização por Danos Morais e Materiais em face de inverdades, calúnia, difamação e injúrias cometidas contra os biografados, nesses termos não necessitando de qualquer forma de censura. Nesse sentido, admitir qualquer espécie de restrição ou censura, a obras literárias, seria um prejuízo muito grande, um retrocesso sem tamanho à sociedade brasileira, já que a Democracia e consequentemente a Liberdade de Expressão foram valores e direitos conquistados depois de muita luta. (Moreno; Amaral, 2014, p. 24)

Por fim, é importante destacar que a problemática é a linha tênue entre o respeito à privacidade e a afronta à liberdade de expressão. Sendo assim, entende-se que as biografias têm uma relevância significativa ao proporcionar uma visão íntima da vida das pessoas, oferecendo inspiração, preservando a história e contribuindo para o enriquecimento da compreensão histórica. Além disso, elas desempenham um papel crucial na transmissão de conhecimento, valores e experiências de uma geração para outra. Ou seja, a censura não é a forma mais competente para apaziguar a situação, nesse caso o biógrafo deve se responsabilizar, assumindo os riscos de ser processado seja pela família ou pela pessoa biografada.

4.1.4 Procuradoria Geral Federal vai apurar censura a cordel de pernambucano - 2013

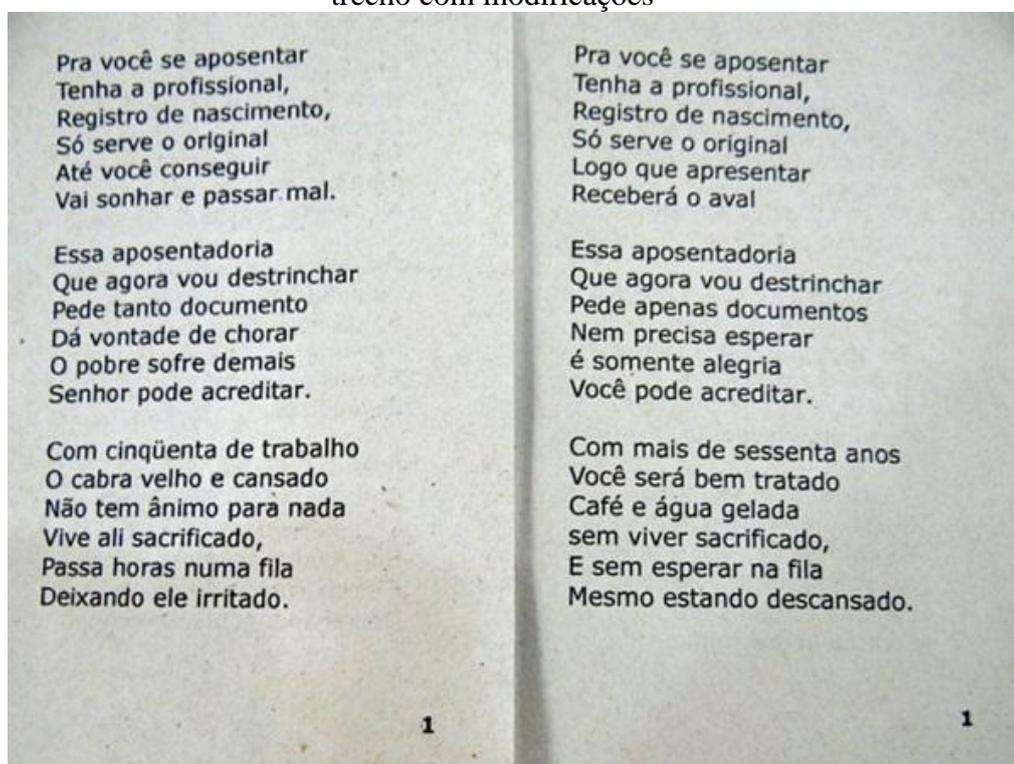
A lei da previdência para a aposentadoria é um cordel de autoria de Davi Texeira. O autor teve sua obra censurada a pedido do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), depois que um exemplar da obra chegou às mãos do Grupo de Proteção do Nome e Imagem das Autarquias e Fundações Públicas Federais, o qual argumentou que havia em seu escopo "conteúdo depreciativo à imagem do INSS".

Nesse sentido, Luna Markman, colunista do G1 de Pernambuco, traz a público o posicionamento declarado em entrevista concedida por Marcelo Siqueira, procurador-geral da União que iria apurar os procedimentos adotados pela procuradoria local:

Esse caso não passou aqui [na direção central]. Eu só soube há meia hora, pela notícia de vocês. O que eu posso te assegurar é que em nenhum momento a Procuradoria Geral Federal atua no sentido de cercear a liberdade de expressão, principalmente em uma obra artística, como o cordel. (Markman, 2013)

Com relação a isso, segundo o G1, após verificar o conteúdo da obra de Teixeira, a Procuradoria Regional Especializada do INSS (PRE/INSS), entrou em contato com o cordelista e, em audiência realizada em abril de 2013 na PRE/INSS, o autor se comprometeu a modificar o conteúdo do cordel, no prazo de 90 dias, adequando o texto aos requisitos do Programa de Proteção do Nome e Imagem das Autarquias e Fundações Públicas Federais. A Figura 8 mostra as duas versões do cordel, a original e a modificada.

Figura 9 - Do lado esquerdo, a primeira página do cordel original; à direita, o mesmo trecho com modificações



Fonte: Luna Markman - G1 (2013)

Assim, ao relatar ao G1 o encontro na PRE/INSS, Davi Teixeira disse que se sentiu intimidado em fazer as mudanças solicitadas e chegou a queimar 600 folhetos da obra. Deste modo, o cordelista entrou na Justiça porque ficou insatisfeito ao ver seu cordel alterado e proibido de circular. Ainda sobre o cerceamento, Paulo Perazzo, o advogado do

cordelista, afirmou que o cliente foi submetido a uma "pressão indevida, injustificada e sem amparo legal" (Markman, 2013).

Em suma, como já muito discorrido neste trabalho, a liberdade de expressão principalmente em democracias, é um direito fundamental. Assim, é importante ressaltar que espera-se que os órgãos públicos operem de maneira transparente, respeitando a diversidade de opiniões. Todavia, o cerceamento pode assumir diferentes formas e o caso em menção, ainda que adotado por um programa de proteção de nome e imagem, fere os direitos de liberdade de expressão.

4.1.5 ‘Se tivesse medo, não teria escrito’ diz autor sobre tráfico de órgãos - 2014

Um caso um tanto diferente de todos aqui listados, é o livro *Tráfico de Órgãos no Brasil – O que a máfia não quer que você saiba*, escrito pelo gerente de sistemas Paulo Airton Pavesi, que conta a história de seu filho Paulo Veronesi Pavesi, de 10 anos, que morreu após cair do prédio onde morava em Poços de Caldas (MG). Segundo o G1, Pavesi conta que seu filho teve os órgãos retirados e transplantados quando ainda, supostamente, estaria vivo.

O caso de censura em torno do livro, acontece mesmo antes da obra ser escrita e publicada quando, ainda segundo Paulo, o caso envolvendo seu filho foi “censurado” por parte da mídia local. O G1 relata que o livro, que possui mais de 400 páginas, conta com detalhes como tudo aconteceu e como ocorreu o seu processo de pedido de asilo, em 2008, na Itália, quando decidiu deixar o Brasil com alegações de estar sendo ameaçado. Nesse contexto, é importante ressaltar que a classe de censura em menção difere das demais, uma vez que as outras tratavam de obras já publicadas e esta, por sua vez, relaciona-se com a censura prévia dado que houve uma tentativa de inibir a publicação da obra. Logo, mesmo que inabitual, a censura prévia ainda ocorre nos dias atuais.

Assim, para entender o caso foram analisadas quatro notícias envolvendo o acontecimento no portal de notícias G1. Na primeira, escrita por Jéssica Balbino, intitulada *‘Se tivesse medo, não teria escrito’ diz autor sobre tráfico de órgãos*, Paula relata que procurou uma editora, a qual ele não revela o nome, e que havia enviado uma parte do livro para que fosse avaliada a possibilidade de publicação. A obra havia sido aprovada quase que imediatamente. No decorrer do período de negociação, a obra ficou pronta e foi assinado o contrato. Entretanto, no período de editoração, ele foi informado que o departamento jurídico havia barrado a publicação com medo de processos.

Em outra notícia analisada no Portal G1, Jéssica Balbino discorre que o autor declara que foi ameaçado, intimado e humilhado; sobre isso, o autor ainda argumenta o seguinte: “A cidade se voltou contra mim e me apontaram como alguém que queria destruir a Santa Casa. Passei a receber e-mails e recados de todos os lados. Me denunciaram à Justiça por injúria, calúnia e difamação, até eu deixar a cidade”. (Balbino, 2014).

Vale ressaltar que o ocorrido com o filho de Pavesi aconteceu no ano de 2000, mas somente em 2014 os médicos envolvidos foram condenados por homicídio qualificado e retirada irregular de órgãos, tecidos ou partes do corpo humano irregularmente, recebendo penas que variaram entre 14 e 18 anos de prisão.

Paulo Pavesi publicou seu livro em 2014, de maneira independente, e hoje em dia está à venda e também disponível para *download* na internet. É importante ressaltar que a influência de autoridades ou pessoas com o poder aquisitivo elevado, como no caso mencionado, é um elemento determinante nas práticas de censura, pois em muitos casos a opressão e a tentativa de silenciamento acontecem escancaradamente. Sendo assim, essas pessoas podem utilizar da opressão como uma forma de censura uma vez que utilizam o poder de forma sistemática para restringir a liberdade de expressão, limitar o acesso à informação, além de controlar a narrativa, como aconteceu com Pavesi. Nessa perspectiva, Costa (2006) em seu livro *Censura em cena: teatro e censura no Brasil*, ao relacionar o início da censura no Brasil com os portugueses, destaca que:

Percebe-se que a censura, ou seja, o controle de ideias e das manifestações de crenças, sentimento e crítica esteve presente por todo o período colonial, tendo se estabelecido através da Igreja e do Estado desde os primeiros tempos em terras brasileiras. Combateu dissidentes políticos, pessoas de origem desconhecida ou duvidosa, pobres e mestiços, mulheres sóas, gente sem instrução ou família, cristãos novos e ateus, convertendo-se numa prática cotidiana e ritualizada que aderiu à concepção do exercício do poder. Burocratizou-se, ajudando a perpetuar o desprezo das elites dirigentes para com a opinião pública [...] (Costa, 2006, p. 34).

Dessa maneira, é relevante salientar que a utilização de poder para suprimir ideais advém de um contexto histórico instaurado no Brasil. Costa (2006, p. 34) ainda ressalta que: “O Brasil, como será visto, desenvolveu no interior de suas instituições uma secular necessidade de negociação com os trâmites do poder como maneira de conviver com a intolerância e o preconceito endêmico.”

4.1.6 Prefeitura retira livro das bibliotecas de escolas municipais - 2015

Brígido Ibanhes, escritor do romance *Martí, sem a luz do teu olhar*, teve a sua obra retirada das prateleiras das bibliotecas das escolas municipais de Dourados, no Mato Grosso do Sul, por determinação de entidades superintendentes. Segundo Marques (2015), colunista da Folha de Dourados, a obra trata dos problemas sociais das periferias de Dourados e parte de Campo Grande. Além disso, Marques destaca que “a determinação, que afronta até a Constituição Federal, é assinada pela funcionária da Secretaria Municipal de Educação de Dourados (SEMED) Rose Liston” (Marques, 2015). Rose Liston, servidora da Secretaria de Educação de Dourados e também bibliotecária, ao ser questionada pelos diretores e funcionários das escolas sobre a retirada do livro, justificou afirmando que estava cumprindo “ordens superiores”.

O enredo do romance de Ibanhes conta a história de uma jovem estudante que sofre violência sexual e também fala sobre o transtorno bipolar. Além disso, ele fala da mulher e de seu universo, da depressão pós-parto, do meio ambiente e traz relatos ocorridos em Dourados entre 1990 e 2000. Como exemplo, figuram no enredo um deputado corrupto e um jornal, cujo editorial enaltece os ricos e poderosos. Em entrevista para o jornal Folha de Dourados, o autor da obra relata que:

Hoje vivemos um momento ímpar de consagração da liberdade de expressão, muito diferente da época da ditadura. Eu vejo a retirada, das bibliotecas públicas, do romance, como um violento atentado a essa liberdade, dom maior do ser humano dado por Deus. Da maneira injustificável como ela está posta, é uma afrontosa e escancarada censura. (Marques, 2015)

O escritor douradense ainda deu continuidade a sua indignação dando seu relato de um outro momento que foi censurado.

Isso me lembra o meu primeiro trabalho literário, “Silvino Jacques, o Último dos Bandoleiros”, também censurado e apreendido pela Justiça. Mas, os tempos eram da ditadura; mesmo assim, o Tribunal de Justiça do Estado acabou liberando a obra em 1992. Será que a serpente da censura andou botando seus ovos malignos na Secretaria de Educação? Se foi, precisa ser extirpada rapidamente, pois não podemos admitir retrocessos nesta questão. (Marques, 2015)

Ainda em relação ao enredo da obra, Marques (2015) aponta que nele estão representados um deputado corrupto e um jornal, cujo editorial enaltece os ricos e poderosos. O romance-reportagem, como denomina seu prefaciador, Prof. Dr. Paulo Nolasco, retrata os anos logo após a virada do milênio em Dourados e na região circundante. Trata da época em que Dourados era conhecida como o Portal do Inferno

devido à violência no trânsito, uso de drogas e presença massiva de armas de fogo. No entanto, a cidade passou a ter um governo popular e foi considerada o Portal do Céu, tornando-se a protagonista bipolar. O final não é um final feliz, em vez disso, ele retrata a vida como ela é, com suas tragédias e imprevisibilidades. O objetivo era ilustrar os problemas sociais, a corrupção institucional e a vida na periferia.

Com relação a retirada do romance da biblioteca, não houve motivação aparente; entretanto, dias depois do questionamento realizado pela Folha de Dourados, a redação de outro jornal local, o Dourados News, entrou contatos com a SEMED e a bibliotecária Rose Liston alegou que as obras foram retiradas para a avaliação da comissão de acervo literário da secretaria. Ainda conforme ela, além desta obra, outras quatro foram retiradas para o mesmo processo. Nas palavras da bibliotecária:

O pedido de retirada do livro foi feito em fevereiro de 2014 para que seja colocado o selo de classificação para faixa etária. Ao todo foram quatro obras, sendo duas de poesia, esse que é romance (Martí, sem a luz do teu olhar) e outra de um escritor do Estado de São Paulo, que não me recordo agora o nome. Foi feita no ano passado a reestruturação do acervo das bibliotecas, que faz parte do 'Plano Nacional do Livro', e esses exemplares já chegam com o selo de qual faixa etária está direcionado, os que não têm, precisam desse selo. Por isso algumas obras foram retiradas. (Livro retirado de escolas..., 2015)

O escritor Brígido Ibanhes, com relação a isso, argumenta que “Preciso que seja fundamentado os motivos da retirada. É muito sério isso, estou aguardando um retorno, esclarecimento. Assim como já procurei uma avaliação jurídica sobre o caso”. (Livro retirado de escolas..., 2015)

Nesse contexto, embora existam diferentes versões para o motivo da retirada da obra do catálogo das bibliotecas locais, a presença de expressões como “aborda a mulher por detrás”, “pegada animal”, “tapão no traseiro”, “potranca” e “omissão peniana” teria justificado a medida, versão questionada pelo autor que, como mencionado, chegou a ingressar com uma ação na Justiça contra a Prefeitura.

4.1.7 Acusada de censura, editora 34 diz que recusou livro por motivos literários - 2016

Antonio Risério acusou a Editora 34 de censura depois que sua obra *Que você é esse?* foi recusada pelos editores para publicação. A própria editora em questão já havia publicado três livros de ensaios de Antonio Risério, quais sejam: *A utopia brasileira e os movimentos negros* (2007), *A cidade no Brasil* (2012) e *Mulher, casa e cidade* (2015).

Segundo Maurício Meireles, colunista da Folha de São Paulo, a editora informou a Risério da decisão em uma mensagem que dizia:

Em face do acirramento da crise, com a turma pró-impeachment apelando para medidas ilegais e até criminosas para levar a cabo [...] a derrubada do atual governo [...], não nos sentiríamos bem engrossando esse caldo. Num momento em que o bom senso e a reflexão crítica estão indo por água abaixo, o seu livro poderia ser instrumentalizado nesse sentido. (Meireles, 2016)

Assim, ainda de acordo com a notícia da Folha, “O motivo da celeuma é o oitavo capítulo de ‘Que Você é Esse?’ Nele, Daniel Kertzman, protagonista, aparece atuando no marketing político e o romance faz referências veladas às campanhas eleitorais” (Meireles, 2016). Risério trabalhou como redator das campanhas presidenciais do Partido dos Trabalhadores (PT) de 2002 a 2010, juntamente com os marketeiros políticos Duda Mendonça e João Santana. Entretanto, o autor declara abertamente que se decepcionou com a esquerda brasileira porque ela adotou uma postura totalitarista.

Nesse contexto, em nota, a editora diz se orgulhar das obras já publicadas de Risério, mas afirma que "constatou vários problemas de ordem literária", como "falta de tensão na voz narrativa, digressões excessivas por parte do narrador, mistura (literariamente contraproducente) das vozes do narrador e dos personagens", entre outros. Com relação ao conteúdo que o autor diz que foi censurado, a editora afirma ainda que as passagens sobre o *marketing* político "soavam mais como um desabafo pessoal do que uma construção literária de peso". Assim, após a recusa da Editora 34, a editora Record se ofereceu dando "abrigo editorial" ao autor (Meireles, 2016)

Nesse contexto, a recusa de publicação da obra por motivos literários é uma prática comum e geralmente aceita no mundo editorial. Isto é, as editoras têm critérios específicos para selecionar obras que se alinhem com sua visão editorial, público-alvo e padrões de qualidade. Entretanto, ao recusar a publicação da obra por motivos políticos, motivação que fica clara na mensagem recebida por Risério, levanta questões éticas e pode ter implicações significativas na liberdade de expressão e na presença de diversidade de perspectivas nas publicações.

4.1.8 Livro infantil que sugere casamento entre pai e filha é retirado de escolas no ES - 2017

O livro *Enquanto o Sono Não Vem* é uma coletânea de poesias infantis escrita por José Mario Brant, um renomado poeta brasileiro. A controvérsia em torno deste livro está relacionada a uma das poesias incluídas, intitulada *A triste história de Eredegalda*, que

gerou críticas e debates devido à sua temática, uma vez que o pai sugere a ideia de se casar com uma de suas filhas, que acaba morrendo no fim da história. Os livros foram recolhidos das escolas municipais de Vitória, Serra e de Cariacica no Espírito Santo.

Segundo Manuela Albuquerque (2017), colunista do G1 Espírito Santo:

A Prefeitura de Vitória informou que os livros enviados pelo MEC foram recolhidos à sede da Secretaria Municipal de Educação e serão devolvidos com um parecer técnico-pedagógico com a devida explicação. A Prefeitura de Cariacica disse que, devido a reclamações dos professores, o técnico responsável pelo setor de livro didático enviou uma circular para as escolas para que o livro fosse recolhido. A Secretaria Municipal de Educação de Cariacica também vai devolver os livros ao MEC com um parecer técnico-pedagógico. A Secretaria de Educação da Serra falou que comunicou a todos os diretores de escolas para que ficassem atentos ao conteúdo e evitassem trabalhar com os livros. Após emitir o alerta, os livros começaram a ser recolhidos das unidades antes de serem manuseados pelas crianças.

Com relação a isso, o autor do livro, José Mario Brant, explica que conta a história há 25 anos e que o livro já foi publicado há mais de 15 anos e acredita que a polêmica gerada em torno da obra tenha sido causada por falta de informação e de capacitação dos profissionais. Albuquerque (2017) cita que, no projeto, o livro *Enquanto o sono não vem* é destinado a alunos do primeiro ao terceiro ano, com idades entre 6 e 8 anos. Ainda sobre o papel do mediador da leitura, Brant destaca que:

“Quando o contador sabe mediar a história, ela ganha outro aspecto. Há pouca capacitação em mediação. As pessoas acham que o material literário é o mesmo que didático, mas o literário é arte. Falta a capacidade de respeitar o universo dos contos e apresentá-los na hora certa ao público certo”. (Albuquerque, 2017)

O autor ainda afirma que:

“Foram milhões gastos em literatura para as escolas, não para os bolsos dos políticos. O PNAIC [Pacto pela Alfabetização na Idade Certa] deveria mandar junto com os livros esse tipo de capacitação. Talvez o projeto esteja chegando pela metade, talvez falte mais informação. Se a gente for censurar Eredegalda, vamos censurar irmãos Grimm, Monteiro Lobato...”. (Albuquerque, 2017)

Nesse contexto, abarcando um pouco da fala do autor censurado, é importante fazer menção que a literatura infantil pode desempenhar um papel fundamental na educação das crianças sobre o mundo e a sociedade, ajudando-as a desenvolver empatia, compreensão e pensamento crítico. Portanto, a censura não é a maneira mais eficaz em eventos dessa virtude. Nesse sentido, ao invés de censurar, acredita-se que é potente mostrar às crianças que literatura pode ser uma ferramenta valiosa de reflexão sobre temas delicados, tais como: diversidade, preconceito, morte, violência, entre outros. A partir da ficção, a criança pode refletir sobre as problemáticas do mundo em que está inserida e que, talvez, façam parte da sua trajetória de vida.

A visão idílica da infância provoca um apagamento de temas sensíveis na literatura, empobrecendo a experiência infantil no contato com o texto literário. Com relação a isso, Rodrigues e Souza (2021, p. 197) discorre que a formação do leitor literário, requer abertura para o diálogo. Isto é, “trazer obras literárias que tematizam os conflitos e dramas humanos pode possibilitar aos leitores – mesmo que crianças – pensarem sobre suas próprias vidas e experiências e ressignificá-las.”. Os autores ainda destacam que textos como *A triste história de Eredegalda* podem levar a importantes conversas em sala de aula, incluindo permitir que os leitores se comuniquem com os agentes escolares para falar sobre seu cotidiano e as relações que experimentam em um determinado contexto. (Rodrigues; Souza, 2021).

4.1.9 Escola católica do rio censura livro acusado de ser de esquerda - 2018

Em setembro de 2018, Luiz Puntel²¹ foi surpreendido ao ter seu livro vetado em um colégio particular no Rio de Janeiro. A sua obra, *Meninos sem pátria*, é inspirada no caso do jornalista José Maria Rabêlo²², que, perseguido pela ditadura, fugiu do país com a mulher e sete filhos. A história é narrada do ponto de vista de um jovem que conta a história de uma família obrigada a viver no exílio durante a ditadura militar, precisando passar por vários países, como o Chile e França, além de desfazer-se das referências afetivas de casa, da família e do país, por conta de toda a repressão e perseguições de cunho político e ideológico da época. Assim, o livro foi retirado da lista de leitura para os alunos do 6º ano do Ensino Fundamental, a pedido dos pais dos estudantes, sob a argumentação de que a publicação conteria um discurso cujo conteúdo subliminarmente teria o intuito de doutrinar as crianças com ideologias do campo político da esquerda. Nesse contexto, a autora da reportagem na Veja, Fernanda Molica, argumenta que:

O caso foi parar na página Alerta Ipanema (Figura 8), no Facebook, que tem como ilustração principal uma foto de campanha dos deputados Jair e Flávio Bolsonaro, candidatos, respectivamente, à Presidência e ao Senado. De acordo com um texto postado ontem na página, o livro “é acusado de doutrinar crianças” com “ideologia comunista em sala de aula”. A postagem afirma que "Meninos

²¹ Luiz Puntel é um escritor brasileiro conhecido pelos livros que escreveu para a série Vaga-Lume. É formado em Letras, com especialização em francês, e leciona cursos de Comunicação Verbal. Seu livro *O Grito do Hip Hop* foi indicado ao Prêmio Jabuti de Literatura Juvenil em 2005. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Luiz_Puntel.

²² José Maria Rabelo, nasceu em Campos Gerais, Minas Gerais, em 1928, teve que se exilar no Chile e em seguida para a França devido à ditadura militar. Abriu uma rede de livrarias tanto no Chile, quanto na França. Em 1979, voltou ao Brasil, passando a assumir o semanário do O Pasquim. Foi presidente do PDT mineiro e também atuou como presidente do Banco do Estado do Rio de Janeiro, no governo de Leonel Brizola. Faleceu em Minas Gerais em 2021. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Jos%C3%A9_Maria_Rabelo.

sem Pátria “critica governos militares enaltecendo a “ótica de esquerda”. O tema dividiu comentários na página: houve quem sugerisse que os pais retirassem os filhos do colégio, outras pessoas apoiaram a adoção do livro. (Molica, 2018).

Figura 10 - Caso de censura do livro Meninos sem pátria na página Alerta Ipanema, no Facebook



Fonte: Veja (2018)

Nessa circunstância, após as postagens e a notícia da censura ao livro repercutir, alunos do Colégio em questão se reuniram em frente à instituição para protestar. De acordo com Blower (2018) “Cerca de 50 alunos se reuniram em frente à instituição de ensino, com cartazes em que criticavam e questionavam a censura”. A partir da análise da notícia publicada no jornal O Globo, foram selecionadas algumas falas de quem estava no protesto:

Relato 1: Maria Clara Nakamura, 16 anos.

“Queríamos falar com a coordenação do ensino fundamental, onde o livro foi proibido, mas eles são muito fechados ao diálogo. A coordenadora do ensino médio decidiu não se pronunciar. Os pais viram um post sem nenhum fundamento sobre o livro, em uma página de Facebook. No livro, não há nenhuma violência explícita, é uma obra recomendada para a faixa etária dos alunos. A escola sempre foi bem receptiva, mas dos últimos anos para cá as eleições têm ativado os nervos das pessoas. Então a escola resolveu ceder à pressão dos pais. Em períodos normais isso não aconteceria.”

Relato 2: Luana Bahia, 16 anos.

“A censura de informação é perigosa. E não podemos aceitar essa decisão da escola assim, sem mais nem menos. Queremos o debate de ideias.”

Relato 3: Ricardo Rabelo - Jornalista que inspirou o livro “Meninos sem pátria”

“Em vez de promover um debate sobre censura e ditadura, a escola preferiu fazer como era naqueles tempos: "Não se fala mais nisso, o debate está encerrado, o livro está proibido". Foi um tiro no pé — acredita Ricardo. — O colégio deveria fazer uma autocrítica, reconhecer que errou e abrir um debate sobre isso. E eu estou disposto a vir aqui conversar, contar o que foi o exílio para mim e para a minha família. Nós sofremos, é muita dor ficar longe de casa.”

Relato 4: Luisa Vitorino, 17 anos.

“Quando eu li, foi muito importante porque, a partir dele, percebi que se consegue promover um debate sobre o assunto. E não só sob um ponto de vista. A repressão nunca é o caminho, e o livro mostra isso.”

Em entrevista concedida ao jornal El País e para o colunista Breiller Pires, o autor do livro, ao ser questionado sobre como recebeu a notícia de que seu livro acabou vetado em uma escola do Rio de Janeiro, replicou:

Eu fiquei surpreso. Meu livro é sobre a ditadura, um fato histórico. Jamais imaginei que, em 2018, seria censurado. *Meninos Sem Pátria* rendeu mais de 20 edições, sempre com boa aceitação do público e, principalmente, das escolas, que o recomendam para leitura didática. Não faz sentido acusá-lo de doutrinação ou proselitismo ideológico. (Pires, 2018)

Puntel ainda ressalta que é contra a doutrinação e que o “papel do professor é dar informação e mostrar caminhos aos alunos sem fazer julgamentos”. Mas não cabe aos pais determinar o que deve ser lido, muito menos o que não deve.” (Pires, 2018).

Assim, no que se refere ao cerceamento do colégio particular, percebe-se uma regressão no âmbito das interpretações de obras literárias. Isso ocorre porque situações como a mencionada implicam na censura de obras, com justificativas baseadas em supostas inadequações de conteúdo ou em uma aparente ideologia que, segundo os censores, não deve ser acessada pelo público jovem.

4.1.10 Livro distribuído na rede municipal é alvo de polêmica- 2019

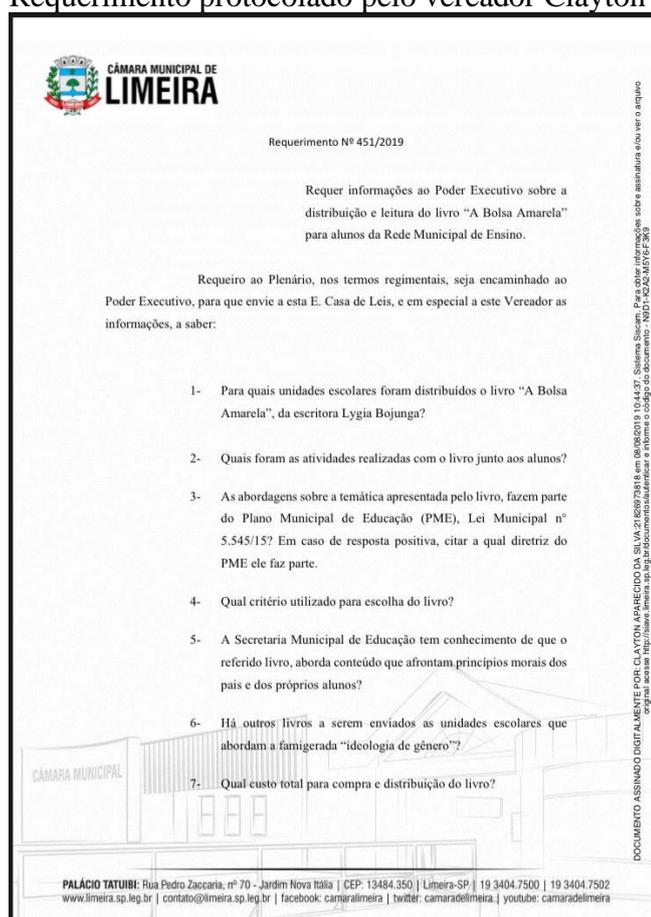
Considerado um clássico da literatura infantojuvenil, *A Bolsa Amarela*, da escritora Lygia Bojunga, foi publicado em 1976. Tem como pauta a história de uma menina chamada Raquel, que entra em conflito com os elementos de seu mundo ao reprimir três grandes vontades: a de crescer, a de ser menino e a de ser escritora.

Segundo a notícia no jornal Gazeta de Limeira, a polêmica envolvendo o livro de Bojunga surgiu a partir de comentários proferidos pelo vereador Clayton Silva (Partido

Social Cristão – PSC) nas redes sociais; em tom de crítica, o parlamentar cita que o exemplar aborda ideologia de gênero e, por isso, fez um requerimento à Secretaria Municipal da Educação questionando o uso e a distribuição do material, que estaria sendo usado por professores para estudos com alunos de 10 a 11 anos. “É um lixo ideológico”, citou o vereador. (Livro distribuído..., 2019)

No requerimento nº 451/2019 (Figura 10), Clayton Silva pede mais informações sobre a distribuição do livro para os alunos da rede municipal de Limeira e questiona quais atividades estavam sendo realizadas, qual foi o critério de seleção de compra e o custo, entre outros.

Figura 11 - Requerimento protocolado pelo vereador Clayton Silva



CÂMARA MUNICIPAL DE
LIMEIRA

Requerimento Nº 451/2019

Requer informações ao Poder Executivo sobre a distribuição e leitura do livro “A Bolsa Amarela” para alunos da Rede Municipal de Ensino.

Requeiro ao Plenário, nos termos regimentais, seja encaminhado ao Poder Executivo, para que envie a esta E. Casa de Leis, e em especial a este Vereador as informações, a saber:

- 1- Para quais unidades escolares foram distribuídos o livro “A Bolsa Amarela”, da escritora Lygia Bojunga?
- 2- Quais foram as atividades realizadas com o livro junto aos alunos?
- 3- As abordagens sobre a temática apresentada pelo livro, fazem parte do Plano Municipal de Educação (PME), Lei Municipal nº 5.545/15? Em caso de resposta positiva, citar a qual diretriz do PME ele faz parte.
- 4- Qual critério utilizado para escolha do livro?
- 5- A Secretaria Municipal de Educação tem conhecimento de que o referido livro, aborda conteúdo que afrontam princípios morais dos pais e dos próprios alunos?
- 6- Há outros livros a serem enviados as unidades escolares que abordam a famigerada “ideologia de gênero”?
- 7- Qual custo total para compra e distribuição do livro?

PALÁCIO TATUIBI: Rua Pedro Zaccaria, nº 70 - Jardim Nova Itália | CEP: 13484-350 | Limeira-SP | 19 3404.7500 | 19 3404.7502
www.limeira.sp.leg.br | contato@limeira.sp.leg.br | facebook: camaralimeira | twitter: camaradelimeira | youtube: camaradelimeira

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: CLAYTON FERNANDES DA SILVA. O ASSINANTE É: CLAYTON FERNANDES DA SILVA. Para obter informações sobre assinatura acesse o arquivo: <http://www.limeira.sp.leg.br/arquivo?Id=215235>

Fonte: <http://consulta.limeira.sp.leg.br/arquivo?Id=215235>

Com relação a tentativa de censura ao livro de Bojunga, Leonardo da Silva (2021, p. 7) argumenta que:

A censura ocorreu justamente pelo fato de o material apresentar fluidez de significação ao divergir do status quo e dos padrões tradicionais esperados na conduta dos personagens da obra, os quais têm seus desejos e sua subjetividade em divergência à concepção padrão, conforme a tabela a seguir. Em vista disso,

é perceptível como a censura é uma forma de manutenção do estado de ordem vigente.

Leonardo da Silva (2021, p. 8), ainda relata que é necessária “uma nova perspectiva para o entendimento dos sentidos do texto literário para que uma interpretação única e tradicional não monopolize o entendimento da obra.” Além disso, promover discussões construtivas e diálogos abertos sobre as interpretações de textos literários, principalmente infantojuvenis, pode ajudar a evitar equívocos e promover uma compreensão mais completa dessas obras, sem que haja tentativas de cerceamento. É essencial incluir na reflexão a compreensão de que a notícia não explicita qual foi o desfecho desse ato de censura.

4.1.11 Governo Doria censura lista de livros de projeto em presídios de São Paulo - 2020

O projeto anunciado na notícia trata-se do Programa Remição em Rede, que abrange cerca de 10 penitenciárias no estado de São Paulo. Nesse contexto, em 2017 foi instalada uma rede colaboração para desenvolvimento do projeto, envolvendo o Grupo Mulheres do Brasil, por meio do Comitê de Cultura, a Fundação de Amparo ao Preso (FUNAP/Governo do Estado de São Paulo), a Jnana Consultoria e as editoras Boitempo, Planeta, Record e Todavia. O projeto tem como base a Lei 12.433/2011 que determina a remição de pena pela leitura, a qual prevê para cada livro lido mensalmente a remição de quatro dias de pena. O preso tem a possibilidade de ler 12 livros por ano e conseguir até 48 dias de remição. Para isso, ele precisa ler a obra e apresentar uma resenha que será avaliada e encaminhada ao juiz regional para que seja concedida a diminuição da pena.

Essa introdução foi necessária para versar a importância do programa que, além de estimular a leitura, contribui para a remição da pena por meio do estudo. Assim, para contextualizar a censura à lista de livros disponibilizada para o projeto em 2019, é fundamental destacar que, segundo Gentile e Seto (2020), “o governo do estado renovou o programa Remição em Rede por mais 12 meses. O objetivo era ampliar o alcance para 400 presos, incluindo mais dez presídios”. Os autores destacam ainda que as quatro editoras participantes do projeto doaram 240 exemplares de 12 títulos que seriam acrescentados à biblioteca do programa que já existia.

Entretanto, de acordo com os colunistas Gentile e Seto (2020), esses livros nunca foram remetidos aos presídios pela Fundação Estadual de Amparo ao Trabalhador Preso

(Funap). Em reunião, as idealizadoras do projeto foram informadas de que a lista de livros foi descartada pelo diretor executivo da Funap, o coronel Henrique Souza Neto, que em justificativa escrita declarou que um dos títulos, sem identificá-lo, não servia ‘ao que se espera para a população atendida pela Funap’. Fazem parte da lista, ao todo, 12 títulos (Quadro 4).

Quadro 4 - Relação de títulos riscada do Programa Remição em Rede

OBRA	AUTOR
<i>As cartas que não chegaram</i>	Mauricio Rosencof
<i>Vá coloque um vigia</i>	Harper Lee
<i>Crônica de uma morte anunciada</i>	Gabriel Garcia Márquez
<i>O estrangeiro</i>	Albert Camus
<i>O fim de Eddy</i>	Édouard Louis
<i>O amor que sinto agora</i>	Leila Ferreira
<i>Bonsai</i>	Alejandro Zambra
<i>Caderno de memórias coloniais</i>	Isabela Figueiredo
<i>O quarto branco</i>	Gabriela Aguerre
<i>Enquanto os dentes</i>	Carlos Eduardo Pereira
<i>Cabo de guerra</i>	Ivone Benedetti
<i>Paisagem de outono</i>	Leonardo Padura

Fonte: adaptação de Folha de São Paulo (2020)

Nesse contexto, de acordo com os autores da reportagem na Folha de São Paulo, é difícil apontar os conteúdos que teriam desagradado a direção do órgão do governo do estado, uma vez que os livros compõem um amplo leque de temas. Todavia, Gentile e Seto (2020) dão destaque às obras *Cabo de Guerra* e *O Fim de Eddy*. A primeira obra conta a história de um agente de governo infiltrado nos grupos de esquerda durante a ditadura militar brasileira. Quanto a segunda, Maria Esther Maciel, colunista da Folha de São Paulo, ao fazer análise do livro relata que trata de um “relato de um processo de formação marcado pela descoberta sofrida da homossexualidade num ambiente social asfíxiante, no qual a fome e a miséria moldavam o cotidiano das pessoas”. (Maciel, 2018)

Sobre o caso, em nota ao jornal, o governo estadual limitou-se apenas a dizer que não houve censura ou veto e que não faz juízo de valor sobre os livros escolhidos pelo

projeto. É essencial incluir na reflexão a compreensão de que a notícia não explicita qual foi o desfecho desse ato de censura.

4.1.12 Taxar livros é censura tributária - 2021

Maria Inês Dolci, advogada especializada na área da defesa do consumidor e também colunista da Folha de São Paulo, defende que a proposição do governo quanto a taxação de livros é uma forma de censura. Nesse contexto, Dolci (2021) argumenta que o “Estudo da Receita Federal propõe que os livros sejam taxados em 12% na reforma tributária, sob o argumento de que não são lidos pelos brasileiros mais pobres”. Assim, é importante ressaltar que os livros no Brasil são isentos de impostos sobre o valor do produto (como o ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços e o IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados). Além disso, é significativo mencionar que a isenção de impostos sobre livros é uma medida histórica para incentivar a leitura e o acesso à educação no país. Entretanto, a taxação de livros no Brasil foi tema de debate e discussão no ano de 2021, com propostas esporádicas de tributar livros, o que gerou controvérsias e críticas, uma vez que a taxação de livros poderia dificultar o acesso à leitura e à educação. Com relação a isso, Dolci (2021) argumenta que:

Encarecer os livros faria com que mais livrarias fechassem as portas. Também aumentaria as despesas do Ministério da Educação, que compra 150 milhões de livros por ano. Dessa forma, efetivamente, só famílias de alta renda teriam acesso à leitura. Nações são construídas a partir do conhecimento, que depende fundamentalmente da leitura. Não há sentido, portanto, em tornar os livros mais caros. Deveriam, ao contrário, ser mais baratos, e a leitura incentivada, para também se tornar hábito da população de baixa renda.

Nessa perspectiva, Marina Barbosa, colunista do jornal Correio Braziliense, escreve que a Receita Federal publicou um documento para tirar dúvidas sobre a reforma tributária e, no texto, dizia que os livros podem ser taxados na reforma porque não são consumidos pelos brasileiros mais pobres. Barbosa (2021) ainda transcreve parte do que foi redigido no documento:

De acordo com dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares de 2019 (POF), famílias com renda de até 2 salários mínimos não consomem livros não-didáticos e a maior parte desses livros é consumida pelas famílias com renda superior a 10 salários mínimos. Neste sentido, dada a escassez dos recursos públicos, a tributação dos livros permitirá que o dinheiro arrecadado possa ser objetivo de políticas focalizadas.

A partir disso, é primordial acrescentar que a taxação de livros com base no argumento de que os pobres não leem pode ser considerada problemática do ponto de vista

democrático uma vez que a taxação de livros com essa premissa pode ser vista como uma política injusta e prejudicial à democracia, uma vez que cria desigualdades no acesso à informação, à cultura e ao pensamento crítico. Assim, em entrevista para o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE), Julia Santos²³, argumenta que taxar o livro e dificultar o acesso a esse que é um direito básico e inalienável representa um retrocesso na democracia e um ataque direto à liberdade, à cultura, à educação e à busca do conhecimento. Nessa perspectiva, Magda Soares (2008, p. 24) argumenta que a distribuição equitativa de livros é fundamental para garantir que a distribuição de livros seja mais justa, de modo que todas as pessoas, independentemente de sua classe social ou região, tenham acesso a materiais de leitura. A partir dos dados da pesquisa Retrato da Leitura no Brasil, a qual mostra que 73% dos exemplares comprados foram comprados por 16% da população adulta alfabetizada, a autora sugere que a posse de livros no país se parece com a distribuição de renda, com poucos tendo muito e muitos tendo pouco.

Logo, em uma sociedade democrática, é importante e imprescindível promover o acesso igualitário à educação e à cultura, independentemente do status econômico, para que todos os cidadãos tenham a oportunidade de participar plenamente no processo democrático e no desenvolvimento da sociedade.

4.1.13 Justiça proíbe palmares de doar livros e Camargo cria 'acervo da vergonha'. - 2022

Outro episódio de tentativa de censura que teve grande repercussão aconteceu na Fundação Cultural Palmares (FCP). Em 2020, o então presidente da Fundação, Sérgio Camargo, foi alvo de críticas e questionamentos por suas declarações e ações que foram consideradas controversas e contrárias aos princípios da instituição. Camargo fez declarações minimizando a importância do movimento negro, negando o racismo no Brasil e atacando personalidades e organizações afro-brasileiras. Com relação a isso, “Numa publicação antes de ser nomeado para o cargo, o jornalista (Sérgio Camargo) classificou o racismo no Brasil como ‘nutella²⁴’: ‘O racismo real existe nos Estados Unidos. A negra

²³ Julia Santos é bibliotecária, gestora cultural e mediadora de leitura na Biblioteca Comunitária Espaço Jovem Alexandre Araújo Chaves (EJAAC) e integrante da Rede LiteraSampa, da Rede Nacional de Bibliotecas Comunitárias (RNBC).

²⁴ A expressão "nutella" é frequentemente usada para se referir a algo ou alguém que é considerado frágil, delicado, mimado, ou até mesmo pouco autêntico. Essa expressão muitas vezes é usada de maneira pejorativa para criticar alguém que é percebido como sendo excessivamente sensível, emocionalmente fraco ou carente de resiliência. Ela também pode ser usada para se referir a algo que é visto como "moderno demais" ou "fácil demais".

daqui reclama porque é imbecil e desinformada pela esquerda’.” (Novo presidente..., 2019).

Além disso, houve relatos de que a Fundação Palmares removeu nomes de personalidades negras de seu *site*, excluindo artistas, intelectuais e líderes históricos do movimento negro brasileiro. Essa ação foi vista como uma forma de apagar a história e a contribuição dessas figuras para a cultura afro-brasileira. Moura (2021) menciona que:

Em 10 de março de 2020, Sérgio Camargo extinguiu, por meio da Portaria n.º 45 de 02 de março de 2020, diversos órgãos colegiados pertencentes à Fundação Cultural Palmares, sendo estes: o Comitê Gestor do Parque Memorial Quilombo dos Palmares; a Comissão Permanente de Tomada de Contas Especial; o Comitê de Governança; o Comitê de Dados Abertos; a Comissão Gestora do Plano de Gestão de Logística Sustentável; a Comissão Especial de Inventário e de Desfazimento de Bens, e o Comitê de Segurança da Informação. (Coalizão Negra por Direitos, 2021 *apud* Moura, 2021, p. 12).

Ainda sobre o presidente da FCP, Moura (2021, p. 11) declara que “Em 11 de junho de 2021, foi publicado pela Fundação Cultural Palmares o relatório técnico ‘Retrato do acervo: três décadas de dominação marxista na Fundação Cultural Palmares’.”. O documento foi elaborado pelo coordenador do Centro Nacional de Informação e Referência da Cultura Negra (CNIRC), Marco Frenette.

De acordo com o documento, o acervo da instituição não cumpria sua missão institucional e a Fundação era fortemente influenciada pela perspectiva marxista ao longo de sua existência. Além disso, Frenette destaca no documento que:

Este Relatório Público demonstra que a Fundação Cultural Palmares não cumpria sua missão institucional. Surgida em 1988, foi durante três décadas um braço da militância revolucionária. Essa realidade começou a mudar em 2019, quando Sérgio Camargo assumiu a presidência da Fundação, iniciando um processo de adequação à real missão da instituição. Este levantamento temático, conduzido pelo CNIRC, sob minha direção e com trabalho árduo e dedicado de minha equipe, é mais um passo nessa adequação fundamental iniciada em 2019. Que este Relatório Público, bem como sua segunda parte, e também os próximos que serão produzidos pelo CNIRC, sirvam de inspiração para que outras instituições se adequem às necessidades da nossa querida Pátria e de nossos concidadãos, e não mais às necessidades de grupos militantes. (Fundação Cultural Palmares, 2021, p. 9).

O principal objetivo com esse relatório era justificar a eliminação do acervo que, segundo o documento, era composto por aproximadamente 54% de obras que tematizavam a “sexualização de crianças; Ideologia de gênero; Pornografia e erotismo; Manuais de guerrilha; Manuais de greve; Manuais de revolução; Bandidolatria; Bizarrias.” (Fundação Cultural Palmares, 2021, p. 26).

Após a publicação do relatório, houve um grande impacto na mídia, em grupos do movimento negro e, sobretudo, nas redes sociais. A partir disso, a Justiça Federal proferiu

uma sentença proibindo de forma definitiva a Fundação Palmares de excluir itens do seu acervo. Após a decisão, Camargo foi até as redes sociais e escreveu “Os livros delinquentiais ficarão no fundo da biblioteca à esquerda de quem entra identificados com a placa ‘Acervo da Vergonha’.” (Justiça..., 2022). Com relação a isso, Moura (2021, p. 14) acrescenta que “Tal perspectiva foi compreendida como ameaça, ingerência e censura em relação à composição e à manutenção dos acervos públicos brasileiros”.

4.1.14 Livro de Marçal Aquino é retirado de lista de vestibular após polêmica com deputado. - 2023

A Universidade de Rio Verde (UNIRV), de Goiás, decidiu retirar de sua lista de leituras obrigatórias do concurso vestibular uma obra do escritor Marçal Aquino, intitulada *Eu receberia as piores notícias dos seus lindos lábios*. A decisão foi tomada depois que o deputado Gustavo Gayer²⁵ (Partido Liberal/GO) publicou um vídeo no Instagram²⁶ argumentando, sem qualquer tipo de contextualização, que a obra apresenta "conteúdo literário pornográfico".

Marçal Aquino é um importante escritor brasileiro, é vencedor do prêmio Jabuti e tem obras lançadas na Alemanha, Espanha, França, México, Portugal e Suíça. A sua obra censurada foi publicada em 2005 pela editora Companhia das Letras. Segundo a notícia analisada, publicada na Folha de São Paulo, a editora se manifestou versando que repudia qualquer tipo de censura, afirmando ainda que declara seu apoio a Marçal Aquino. A Academia Brasileira de Letras (ABL) também se manifestou em nota, citando que: "A Academia se solidariza com o escritor Marçal Aquino e deplora a censura de que foi alvo seu romance 'Eu Receberia as Piores Notícias dos Seus Lindos Lábios'. Engajamo-nos ao lado de todos os que desejam revogar a arbitrária proibição".

A despeito das falas de Gayer, ele exterioriza o seguinte: "Por que pé de maconha, xoxota e pau estão fazendo parte de um livro, um conteúdo literário, para que seja feita uma prova para ingressar na faculdade?". É importante salientar que a obra de Aquino traz conteúdos com a narrativa densa e emocional, além de circunscrever uma atmosfera que reflete as condições extremas e o isolamento no interior do Pará. Além disso, a obra é

²⁵ Gayer se destacou no discurso antipolítico, construindo sua imagem ao redor da pauta conservadora. Após o impeachment de Dilma Rousseff e diante da crescente popularidade de Jair Bolsonaro em 2016, utilizou suas redes sociais para se aproximar de formadores de opinião na direita goiana, gradualmente alcançando espaços na mídia local. Mais informações: <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/congresso-nacional/um-antipolitico-parente-de-politicos-entenda-quem-e-gustavo-gayer/>.

²⁶ Vídeo de Gayer publicado em sua rede social: <https://www.instagram.com/p/CrjB1-ULe4S/>

considerada “polêmica” principalmente devido ao seu conteúdo provocador e à maneira como aborda temas controversos, como desejo, traição e moralidade, o que implica em sua capacidade de provocar reações emocionais e reflexões profundas.

Ainda na notícia analisada, é citado que Marçal Aquino concedeu uma entrevista para o jornal O Globo, declarando que:

Acata-se a opinião de um deputado, que não é a pessoa mais apropriada para julgar se o livro é adequado ou não para o vestibular - diz Aquino. - Se a pressão de um deputado é maior do que sua própria comissão avaliadora, então colocaram sob suspeição todos os demais livros do vestibular. Recusam o debate e simplesmente censuraram. A cara do Brasil de hoje.

Vale ressaltar que o deputado tem todo o seu direito de expressão garantido, a partir de suas ideologias; todavia, é intolerável a universidade não se opor às críticas, apresentando os argumentos e critérios pedagógicos que embasaram a seleção do material, uma vez que a própria indicou que havia uma equipe de professores responsáveis e que outras instituições seguiam a mesma estrutura.

4.2 INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Tendo em vista todas as quatorze notícias analisadas, e objetivando interpretar os dados nesta fase de maneira analítica, o quadro abaixo (Quadro 5) integra uma síntese da investigação. Nesse contexto, por abranger uma diversidade de formatos, as notícias foram tratadas de forma própria, ou seja, a partir das categorias estabelecidas, sendo elas: data, obra, autor da obra censurada, agente censor, tipo de instituição censora, caráter censor, forma da censura e justificativa para o cerceamento

Quadro 5 - Síntese da análise das notícias

Data	Obra	Autor da Obra	Agente censor	Instituição censora	Caráter da censura	Forma da censura	Justificativa para a censura
2010	<i>Caçadas de Pedrinho</i>	Monteiro Lobato	Conselho Nacional de Educação	Governamental	Racial	Veto da distribuição das obras. Necessidade de inclusão de notas explicativas.	Apresenta racismo
2011	Várias Biografias	Vários Biógrafos	Biografados	Governamental	Moral	Veto ao lançamento ou vendas dos exemplares	Respeito à privacidade
2012	<i>Lampião mata sete</i>	Pedro de Moraes	7ª Vara Cível de Aracaju	Familiar	Moral	Veto ao lançamento ou vendas dos exemplares	Respeito à privacidade e difamação
2013	<i>A lei da previdência para a aposentadoria</i>	Davi Teixeira	Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS)	Governamental	Moral	Modificação do conteúdo	Conteúdo depreciativo à imagem do INSS
2014	<i>Tráfico de Órgãos no Brasil – O que a máfia não quer que você saiba</i>	Paulo Airton Pavesi	Editores e pessoas influentes da cidade	Editorial	Ideias/Política	Ameaças e recusa em publicar a obra	Barrado a publicação com medo de processos
2015	<i>Martí, sem a luz do teu olhar</i>	Brígido Ibanhes	Secretaria Municipal de Educação de Dourados (SEMED)	Governamental	Ideias/política	Recolhido das bibliotecas das escolas municipais	Cumprimento de “ordens superiores”. / retiradas para a avaliação da comissão de acervo literário da secretaria
2016	<i>Que você é esse?</i>	Antonio Risério	Editores 34	Editorial	Política	Recusa em publicar a obra	Incitação à impeachment do governo
2017	<i>Enquanto o Sono Não Vem</i>	José Mário Brant	Prefeitura de Vitória e Cariacica (ES)	Governamental	Ideias/moral	Recolhido das escolas municipais	Temática do livro

2018	<i>Meninos sem pátria</i>	Luiz Puntel	Escola do Rio de Janeiro	Pais dos estudantes	Moral/Política	Retirado da lista de leitura	Doutrinação das crianças com ideologias do campo político da esquerda
2019	<i>A Bolsa Amarela</i>	Lygia Bojunga	Vereador Clayton Silva	Governamental	Moral/ Gênero	Questionamento do uso e a distribuição do material	Aborda “ideologia de Gênero”
2020	Várias obras ²⁷	Vários Autores	Fundação Estadual de Amparo ao Trabalhador Preso (Funap)	Governamental	Política/ Gênero	Títulos foram riscadas dos do Programa Remição em Rede	Não servia ‘ao que se espera para a população atendida pela Funap’.
2021	Todas as obras	Todos os autores	Receita Federal	Governamental	Econômica	Taxação de livros	Taxação de livros em 12% na reforma tributária, sob o argumento de que não são lidos pelos brasileiros mais pobres
2022	Várias obras	Vários autores	Fundação Cultural Palmares (FCP)	Governamental	Ideias/ Política	Exclusão do acervo	O acervo da instituição não cumpria sua missão institucional
2023	<i>Eu receberia as piores notícias dos seus lindos lábios</i>	Marçal Aquino	Universidade de Rio Verde (UNIRV) e Gustavo Gayer	Governamental	Moral/ Sexual	Retirada da lista de leitura para o vestibular	Apresenta “conteúdo literário pornográfico”

Fonte: Elaborado pela autora (2024) com base em Petrovitch, Baptista e Sá (2023)

²⁷ Lista de obras riscadas do programa remição em rede: *As cartas que não chegaram* (Mauricio Rosencof), *Vá coloque um vigia* (Harper Lee), *Crônica de uma morte anunciada* (Gabriel Garcia Márquez), *O estrangeiro* (Albert Camus), *O fim de Eddy* (Édouard Louis), *O amor que sinto agora* (Leila Ferreira), *Bonsai* (Alejandro Zambra), *Caderno de memórias coloniais* (Isabela Figueiredo), *O quarto branco* (Gabriela Aguerre), *Enquanto os dentes* (Carlos Eduardo Pereira), *Cabo de guerra* (Ivone Benedetti) e *Paisagem de outono* (Leonardo Padura).

A partir do apanhado é importante indicar que a censura se manifesta nos mais diferentes contextos, isto é, escolas, presídios, institutos, entre outros. Além disso, o caráter do cerceamento pode diversificar de acordo com o teor das obras, ou seja, a natureza da censura muitas vezes reflete as sensibilidades culturais, políticas e sociais de uma determinada sociedade ou governo em um momento específico. Desse modo, o que se observou é que 10 das 14 notícias selecionadas estavam no foco do cerceamento governamental que, mesmo em época de democracia, persiste em avançar.

Ademais, verificou-se em 6 das 14 notícias, uma censura que pode ser interpretada como por caráter moral, ou seja, diz respeito à restrição e proibição das obras literárias com base em julgamentos sobre o que é considerado aceitável ou moralmente apropriado de acordo com os padrões culturais, religiosos e éticos do censor. Nesse sentido, por se tratar de um caráter mais subjetivo, a censura pode abranger uma ampla gama de temas, incluindo sexualidade, linguagem, Gênero, violência e outros elementos que são percebidos como perigosos, como por exemplo a obra *A bolsa amarela*, de Lygia Bojunga, que foi julgada com o argumento de que incitava a “Ideologia de Gênero” e *Eu receberia as piores notícias dos seus lindos lábios*, de Marçal Aquino, retirado da lista de um vestibular por trazer elementos de cunho sexual.

Nesse viés, outras 6 obras foram censuradas ou sofreram tentativas de cerceamento por caráter político. Desse modo, a censura política se manifesta quando o governo, as instituições governamentais ou as instituições com posicionamentos políticos associados restringem ou proíbem a circulação de informações ou obras que são percebidas como ameaçadoras aos interesses políticos por elas estabelecidos. Para exemplificar, o livro *Meninos sem pátria*, de Luiz Puntel, foi censurado com o argumento de que incitava a doutrinação com ideologias do campo político da esquerda.

As outras duas práticas se diferem das demais uma vez que não foram restritas por motivos políticos ou morais. A primeira envolve a obra de Monteiro Lobato, *Caçadas de Pedrinho*, em que o Conselho Nacional de Educação pediu o veto à distribuição do livro ou a inclusão de notas explicativas, já que o conteúdo da obra apresenta teores racistas. Assim, a censura por meio de caráter racista geralmente está ligada a representações negativas, estereótipos ofensivos ou linguagem racialmente insensível nas obras, gerando discussões sobre avaliações críticas do contexto histórico em que foram criadas e das mudanças sociais ao longo do tempo.

A segunda forma de cerceamento que se difere das demais anteriormente apresentadas está ligada com a censura econômica e social. Trata-se da proposta de taxaço de 12% nos livros, em que a Receita Federal argumentou que os livros não são lidos pelos brasileiros mais pobres, isto é, a censura se faz presente uma vez que muitas políticas públicas e esforços sociais se concentram em tornar os livros e a educação mais acessíveis, e a taxaço de literatura impõe barreiras financeiras à leitura.

A partir do mencionado, no Quadro 6 é evidenciada a síntese dos cerceamentos de obras a partir do que se interpretou como o caráter da censura realizada.

Quadro 6 - Síntese das obras por caráter censório

Caráter da censura	Quantidade de obras censuradas
Moral	6
Política	6
Racismo	1
Econômico-Social	1

Fonte: Elaborado pela autora (2024)

Nesse contexto, a partir do levantamento dos dados, constatou-se que as motivações para o cerceamento de livros na atualidade podem ser motivadas por uma variedade de razões, muitas das quais refletem questões sociais, políticas, culturais e ideológicas, como é demonstrado no Quadro 7. As premissas são as mais diversas, desde obras apontadas como racistas, com ideologia de gênero, denúncias de crimes, biografias, ideologias políticas, temas sensíveis, até a exclusão de metade de um acervo em uma instituição pública e literaturas retiradas de programa de leitura em presídios.

Quadro 7 - Motivações para o cerceamento das obras literárias

Obra	Motivos para a censura
<i>Caçadas de Pedrinho</i>	A obra apresenta racismo.
Biografias	A obra desrespeita a privacidade do biografado.
<i>Lampião mata sete</i>	A obra desrespeita a privacidade e difama o nome de Lampião.
<i>A lei da previdência para a aposentadoria</i>	O conteúdo da obra era depreciativo à imagem do INSS.
<i>Tráfico de Órgãos no Brasil – O que a máfia não quer que você saiba</i>	A obra narra uma história verídica que compromete pessoas importantes em uma cidade

	do interior de Minas Gerais.
<i>Martí, sem a luz do teu olhar</i>	A obra trata dos problemas sociais das periferias de Dourados e parte de Campo Grande (MS).
<i>Que você é esse?</i>	Segundo a editora, a obra continha incitação ao impeachment do governo da época.
<i>Enquanto o Sono Não Vem</i>	A temática da obra sugere que o pai se case com uma de suas filhas, além de conter temas sensíveis como a morte.
<i>Meninos sem pátria</i>	A obra incentivaria a doutrinação das crianças com ideologias do campo político da esquerda.
<i>A Bolsa Amarela</i>	Segundo o censor, o livro aborda “ideologia de gênero”.
Várias obras	A Funap retirou alguns livros do programa remição em rede com a argumentação de que elas não serviam ‘ao que se espera para a população atendida pela Funap’.
Todas as obras	A Receita Federal defendeu a taxação de livros em 12% na reforma tributária, sob o argumento de que não são lidos pelos brasileiros mais pobres.
Várias obras	O diretor da Fundação Cultural Palmares determinou a retirada de obras da instituição pois, segundo ele, o acervo não cumpria sua missão institucional.
<i>Eu receberia as piores notícias dos seus lindos lábios</i>	O livro foi retirado da lista de leitura para o concurso vestibular de uma instituição pública, depois que a obra recebeu críticas de um deputado que mencionou a existência de conteúdo literário pornográfico no texto.

Fonte: Elaborado pela autora (2024)

Diante dos dados coletados e analisados, compreende-se que a censura de livros ainda é recorrente na atualidade. Sendo assim, por serem censuras, em sua maioria, de ordem subjetiva, podem variar significativamente de um contexto para outro. Desse modo, a persistência de censura no Brasil pode ser atribuída a uma combinação de fatores históricos, sociais e políticos que contribuem para um ambiente propício para o cerceamento. Nesse sentido, a polarização política no Brasil, entre conservadorismo e liberalismo, provavelmente é uma das maiores contribuintes para a censura, uma vez que ela reflete a divergência profunda de valores, visões de mundo e posicionamentos políticos entre essas duas ideologias. Entende-se que, muitas vezes, a intolerância política pode levar à tentativa de controlar a narrativa e suprimir opiniões divergentes.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa buscou analisar como a censura de livros se manifesta nas obras literárias atualmente, tendo como o seu objetivo geral mapear a censura de livros no Brasil durante o período de 2010 a 2023, mediante a análise de notícias relacionadas e disponibilizadas na internet. Com base nos dados analisados foi possível compreender o caráter diverso dos atos de censura na atualidade, contemplando questões de cunho moral, político, racial e econômico-social. Esses atos acontecem em espaços diversos e envolvendo diferentes agentes.

Além disso, quanto a verificação do estado da produção bibliográfica da área de Biblioteconomia e Ciência da Informação sobre a censura de livros constatou-se um investimento intensivo na análise da censura em períodos de exceção, como a Era Vargas e a Ditadura militar, embora tais atos persistam fora desses períodos, como este trabalho buscou evidenciar.

Diante disso, o estudo traz contribuições para auxiliar o bibliotecário no combate à censura de livros, isso porque os profissionais da biblioteconomia desempenham um papel crucial na promoção do acesso à informação, na defesa da liberdade intelectual e na garantia do direito dos leitores de explorarem as mais diversas perspectivas de leitura. Tal aspecto está presente, inclusive, no Código de Ética e Deontologia da profissão, mencionado no início do trabalho.

Por fim, o cerceamento de livros, seja por meio de censura política, moral ou outras formas de restrição, proporciona importantes lições e reflexões sobre a sociedade, a liberdade de expressão e os desafios enfrentados na preservação do acesso à informação. Além disso, o cerceamento de livros pode ter um impacto significativo na educação, limitando o acesso a informações essenciais para o desenvolvimento crítico e a formação de uma sociedade informada. Logo, o bibliotecário tem um papel crucial, uma vez que ele é o principal mediador entre os livros e os leitores, e os livros são a principal fonte de reflexão sobre os valores fundamentais que sustentam uma sociedade democrática, na qual se produzem esforços constantes para preservar a liberdade de expressão e o acesso à informação.

REFERÊNCIAS

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS (ABL). **Nota Oficial**. 7 fev. 2020. Disponível em: <https://www.academia.org.br/noticias/nota-oficial-0>. Acesso em: 9 out. 2023.

ALBUQUERQUE, Manoela. Autor de livro que sugere casamento entre pai e filha atribui polêmica no ES à falta de capacitação de professores. **G1 ES**. 2 jun. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/autor-de-livro-que-sugere-casamento-entre-pai-e-filha-atribui-polemica-no-es-a-falta-de-capacitacao-de-professores.ghtml>. Acesso em: 7 nov. 2023.

ALTMAN, Max. Hoje na História: Igreja acaba com Index de livros proibidos. **Opera Mundi**, 2010. Disponível em: <https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/3594/hoje-na-historia-igreja-acaba-com-index-de-livros-proibidos>. Acesso em: 17 jul. 2023.

AMORIM, Igor Soares et al. A estrutura do livro como matriz de ordenação do conhecimento. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 25, p. 264-287, 2019. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/92374/54057>. Acesso em: 26 dez. 2023.

APÓS 3 anos, Justiça libera biografia que retrata Lampião gay. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 4 dez. 2014. Disponível em: <https://m.folha.uol.com.br/ilustrada/2014/10/1526620-apos-3-anos-justica-libera-biografia-que-retrata-lampiao-gay.shtml#:~:text=Ap%C3%B3s%20tr%C3%AAs%20anos%20de%20proibi%C3%A7%C3%A3o,do%20lend%C3%A1rio%20cangaceiro%20Virgulino%20Ferreira>. Acesso em: 27 nov. 2023.

APPOLINÁRIO, F. **Dicionário de metodologia científica**: um guia para produção do conhecimento científico. São Paulo: Atlas, 2004. 300p.

APPOLINÁRIO, Fabio. **Dicionário de Metodologia Científica**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011. 295p.

BALBINO, Jéssica. 'Se tivesse medo, não teria escrito' diz autor sobre tráfico de órgãos. **G1**. Minas Gerais. 19 jan. 2014. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/sul-de-minas/noticia/2014/01/se-tivesse-medo-nao-teria-escrito-diz-autor-sobre-traffic-de-orgaos.html>. Acesso em: 27 nov. 2023.

BARBOSA, Marina. Receita defende taxaço de livros sob argumento de que pobres não leem. **Correio Braziliense**, 7 abr. 2021. Disponível em: <https://www.correio braziliense.com.br/economia/2021/04/4916782-receita-defende-taxacao-de-livros-sob-argumento-de-que-pobres-nao-leem.html>. Acesso em: 7 nov. 2023.

BLOWER, Ana Paula. Alunos do Santo Agostinho protestam contra censura de livro na escola. **O Globo**. Rio de Janeiro, 5 out. 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/educacao/alunos-do-santo-agostinho-protestam-contracensura-de-livro-na-escola-23130149>. Acesso: 6 out. 2023.

BRAGANÇA, Aníbal. As políticas públicas para o livro e a leitura no Brasil: o Instituto Nacional do Livro (1937-1967). **Matrizes**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 221-246, 2009. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/38232/41008>. Acesso em: 26 dez. 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. 496 p. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/seus-direitos/classificacao-1/legislacao/constituicao.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2023

CAMARGO, Angélica Ricci. Censores Régios. **Arquivo Nacional Mapa** (memória da administração pública brasileira), 2012. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-periodo-colonial/152-censores-regios>. Acesso em: 6 jul. 2023.

CAMARGOS, Daniel. STF libera biografias não autorizadas por 9 votos a 0. **Estado de Minas Nacional**. Belo Horizonte. 11 jun. 2015. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/nacional/2015/06/11/interna_nacional,657001/biografia-sem-censura-previa.shtml. Acesso em: 11 dez. 2023.

CAMPOS, Claudinei José Gomes. Método de análise de conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 57, p. 611-614, set./out. 2004. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/228772372_Metodo_de_analise_de_conteudo_ferramenta_para_analise_de_dados_qualitativos_no_campo_da_saude. Acesso em: 26 dez. 2023.

COSTA, Maria Cristina Castilho; SOUSA JUNIOR, Walter de. Censura e pós-censura: uma síntese sobre as formas clássicas e atuais de controle da produção artística nacional. **Políticas Culturais Em Revista**, Salvador, v. 11, n. 1, p. 19-36, jan./jun. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/pcr.v11i1.28154>. Acesso em: 19 jun. 2023.

CAVALCANTI, Marcyelis Maria; PAJEÚ, Hélio Márcio; BUFREM, Leilah Santiago. Produção científica brasileira em ciência da informação acerca do tema censura: uma aproximação temática. **Informação & Informação**, Londrina, v. 27, n. 1, p. 301-319, jan./mar. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.5433/1981-8920.2022v27n1p301>. Acesso em: 17 jun. 2023.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP (CEDEM). Censura à imprensa no império e primeira república. , 2017. Disponível em: <https://www.cedem.unesp.br/#!/noticia/236/censura-a-imprensa-no-imperio-e-primeira-republica/>. Acesso em: 10 jul. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA - Disponível em: <https://crb6.org.br/2020/wp-content/uploads/2019/12/Resolu%C3%A7%C3%A3o-207-C%C3%B3digo-de-%C3%89tica-e-Deontologia-do-CFB-1.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2023.

CONSELHO de Educação quer banir livro de Monteiro Lobato das escolas. **O Globo**. Brasil, 29 out. 2011. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/educacao/conselho-de-educacao-quer-banir-livro-de-monteiro-lobato-das-escolas-2932761>. Acesso em: 27 nov. 2023.

CONTINUA veto a livro que diz que Lampião era gay. **G1**. Disponível em: <https://g1.globo.com/brasil/noticia/2012/04/continua-veto-a-livro-que-diz-que-lampiao-era-gay.html>. Acesso em: 27 nov. 2023.

COSTA, Maria Cristina Castilho; BLANCO, Patricia. Pós-Tudo e crise da Democracia. 2018.

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro: do leitor ao navegador**. Tradução Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Editora UNESP, 1998.

DOLCI, Maria Inês. Taxar livros é censura tributária. **Folha de São Paulo**. São Paulo. 28 abr. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/mariaines/2021/04/taxar-livros-e-censura-tributaria.shtml>. Acesso em: 7 nov. 2023.

DORSA, Arlinda Cantero. O papel da revisão da literatura na escrita de artigos científicos. **Interações (Campo Grande)**, Campo Grande. v. 21, p. 681-683, 4 dez. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/inter/a/ctsj4sLz6CkZYQfZWBS4Lbr/>. Acesso em: 26 dez. 2023.

DUTRA, Matheus Pedro. Do anticatálogo à defesa da moral e dos bons costumes: o livro no Brasil e a Censura, uma história ainda presente. **Ensaio Geral**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 65-80, 28 jan. 2021. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/ensaiogeral/article/view/47375>. Acesso em: 26 dez. 2023.

ENTENDA polêmica sobre a proibição de biografias não-autorizadas. **G1**, 27 out. 2013. Disponível em: <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2013/10/entenda-polemica-sobre-proibicao-de-biografias-nao-autorizadas.html#:~:text=A%20pol%C3%AAmica%20sobre%20a%20publica%C3%A7%C3%A3o,da%20imagem%20de%20uma%20pessoa>. Acesso em: 7 nov. 2023.

FLICK, Uwe. **Introdução à metodologia de pesquisa: um guia para iniciantes**. Porto Alegre: Penso, 2013.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. **Retrato do acervo: três décadas de dominação marxista na Fundação Cultural Palmares**. Brasília, DF: 2021. (Relatório Público 01 – CNIRC). Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2021/06/retrato-do-acervo-palmares.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2023.

GENTILE, Rogério; SETO, Guilherme. Governo Doria censura lista de livros de projeto em presídios de São Paulo: Obras de García Márquez e Camus estavam no pacote; governo diz que não há vetos. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 11 fev. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/02/governo-doria-censuralista-de-livros-de-projeto-em-presidios-de-sao-paulo.shtml>. Acesso em: 9 out. 2023.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IGREJA, Paula Ribeiro da. Censura, uma biografia: a proibição de livros no Brasil. **Ensaio Geral**, Niterói, n. 1, p. 119-143, 2021. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/ensaiogeral/article/view/47046/28156>. Acesso em: 26 dez. 2023

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS (IFLA). IFLA Statement on Censorship. Haia: IFLA, 2019. Disponível em: https://cdn.ifla.org/wp-content/uploads/files/assets/faife/statements/ifla_statement_on_censorship.pdf. Acesso em: 27 set. 2023.

JUCÁ, Beatriz. Justiça veta censura homofóbica de Crivella na Bienal do Livro do rio. **El País**, 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/09/06/politica/1567794692_253126.html. Acesso em: 17 jul. 2023.

JUSTIÇA Proíbe Palmares de doar livros e Camargo cria “Acervo da Vergonha”. **Folha de São Paulo**, 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2022/01/justica-proibe-palmares-de-doar-livros-e-camargo-cria-acervo-da-vergonha.shtml>. Acesso em: 12 jul. 2023.

LAMPIÃO era gay?. **Carta Capital**. 27 nov. 2012. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/cultura/lampiao-era-gay/>. Acesso em: 27 nov. 2023.

LIMA JÚNIOR, Eduardo Brandão *et al.* Análise documental como percurso metodológico na pesquisa qualitativa. **Cadernos da FUCAMP**, Campinas, SP. v. 20, n. 44, 7 abr. 2021. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2356>. Acesso em: 26 dez. 2023.

LIVRO retirado de escolas municipais gera polêmica. **Dourados News**, Dourados, 21 maio 2015. Disponível em: <https://www.douradosnews.com.br/dourados/prefeitura-retira-livro-de-biblioteca-e-causa-polemica-em-dourados/722162/>. Acesso em: 7 nov. 2023.

LIVRO de Marçal Aquino é retirado de lista de vestibular após polêmica com deputado. **Folha de São Paulo**. São Paulo. 01 maio 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2023/05/livro-de-marcal-aquino-e-retirado-de-lista-de-vestibular-apos-polemica-com-deputado.shtml>. Acesso em: 7 nov. 2023.

MEMÓRIAS DA DITADURA. **Livros sob censura**. Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/livros-sob-censura/>. Acesso em: 11 jul. 2023.

LOSURDO, Domenico. Para uma crítica da categoria de totalitarismo. **Crítica marxista**, v. 17, p. 51-79, 2006. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/losurdo/2002/mes/totalitarismo.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2023.

MACIEL, Maria Esther. Não há como sair incólume do autobiográfico 'O Fim de Eddy', de Édouard Louis. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 12 jun. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2018/06/nao-ha-como-sair-incoluma-do-autobiografico-o-fim-de-eddy-de-edouard-louis.shtml>. Acesso em: 27 nov. 2023.

MAGENTA, Matheus; FABIO, Victor. Proibição de biografias leva editoras ao Supremo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 2011. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrada/15258-proibicao-de-biografias-leva-editoras-ao-supremo.shtml>. Acesso em: 7 nov. 2023.

MARKMAN, Luna. Procuradoria Geral Federal vai apurar censura a cordel de pernambucano. **G1**, Pernambuco, 6 set. 2013. Disponível em: <https://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2013/09/procuradoria-geral-federal-vai-apurar-censura-cordel-de-pernambucano.html>. Acesso em: 27. nov. 2023.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARQUES, José Henrique. Prefeitura retira livro das bibliotecas de escolas municipais. **Folha de Dourados**, Dourados, 18 maio 2015. Disponível em: <https://www.folhadedourados.com.br/prefeitura-retira-livro-das-bibliotecas-de-escolas-municipais/>. Acesso em: 26 out. 2023.

MACKINNON, Rebeca. A censura da China 2.0: como as empresas censuram os blogueiros. **Primeira segunda-feira** de 2009. Disponível em: <https://firstmonday.org/ojs/index.php/fm/article/view/2378>. Acesso em: 19 jun. 2023.

MEIRELES, Mauricio. Acusada de censura, Editora 34 diz que recusou livro por motivos literários. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 30 mar. 2016. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2016/03/1755647-acusada-de-censura-editora-34-diz-que-recusou-livro-por-motivos-literarios.shtml>. Acesso em: 27 nov. 2023.

MEY, E. S. A. Bibliotheca Alexandrina. RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Campinas, SP, v. 2, n. 1, p. 71–91, 13 dez. 2004. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/2081>. Acesso em: 26 dez. 2023.

MOLICA, Fernando. Escola católica do Rio censura livro acusado de ser de esquerda. **Veja**. Brasil, 2 out. 2018. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/escola-catolica-do-rio-censura-livro-acusado-de-ser-de-esquerda/>. Acesso em: 6 out. 2023.

MORENO, Luiz Fernando Peixoto; AMARAL, Sérgio Tibiriçá. Biografias não autorizadas: uma análise jurídica. *ETIC-ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA*, 10, 2014, Presidente Prudente, SP. **Anais** [...]. Presidente Prudente, SP, 2014. Disponível em: <http://intertemas.toledoprudente.edu.br/index.php/ETIC/article/view/4172/3930>. Acesso em: 26 dez. 2023.

MOURA, M. A. Racismo estrutural, epistemologia da ignorância e a produtividade do discurso colonial: impactos na manutenção do acervo bibliográfico da Fundação Cultural Palmares. **Liinc em Revista**, [S. l.], v. 17, n. 2, p. 5789, 2021. Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/5789>. Acesso em: 26 dez. 2023.

MELOT, Michel. **A sabedoria do bibliotecário**. Trad. Geraldo Gerson de Souza. Cotia, SP: Ateliê Editorial; São Paulo: Edições SESC SP, 2019.

MUSEU MEMORIAL DO HOLOCAUSTO DOS ESTADOS UNIDOS. “Introdução ao Holocausto.” Enciclopédia do Holocausto. [2018?] Disponível em: <https://encyclopedia.ushmm.org/content/en/article/introduction-to-the-holocaust>. Acesso em: 17 jul. 2023.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. 1998. Disponível em: <https://portalidea.com.br/cursos/introducao-aos-direitos-humanos-apostila02.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2023.

NOVO PRESIDENTE da fundação palmares minimiza racismo no Brasil em post; entidades criticam. **GloboNews**, 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/11/28/novo-presidente-da-fundacao-palmares-minimiza-racismo-no-brasil-em-post.ghtml>. Acesso em: 12 jul. 2023.

OAB diz que MEC insulta cultura brasileira ao vetar livro de Monteiro Lobato. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 4 nov. 2011. Disponível em: <https://m.folha.uol.com.br/educacao/2010/11/825664-oab-diz-que-mec-insulta-cultura-brasileira-ao-vetar-livro-de-monteiro-lobato.shtml>. Acesso em: 27 nov. 2023.

OLIVEIRA, Maxwell Ferreira de. **Metodologia científica**: um manual para a realização de pesquisas em Administração. Manual (pós-graduação) Universidade Federal de Goiás. Catalão–GO, 2011. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/567/o/Manual_de_metodologia_cientifica_-_Prof_Maxwell.pdf. Acesso em: 26 dez. 2023.

OTERO, Maria Mercedes Dias Ferreira. Censura de Livros durante a ditadura militar: 1964-1978. 2003. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

RAMOS, Jorge. Ditadura Vargas incinerou 1.640 livros de Jorge. **iBahia**, 2012. Disponível em: <https://www.ibahia.com/literatura/ditadura-vargas-incinerou-1-640-livros-de-jorge>. Acesso em: 10 jul. 2023.

RUPP, Isadora. Educadores criticam veto a livro de Monteiro Lobato. **Gazeta do Povo**, 1 nov. 2010. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/educadores->

[criticam-veto-a-livro-de-monteiro-lobato-15uocp0ipd1kpwji2efegvkum/](#). Acesso em: 12 dez. 2023.

PETROVITCH, Camila Souza; BAPTISTA, Mônica Correia; SÁ, Alessandra Latalisa de. Censura/controla livros infantis no Brasil de 2016-2020. **Humanidades & Inovação**, v. 10, n. 2, p. 144-156, 16 maio. 2023. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/8417>. Acesso em: 26 dez. 2023.

PIRES, Breiller. “Meu livro é sobre a ditadura. Jamais pensei que seria censurado”, diz autor de ‘Meninos Sem Pátria’. **El País**, São Paulo, 5 out. 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/04/cultura/1538677664_945391.html. Acesso em: 6 out. 2023.

RECH, Morgana; BIRMAN, Joel. Entre Silêncios e Formas: Censura e Pós-Censura na Arte Brasileira Contemporânea. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro. v. 23, n. 1, p. 349-369, 4 maio.2023. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/75317>. Acesso em: 26 dez. 2023.

REIMÃO, Sandra. "Proíbo a publicação e circulação..."-censura a livros na ditadura militar. **Estudos avançados**, São Paulo. v. 28, p. 75-90, n. 80. 1 jan. 2014.

REIMÃO, Sandra; NERY, João Elias; MAUÉS, Flamarion. Tentativas de censura a livros nos primeiros dois anos do governo Bolsonaro 2019-2020. **Literatura e Autoritarismo**, São Paulo. n. 40, p. 5-18, 4 jan. 2022.

RODRIGUES, Sílvia de Fátima Pilegi; SOUZA, Renata Junqueira de. Tabus e temas polêmicos – A literatura infantil e juvenil sob censura. **Caderno de Letras**, Pelotas, RS. n. 38, p. 183-199, 8 jan. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/cadernodeletras/article/view/19173>. Acesso em: 26 dez. 2023.

SANTOS, Renata Ferreira dos. **A proteção do patrimônio bibliográfico no Brasil: um estudo de caso em cidade histórica**. 2015. (Dissertação) Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2015. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUBD-AANEJV/1/disserta_o_renata_ferreira.pdf. Acesso em: 26 dez. 2023.

SANTOS, Luiz Carlos dos. **Objetivos de uma Investigação Científica: geral e específicos**. [2010?]. Disponível em: https://www.lcsantos.pro.br/wp-content/uploads/2021/03/145_OBJETIVOS_INVESTIGACAO.pdf. Acesso em: 26 dez. 2023.

SALES, Mirelly de Paula. **Memoricídio: a destruição dos livros e bibliotecas**. 2016. 70 f., il. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Biblioteconomia) Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

SCABIN, Nara Lya Cabral. Heranças censórias: mecanismos, efeitos e significado cultural da censura a livros em momentos de ditadura e democracia. **Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura**,

São Paulo, v. 20, n. 2, p. 54-69, 15 nov. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/eptic/article/view/9615/7448>. Acesso em: 26 dez. 2023.

SILVA, Edna Lucia da; MENEZES, Estera Muszkat. Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação. 4. ed. Florianópolis: UFSC 2005. Disponível em: https://tccbiblio.paginas.ufsc.br/files/2010/09/024_Metodologia_de_pesquisa_e_elaboracao_de_teses_e_dissertacoes1.pdf. Acesso em: 26 dez. 2023.

SILVA, Leonardo Vinícius Sfordi da. (re)pensando a censura na literatura infantil e juvenil contemporânea: entre conceitos e problemas. **Unigoíás**, Goiânia. v. 22, n. 2, 2021. Disponível em: <https://unigoias.com.br/wp-content/uploads/Artigo-4-54.69.pdf>. Acesso em: 7 nov. 2023.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 2016.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. A censura durante o regime autoritário. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 4, n. 10, p. 21-43, 1989. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/266022803_A_Censura_durante_o_regime_a_utoritario. Acesso em: 26 dez. 2023.

SOARES, Magda. Leitura e Democracia Cultural. In: PAIVA, Aparecida *et al.* (org.). **Democratizando a leitura: pesquisas e práticas**. Belo Horizonte: Ceale; Autêntica, 2017. p. 17-32.

TAXAÇÃO de livros vai contra a democracia e representa atraso para o Brasil, afirmam especialistas. **Giffe**. 10 maio 2021. Disponível em: <https://gife.org.br/taxacao-de-livros-vai-contra-democracia-e-representa-atraso-para-o-brasil-afirmam-especialistas/>. Acesso em: 7 nov. 2023.

TENÓRIO, Jeferson. Todo escritor ou escritora é, de certo modo, um leitor sensível de si. **Zero Hora**, Porto Alegre, 7 mar. 2023. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/colunistas/jeferson-tenorio/noticia/2023/03/todo-escriptor-ou-escritora-e-de-certo-modo-um-leitor-sensivel-de-si-cleypzt7s003v017g56rh4n4b.html>. Acesso em: 12 dez. 2023.

TRIBUNAL DO SANTO OFÍCIO DA INQUISIÇÃO. **Arquivo Nacional e a História Luso-brasileira**, 13 nov. 2021. Disponível em: http://historialuso.an.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5659:tribunal-do-santo-oficio-da-inquisicao&catid=2088&Itemid=121. Acesso em: 17 jul. 2023.

VERGUEIRO, Waldomiro de Castro Santos. Censura e seleção de materiais em bibliotecas: o despreparo dos bibliotecários brasileiros. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 16, n. 1, p. 21-26, jan./jun. 1987. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/266>. Acesso em: 28 maio 202

APÊNDICE A - QUADROS DE ORGANIZAÇÃO DOS RESULTADOS OBTIDOS
 NAS BUSCAS NAS BASES DE DADOS

Base de Dados	Trabalhos obtidos da busca			Número de trabalhos selecionados
	Termos utilizados			
	Censura de Livros	Censura AND “livros”	Censura OR “livros”	
BRAPCI	1	2	3	6
GOOGLE ACADÊMICO	9	2	0	4
PERIÓDICOS CAPES	6	0	0	2

BRAPCI - BASE DE DADOS EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Nº	Termo	Tipo	Resumo	Referência
1	Censura AND "livros"	Artigo	<p>Objetivo: apresentar e refletir sobre os movimentos de censura aos livros nos últimos anos e as ações de resistências, nacionais e internacionais, com vistas a alertar a comunidade bibliotecária não apenas para as ações de censura, mas também de resistência e enfrentamento necessárias, sobretudo nos últimos anos. Método: Adotou-se um estudo exploratório e de abordagem qualitativa, alicerçado na perspectiva teórico-metodológica de Michel Foucault, observando os enunciados de reportagens com a temática de censura relacionadas aos livros e às bibliotecas. O corpus de análise abrangeu notícias vinculadas na mídia nacional e internacional no período de 2020 a 2022. Resultado: Com o levantamento, apresentamos os casos de censuras que ocorreram no Kuwait, Estados Unidos e Brasil. Observamos a existência tanto de censura prévia aos livros quanto de ações que envolvem a retirada de obras já disponíveis em bibliotecas, em especial, escolares e públicas, por exigência de parte de suas comunidades. Diante do que compilamos e refletimos, listamos dez formas de resistência à censura aos livros e às demais produções bibliográficas na atualidade. Conclusões: Apesar de constantes ataques à liberdade de expressão e de pensamento, como ao livro que se deseja ler, diferentes ações de resistência e enfrentamentos podem ser vistas, seja por meio das comunidades locais que se unem para proteger as obras e as bibliotecas, seja de profissionais e organizações ligadas à comunidade bibliotecária que tem sido incansáveis na luta e na preservação de direitos. Ressaltamos a importância da imprensa livre e independente como pilar da democracia e a necessidade de união e fortalecimento dos vínculos entre bibliotecas, suas comunidades e a área da Biblioteconomia para que ações de censura sejam denunciadas e combatidas.</p>	<p>SILVEIRA, J. P. B.; ANDRETTA, P. I. S. As formas de resistência à censura aos livros na atualidade. Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, v. 28, p. 1-29, 2023. DOI: 10.5007/1518-2924.2023.e90814 Acesso em: 13 jun. 2023.</p>
2	Censura OR "Livro"	Artigo	<p>A ditadura militar brasileira (1964-1985) atuou intensamente nas universidades. Com o propósito de revisitar a história do período e de compreender os reflexos da censura aos livros no ambiente acadêmico foi feito um levantamento dos livros proibidos pelo Ministro da Justiça nos catálogos das universidades USP, UFMG, UFRJ e UFES. O baixo resultado de livros localizados destaca as ações da censura nas bibliotecas universitárias, bem como o caráter político e conservador da censura</p>	<p>IGREJA, P. R. Livros proibidos pelo sr. ministro da justiça. Múltiplos Olhares em Ciência da Informação, n. Especial, 2018. Disponível em: http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/106342. Acesso em: 8 maio 2023.</p>

3	Censura OR "Livro"	Artigo	Evidencia-se como a tradição censória se instaura no Brasil e ainda hoje é usada como meio de silenciamento das vozes contrárias aos regimes vigentes. Busca-se evidenciar o conceito de censura e suas origens no ocidente a partir da edição do Index Librorum Prohibitorum. Revê-se a literatura para situar três momentos distintos da censura no Brasil: sendo eles a colônia de Portugal (1500-1822), a Ditadura Civil-Militar (1964-1985), na qual os militares empregaram o aparato estatal e jurídico para controle e censura de publicações, e no recente caso de busca e apreensão, pela Prefeitura do Rio de Janeiro, da obra exposta na Bienal do Livro do Rio de Janeiro em 2019. Os resultados apontam para que, mesmo fora de regimes de exceção, a censura é prática recorrente de governos no Brasil.	DUTRA, M. P. Do anticatálogo à defesa da moral e dos bons costumes:: o livro no brasil e a censura, uma história ainda presente. Ensaio Geral , n. 1, p. 65-80, 2021. Disponível em: http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/170212 . Acesso em: 8 maio 2023.
4	Censura AND "livros"	Artigo	Verifica-se, nos últimos anos, um crescente debate, seja na imprensa, nas redes sociais ou nas casas legislativas de todo o Brasil, sobre a "ideologia de gênero". A partir do discurso de que esta "ideologia" seria uma "ameaça à família", "a Deus", "à moral e aos bons costumes", políticos conservadores têm tentado aprovar leis para impedir a discussão nas escolas de temas relacionados ao conceito de gênero, incluindo nesta proibição o acesso a livros, didáticos ou ficcionais. Considerando esse quadro, apresenta-se uma revisão de literatura que relaciona os estudos de gênero e as pesquisas sobre censura no Brasil com o objetivo de investigar se tais ações políticas e práticas discursivas são uma novidade, como a expressão "ideologia de gênero", ou se suas justificativas e consequências apresentam uma continuidade com outros momentos da história do país. Conclui-se que as tentativas de censura a livros que questionam a moral sexual dominante são uma realidade ao menos desde o Estado Novo e que os argumentos utilizados contra determinadas fontes de informação se assemelham ao longo do século XX e início do XXI. Alerta-se ainda para o risco do emprego de expressões vagas e obscuras que podem promover a censura, mesmo quando ela não está definida explicitamente em lei.	SOUZA, W. E. R. Em nome da moral e dos bons costumes: censura a livros com temática de gênero no brasil do século xxi. Em Questão , v. 24, n. 1, p. 267-295, 2018. DOI: 10.19132/1808-5245241.267-295 Acesso em: 8 maio 2023.
5	Censura de Livros	Artigo	Analisa aspectos relativos aos livros e à memória no filme Fahrenheit 451 de François Truffaut. Discute questões referentes à proibição e à destruição de livros por regimes totalitários. Destaca a trajetória do personagem Montag e sua transformação em defensor dos livros ao longo da história. Enfatiza as características da sociedade retratada no filme, especialmente seu apego à imagem e à informação oral.	SILVA, T. E. Montag e a memória perdida: notas sobre fahrenheit 451 de françois truffaut. Perspectivas em Ciência da Informação , v. 8, n. 1, 2003. Disponível em: http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/32995 . Acesso em: 8 maio 2023.

6	Censura AND "livros"	Artigo	<p>Este artigo aborda a temática dos livros infernais e o processo de censura sob a perspectiva do Imaginário. A investigação realizada teve como aporte teórico principal os aspectos simbólicos presentes em contextos de proibição literária baseando-se em autores como Maria Luiza Carneiro (2002), Michel Foucault (1989) e Carlos Serbena (2003). Objetivou-se compreender o Imaginário Social presente durante a ditadura militar brasileira através da comparação das obras Peter Pan (1930) e Reinações de Narizinho (1931) escritas por Monteiro Lobato, em contraponto ao discurso da máquina ideológica estatal. A metodologia utilizada foi a Análise de Conteúdo, de Laurence Bardin (1979), configurando-se como uma pesquisa qualitativa. Os resultados mostraram que os discursos dos agentes censores se relacionaram, nessas obras, a cinco categorias discursivas e constatou-se que o imaginário, como função social, é capaz de legitimar regimes através de discursos políticos dados como verdadeiros por estes. Paralelamente, sugere-se a potencialidade da leitura literária infantil para instilar reflexões e crítica em seus leitores.</p>	<p>ALMEIDA, Y. H.; ARAÚJO, E. P. O.; PAULA, C. P. A. Livros infernais: analisando a obra de Monteiro Lobato sob a perspectiva do imaginário social. Múltiplos Olhares em Ciência da Informação, v. 11, 2021. DOI: 10.35699/2237-6658.2021.26676 Acesso em: 8 maio 2023.</p>
7	Censura de Livros	Artigo	<p>A pesquisa exploratória e bibliográfica tem como objetivo suscitar reflexões acerca da importância da formação crítica e política do profissional bibliotecário. A preocupação com esses aspectos justifica-se pelo atual período de avanço do conservadorismo no Brasil, marcado por ataques à educação e à liberdade de expressão. Apresenta episódios recentes de censura a livros e a bibliotecas em diferentes regiões do país, silenciando debates relativos à diversidade, igualdade de gênero e questões raciais. Questiona a possibilidade de existir neutralidade na educação, defendida por alguns grupos políticos e religiosos, considerando que o silenciamento de determinados grupos sociais também configura um posicionamento político de concordância com o sistema vigente. Localiza o debate teórico no paradigma pós-custodial, científico e informacional. Enfatiza a responsabilidade social do bibliotecário em garantir o acesso à informação isenta de qualquer censura ideológica, política ou religiosa. Expõe os tipos de censura com os quais o bibliotecário pode defrontar-se, destacando a autocensura como a mais problemática. Conclui que os cursos de Biblioteconomia precisam repensar seus conteúdos de forma que garantam o desenvolvimento da consciência crítica e do posicionamento político do bibliotecário. Propõe reflexões sobre a formação acadêmica e destaca a importância da formação ao longo da vida para o profissional da informação.</p>	<p>LIMA, A. K. A.; GALINDO, M. L. Tempos de censura: reflexões sobre o posicionamento crítico e político do bibliotecário. Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, n. XIX ENANCIB, 2018. Disponível em: http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/103057. Acesso em: 10 maio 2023.</p>
8	Censura de livros	Artigo	<p>Neste artigo, considerando o contexto brasileiro, propomos uma perspectiva comparativa entre episódios censórios atuais contra livros, baseados em processos judiciais, e os mecanismos de censura existentes durante a ditadura civil-militar sobre o mercado editorial. Para isso, esboçamos uma proposta de aplicação, à análise da censura, do diagrama elaborado em 1982 por Robert Darnton para estudar a história dos livros. Para além de deslocamentos verificados em relação aos mecanismos, efeitos e significado cultural da censura em cada contexto, chama-se a atenção para a permanência de práticas autoritárias em relação a produtos culturais e meios de comunicação.</p>	<p>SCABIN, N. L. C. Heranças censórias: mecanismos, efeitos e significado cultural da censura a livros em momentos de ditadura e democracia. Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura, v. 20, p. 54-69, 2017. Disponível em: http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/155194. Acesso em: 13 jun. 2023.</p>

9	Censura AND "livros"	Artigo	<p>Objetivo: Identificar aproximações temáticas e elucidar a forma como os pesquisadores em Ciência da Informação abordam o tema censura. Metodologia: Estudo exploratório diacrônico acerca da produção científica brasileira em Ciência da Informação relativa ao tema Censura indexada na BRAPCI entre os anos de 1972 e 2019. Estruturado em seis seções: configurações da censura; percurso metodológico constituído por levantamento bibliográfico para a composição do corpus submetido à análise de conteúdo, tratamento estatístico; análise; resultados e considerações finais. Resultados: Percebemos a relação de distanciamento entre o período da Ditadura civil-militar brasileira e o aumento na produção científica acerca da censura com maior atração entre o tema censura e os termos: imprensa, repressão, ditadura, música, livros e teatro, todos localizados no espaço cronológico referente à Ditadura civil-militar brasileira. Identificamos também a tendência de ampliação temática para contextos atuais relacionados a questões sociais e tecnológicas que convergem para questões técnicas e laborais dos profissionais da informação; de fluxo da informação; da ética profissional; do papel social da Biblioteconomia; dos aspectos cognitivos e sociológicos relacionados à censura. Conclusões: A fim de prover maior discernimento nos estudos acerca da censura, torna-se fundamental considerar aspectos essenciais que configuram a ação censória como a restrição e impedimento da concepção, acesso e compartilhamento da informação para que se possa estabelecer distinções entre censura efetiva e a simples restrição.</p>	<p>CAVALCANTI, M. M.; PAJEÚ, H. M.; BUFREM, L. S. Produção científica brasileira em ciência da informação acerca do tema censura: uma aproximação temática. Informação & Informação, v. 27, n. 1, p. 301-319, 2022. DOI: 10.5433/1981-8920.2022v27n1p301 Acesso em: 13 jun. 2023.</p>
10	Censura OR "Livro"	Artigo	<p>A aplicabilidade profissional do bibliotecário, em norma, fundamenta-se sobre a liberdade científica em seu disseminar, totalizando, dessa maneira, o acesso à informação para os seus usuários que procuram nas bibliotecas determinados conhecimentos e, sobretudo, podem encontrar obstáculos em algumas formas de obtenção da informação, em face de algumas práticas profissionais do bibliotecário. Neste sentido, objetiva-se discutir sobre os reflexos da censura na prática profissional do bibliotecário, apresentando alguns arcabouços conceituais, a partir do estado da arte, através de questionamentos e ações interpretativas, das variáveis do conhecimento sobre práticas de censura e disseminação da informação em bibliotecas. Trata-se de uma pesquisa teórica e bibliográfica, uma vez que procura discutir por intermédio da análise indiciária as evidências interpretativas, no sentido de encontrar pistas no processo da disseminação informacional que componha os pressupostos da prática de censura, sob o ponto de vista explícito e implícito (censura velada). Como resultado, avalia-se que a censura se perdura ao tempo, além de camuflar-se, assim, aparecendo de maneira implícita em lugares que deveriam estar reforçando-se contra quaisquer vestígios que lembrem o comportamento censório. Ao final, contextualiza que o bibliotecário como profissional da informação, juramentado na liberdade da investigação científica e na dignidade da pessoa humana, tem a responsabilidade e compromisso de lutar para que este juramento não seja só em teoria, e sim, que este recorra para a prática do nosso cotidiano nas bibliotecas. Palavras-chave: Biblioteconomia progressista; Censura; Dignidade humana; Disseminação; Informação</p>	<p>OLIVEIRA, A. N.; CASTRO, J. L. Entre a censura e a disseminação: uma análise crítica sobre a prática profissional bibliotecária fundada na emancipação de informação e dignidade humana. Páginas A&B, Arquivos e Bibliotecas (Portugal), n. 7, p. 31-50, 2017. Disponível em: http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/70207. Acesso em: 13 jun. 2023.</p>

GOOGLE ACADÊMICO

Nº	Eixo	Tipo	Resumo	Referência
1	Censura de livros	Artigo	Apresentar e refletir sobre os movimentos de censura aos livros nos últimos anos e as ações de resistências, nacionais e internacionais, com vistas a alertar a comunidade bibliotecária não apenas para as ações de censura, mas também de resistência e enfrentamento necessárias, sobretudo nos últimos anos.	DA SILVEIRA, João Paulo Borges; ANDRETTA, Pedro Ivo Silveira. As formas de resistência à censura aos livros na atualidade. Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação , v. 28, n. Dossiê Especial, p. 1-29, 2023. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/90814/53049 . Acesso em: 10 de maio de 2023.
2	Censura de livros	Artigo	Esse artigo aborda as tentativas de censura a livros, no Brasil, nos anos de 2019 e 2020. Entende-se por censura a livros qualquer ação que vise dificultar, limitar ou constranger a redação, impressão, divulgação, distribuição, comercialização ou aquisição de livros. Esse artigo está organizado em quatro blocos: 1) censura a livros – 2015-2018 – o prenúncio; 2) Censura a livros em 2019 - Investidas contra duendes, bruxas, cultura africana e educação sexual e outros casos; 3) Censura em Rondônia e outros eventos em 2020 e 4) atos de resistência. O percurso percorrido deixa claro que o governo de Jair Bolsonaro busca consolidar-se através de um discurso de intolerância e ódio. Os casos de censura a livros que citamos neste estudo demonstram que proliferam atualmente no Brasil atitudes intolerantes e autoritárias que se somam e tentam construir uma cultura de vigilância e censura. Por outro lado, as vozes da resistência estão agindo, estão se fazendo presentes de forma contundente.	REIMAO, Sandra; NERY, João Elias; MAUÉS, Flamarion. Tentativas de censura a livros nos primeiros dois anos do governo Bolsonaro 2019-2020. Literatura e Autoritarismo , n. 40, p. 5-18, 2022. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/LA/article/view/66347 . Acesso em: 10 de maio de 2023.
3	Censura de livros	Artigo	O presente texto analisa o papel dos memes enquanto potência crítica de oposição às ações do atual Prefeito da cidade do Rio de Janeiro durante a Bienal do Livro de 2019 e aos defensores de movimentos conservadores em relação à leitura e ao contexto social mais amplo. Foram movimentos de censura a livros considerados inapropriados para público infanto-juvenil, por trazerem consigo questões que pudesse estar vinculadas a debates sobre gênero e sexualidade. No que tange aos movimentos que considero conservadores e retrógrados em termos de conquistas no campo social e educacional, tomo o exemplo do Projeto Escola sem Partido (EsP) como uma destas ações que recebem apoio de diversos setores sociais e, dentre outras pautas, já trazem consigo a interdição de tais discussões nos espaços educacionais. A partir das discussões, entendo que o movimento #CrivellaCorreAqui e toda a produção imagética que o envolveu é emblemático quando se pensa as reações dos internautas e como as redes digitais e a possibilidade dos multiletramentos possibilitam criações das mais diversas em contraponto a ações reacionárias, comprovando que por mais censurados que sejam os temas, se não puderem entrar nas escolas para serem discutidos, eles entram pela janela ou pelas telas de nossos celulares.	VELLOSO, Luciana et al. Ler é um ato político: multiletramentos em contexto de censura literária. EDUCAÇÃO , v. 8, n. 2, p. 271-284, 2020. Disponível em: https://periodicos.set.edu.br/educacao/article/view/8091 . Acesso em: 10 de maio de 2023.

4	Censura de livros	Artigo	<p>Verifica-se, nos últimos anos, um crescente debate, seja na imprensa, nas redes sociais ou nas casas legislativas de todo o Brasil, sobre a “ideologia de gênero”. A partir do discurso de que esta “ideologia” seria uma “ameaça à família”, “a Deus”, “à moral e aos bons costumes”, políticos conservadores têm tentado aprovar leis para impedir a discussão nas escolas de temas relacionados ao conceito de gênero, incluindo nesta proibição o acesso a livros, didáticos ou ficcionais. Considerando esse quadro, apresenta-se uma revisão de literatura que relaciona os estudos de gênero e as pesquisas sobre censura no Brasil com o objetivo de investigar se tais ações políticas e práticas discursivas são uma novidade, como a expressão “ideologia de gênero”, ou se suas justificativas e consequências apresentam uma continuidade com outros momentos da história do país. Conclui-se que as tentativas de censura a livros que questionam a moral sexual dominante são uma realidade ao menos desde o Estado Novo e que os argumentos utilizados contra determinadas fontes de informação se assemelham ao longo do século XX e início do XXI. Alerta-se ainda para o risco do emprego de expressões vagas e obscuras que podem promover a censura, mesmo quando ela não está definida explicitamente em lei.</p>	<p>SOUZA, W. E. R. de. Em nome da moral e dos bons costumes: censura a livros com temática de gênero no Brasil do século XXI. Em Questão, Porto Alegre, v. 24, n. 1, p. 267–295, 2018. DOI: 10.19132/1808-5245241.267-295. Disponível em: https://www.seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/71150. Acesso em: 10 maio. 2023.</p>
5	Censura de livros	Artigo	<p>O objetivo deste texto é suscitar reflexões em torno da censura de obras literárias voltadas ao público infantil e juvenil que tocam em tabus e temas polêmicos de nossa sociedade. Parte-se da premissa de que a leitura de textos que tematizam conflitos e dramas humanos pode possibilitar aos leitores pensarem sobre suas próprias vidas e experiências e ressignificá-las. Para instaurar o diálogo aqui proposto, indaga-se: é possível ao professor/mediador de leitura não abordar tabus e temas polêmicos no interior das escolas e, mesmo assim, colocar-se como formador de leitores sensíveis, críticos e proficientes? Há literatura infantil inadequada ou inadequação na forma de abordagem dos textos? A análise se apoia nos contos <i>A triste história de Eredegalda</i> (BRANT, 2013) e <i>Pele de Asno</i> (PERRAULT, 1697/2016) e na Nota Técnica sobre o livro “<i>Enquanto o sono não vem</i>” (CEALE, 2017).</p>	<p>RODRIGUES, Sílvia de Fátima Pilegi; DE SOUZA, Renata Junqueira. Tabus e temas polêmicos—a literatura infantil e juvenil sob censura. Caderno de Letras, n. 38, p. 183-199, 2021. Disponível em: https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/cadernodeletras/article/view/19173. Acesso em: 10 de maio de 2023.</p>
6	Censura de livros	Artigo	<p>O presente trabalho tem como objetivo analisar a censura como um elemento da crise da democracia em curso no Brasil, com foco nos acontecimentos da Bienal do Rio de Janeiro de 2019. A partir da análise da literatura sobre crise da democracia, e especialmente sobre a crise da democracia no Brasil, é possível perceber que, embora a democracia sempre tenha enfrentado grandes obstáculos para se consolidar no Brasil, a partir de 2016 (após o golpe que demoveu Dilma Rousseff do poder) esta crise parece estar se acentuando. Em 2018, com a eleição de um governo de extrema direita, mecanismos de censura e demais ataques à democracia se tornaram comuns no Brasil, representando um flagrante risco às instituições democráticas. O trabalho mostra como a censura ocorrida na Bienal é apenas uma das consequências da ascensão de governos conservadores e autoritários no país.</p>	<p>PINHEIRO, Beatriz Pessoa. Crise da democracia brasileira: o caso da censura literária na Bienal do Livro do Rio de Janeiro em 2019. 2021. Disponível em: https://bdm.unb.br/handle/10483/32360. Acesso em: 10 de maio de 2023.</p>

7	Censura de livros	Artigo	<p>mostrar como a censura ainda se faz presente em nossa sociedade e, com isso, promover um debate crítico, percebendo como a sociedade tem reagido, ou não, a essas manifestações. A obra é composta por trinta ensaios escritos por pesquisadores, professores, intelectuais, comunicadores e artistas e está dividida em nove capítulos, denominados mesas, abordando questões temáticas da democracia e liberdade de expressão, cinema, gênero e sexualidade, literatura, classificação etária, direito, arte, humor e algumas reflexões sobre a censura no cinema iraniano.</p>	<p>PISA, Lícia Frezza. Como a censura desliza para atuar na atualidade. Comunicação & Sociedade, v. 37, n. 2, p. 307-315. Disponível em: https://www.metodista.br/revistas/revistas-metodista/index.php/CSO/article/viewFile/5484/4900. Acesso em: 10 de maio de 2023.</p>
8	Censura de livros	Artigo	<p>Objetivo: Identificar aproximações temáticas e elucidar a forma como os pesquisadores em Ciência da Informação abordam o tema censura.</p> <p>Metodologia: Estudo exploratório diacrônico acerca da produção científica brasileira em Ciência da Informação relativa ao tema Censura indexada na BRAPCI entre os anos de 1972 e 2019. Estruturado em seis seções: configurações da censura; percurso metodológico constituído por levantamento bibliográfico para a composição do corpus submetido à análise de conteúdo, tratamento estatístico; análise; resultados e considerações finais.</p> <p>Resultados: Percebemos a relação de distanciamento entre o período da Ditadura civil-militar brasileira e o aumento na produção científica acerca da censura com maior atração entre o tema censura e os termos: imprensa, repressão, ditadura, música, livros e teatro, todos localizados no espaço cronológico referente à Ditadura civil-militar brasileira. Identificamos também a tendência de ampliação temática para contextos atuais relacionados a questões sociais e tecnológicas que convergem para questões técnicas e laborais dos profissionais da informação; de fluxo da informação; da ética profissional; do papel social da Biblioteconomia; dos aspectos cognitivos e sociológicos relacionados à censura.</p> <p>Conclusões: A fim de prover maior discernimento nos estudos acerca da censura, torna-se fundamental considerar aspectos essenciais que configuram a ação censória como a restrição e impedimento da concepção, acesso e compartilhamento da informação para que se possa estabelecer distinções entre censura efetiva e a simples restrição.</p>	<p>CAVALCANTI, Marcycleis Maria; PAJEÚ, Hélio Márcio; BUFREM, Leilah Santiago. Produção científica brasileira em ciência da informação acerca do tema censura: uma aproximação temática. Informação & Informação, v. 27, n. 1, p. 301-319, 2022. Disponível em: https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/44825. Acesso em: 10 maio 2023.</p>
9	Censura de livros	Artigo	<p>A aplicabilidade profissional do bibliotecário, em norma, fundamenta-se sobre a liberdade científica em seu disseminar, totalizando, dessa maneira, o acesso à informação para os seus usuários que procuram nas bibliotecas determinados conhecimentos e, sobretudo, podem encontrar obstáculos em algumas formas de obtenção da informação, em face de algumas práticas profissionais do bibliotecário. Neste sentido, objetiva-se discutir sobre os reflexos da censura na prática profissional do bibliotecário, apresentando alguns arcabouços conceituais, a partir do estado da arte, através de questionamentos e ações interpretativas, das variáveis do conhecimento sobre práticas de censura e disseminação da informação em bibliotecas. Trata-se de uma pesquisa teórica e bibliográfica, uma vez que procura discutir por intermédio da análise indiciária as evidências interpretativas, no sentido de encontrar pistas no processo da disseminação informacional que componha os pressupostos da prática de censura, sob o ponto de vista explícito e implícito (censura velada). Como resultado, avalia-se que a censura se perdura ao tempo, além de camuflar-se, assim, aparecendo de maneira implícita em lugares que deveriam estar reforçando-se contra quaisquer vestígios que lembrem o comportamento censório.</p> <p>Ao final, contextualiza que o bibliotecário como profissional da informação, juramentado na liberdade da investigação científica e na dignidade da pessoa humana, tem a responsabilidade e compromisso de lutar para que este juramento não seja só em teoria, e sim, que este recorra para a prática do nosso cotidiano nas bibliotecas.</p>	<p>DE OLIVEIRA, Alessandra Nunes; DE CASTRO, Jetur Lima. Entre a censura e a disseminação: uma análise crítica sobre a prática profissional bibliotecária fundada na emancipação de informação e dignidade humana. Páginas a&b: arquivos e bibliotecas, p. 31-50, 2017. Disponível em: http://aleph.letras.up.pt/index.php/paginasueb/article/view/2837. Acesso em: 10 maio 2023.</p>

10	Censura AND “livros”	Artigo	<p>Objetivou-se caracterizar casos de censura/controle à literatura infantil no Brasil entre 2016 e 2020. A circulação e disseminação de informações, por meios digitais, juntamente à chegada da chamada “onda conservadora” (ALMEIDA, 2019), faz com que avaliações de livros infantis ganhem destaque. Apresentam-se casos de censura/controle a livros de literatura infantil no Brasil; caracterizam-se os contextos nos quais ocorrem; analisam-se os critérios, os métodos empregados, os agentes, as motivações e suas repercussões. Para cumprir seu objetivo, realizou-se pesquisa documental, por meio de buscas a documentos disponíveis na hemeroteca digital, entre outras fontes. A análise dos casos encontrados sugere que os atos de censura a livros ou a histórias infantis guardam relação com uma determinada concepção de infância e de literatura. Predomina a ideia de que a mente infantil é facilmente moldada e que a literatura é uma forma muito eficaz para controlá-la.</p>	<p>PETROVITCH, Camila Souza; BAPTISTA, Mônica Correia; DE SÁ, Alessandra Latalisa. Censura/controle a livros infantis no brasil de 2016-2020. Humanidades & Inovação, v. 10, n. 2, p. 144-156, 2023. Disponível em: https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/8417. Acesso em: 16 jun. 2023.</p>
11	Censura AND “livros”	Artigo	<p>A remição de pena por leitura não tem força de lei, mas, pela resolução 391 do Conselho Nacional de Justiça (2021), permite aos apenados abater alguns dias de prisão. Em fevereiro de 2020, no entanto, a Secretaria da Administração Penitenciária (SAP), por meio de sua Fundação (Funap/SP), censurou 12 obras que fariam parte do acervo itinerante para os presídios paulistas. Buscamos compreender por meio da análise do discurso bakhtiniana (2010) possíveis razões que tornaram esses livros sujeitos à ação censória, mas selecionamos para análise apenas <i>Cabo de Guerra</i>, de Ivone Benedetti, por ter sido finalista de importante prêmio literário em 2010 e por sua narrativa verbal e imagética. A discussão proposta sustenta-se em quatro eixos: histórico da censura no Brasil; literatura como direito humano; finalidades das penas e problematização da política brasileira sobre punição. Reconhecemos que a desumanização dos apenados nos presídios nacionais alinha-se à visão técnico-jurídica, apesar da legislação pátria, que preza a cartilha humanista. Concluímos que o silenciamento e a marginalização dos empriionados é potencializado por ações como a da Funap/SP, especialmente quando lhes impede conhecer livros que tratam de aspectos de vida de que são vítimas e algozes: traição, medo, violência e política</p>	<p>ENAGLIA, A. M.; HELLER, B. Prisão intelectual: a censura do Estado em livros que compõem projetos de remição de pena. ANAMORPHOSIS - Revista Internacional de Direito e Literatura, Porto Alegre, v. 8, n. 1, p. e899, 2023. DOI: 10.21119/anamps.8.1.e899. Disponível em: https://periodicos.rdl.org.br/anamps/article/view/899. Acesso em: 16 jun. 2023.</p>

PERIÓDICOS CAPES

Nº	Termos	Tipo	Resumo	Referência
1	Censura de livros	Artigo	<p>Objetivo: apresentar e refletir sobre os movimentos de censura aos livros nos últimos anos e as ações de resistências, nacionais e internacionais, com vistas a alertar a comunidade bibliotecária não apenas para as ações de censura, mas também de resistência e enfrentamento necessárias, sobretudo nos últimos anos. Método: Adotou-se um estudo exploratório e de abordagem qualitativa, alicerçado na perspectiva teórico-metodológica de Michel Foucault, observando os enunciados de reportagens com a temática de censura relacionadas aos livros e às bibliotecas. O corpus de análise abrangeu notícias vinculadas na mídia nacional e internacional no período de 2020 a 2022. Resultado: Com o levantamento, apresentamos os casos de censuras que ocorreram no Kuwait, Estados Unidos e Brasil. Observamos a existência tanto de censura prévia aos livros quanto de ações que envolvem a retirada de obras já disponíveis em bibliotecas, em especial, escolares e públicas, por exigência de parte de suas comunidades. Diante do que compilamos e refletimos, listamos dez formas de resistência à censura aos livros e às demais produções bibliográficas na atualidade. Conclusões: Apesar de constantes ataques à liberdade de expressão e de pensamento, como ao livro que se deseja ler, diferentes ações de resistência e enfrentamentos podem ser vistas, seja por meio das comunidades locais que se unem para proteger as obras e as bibliotecas, seja de profissionais e organizações ligadas à comunidade bibliotecária que tem sido incansáveis na luta e na preservação de direitos. Ressaltamos a importância da imprensa livre e independente como pilar da democracia e a necessidade de união e fortalecimento dos vínculos entre bibliotecas, suas comunidades e a área da Biblioteconomia para que ações de censura sejam denunciadas e combatidas.</p>	<p>BORGES DA SILVEIRA, . P.; SILVEIRA ANDRETTA, . I. As formas de resistência à censura aos livros na atualidade. Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, [S. l.], v. 28, n. Dossie Especial, p. 1–29, 2023. DOI: 10.5007/1518-2924.2023.e 90814. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/90814. Acesso em: 16 jun. 2023.</p>
2	Censura de livros	Artigo	<p>O presente ensaio nasce com o objetivo de travar uma discussão entre o surgimento da literatura infantil em terras brasileiras e persistência da censura no que tange o referido sistema literário, posto que infelizmente, ainda hoje, para muitos, a literatura infantil e a juvenil deve ter a função de ensinar de acordo com a “moral” de alguns grupos sociais. Ademais, nos interessa trazer a leitura de três obras literárias que possuem como elo a queima a livros em diferentes contextos históricos e sociais, sendo elas: <i>O mágico de verdade</i>(2008) de Gustavo Bernardo, <i>Beto, o analfabeto</i>(2008), de Drummond Amorin e <i>Assassinato na Biblioteca</i>(2009) de Helena Gomes, argumentamos que as queimas de livros ficcionais dialogam veementemente com a dificuldade de acesso a obras literárias em escolas públicas brasileiras e o descaso de governantes a fim de alimentarem políticas de Estados que assegurem que os alunos cadastrados em escolas públicas brasileiras tenham acesso a obra de qualidade estética. Para tanto, nos apoiaremos em trabalhos pioneiros acerca da história do livro, tais como <i>Uma história da leitura</i> (1997), Alberto Manguel e <i>História da Leitura</i> (2006), Steven R. Fischer, a fim de validarmos que queimar livros sempre foi uma prática dos detentores do poder.</p>	<p>ALENCAR IGUMA, A. de O. Censura na Literatura Infantil e Juvenil: Entre Livros e Labaredas. Línguas & Letras, [S. l.], v. 20, n. 47, 2019. Disponível em: https://erevista.unioeste.br/index.php/linguaseletras/article/view/22931. Acesso em: 16 jun. 2023.</p>

3	Censura de livros	Artigo	<p>Identificar aproximações temáticas e elucidar a forma como os pesquisadores em Ciência da Informação abordam o tema censura. Metodologia: Estudo exploratório diacrônico acerca da produção científica brasileira em Ciência da Informação relativa ao tema Censura indexada na BRAPCI entre os anos de 1972 e 2019. Estruturado em seis seções: configurações da censura; percurso metodológico constituído por levantamento bibliográfico para a composição do corpus submetido à análise de conteúdo, tratamento estatístico; análise; resultados e considerações finais. Resultados: Percebemos a relação de distanciamento entre o período da Ditadura civil-militar brasileira e o aumento na produção científica acerca da censura com maior atração entre o tema censura e os termos: imprensa, repressão, ditadura, música, livros e teatro, todos localizados no espaço cronológico referente à Ditadura civil-militar brasileira. Identificamos também a tendência de ampliação temática para contextos atuais relacionados a questões sociais e tecnológicas que convergem para questões técnicas e laborais dos profissionais da informação; de fluxo da informação; da ética profissional; do papel social da Biblioteconomia; dos aspectos cognitivos e sociológicos relacionados à censura. Conclusões: A fim de prover maior discernimento nos estudos acerca da censura, torna-se fundamental considerar aspectos essenciais que configuram a ação censória como a restrição e impedimento da concepção, acesso e compartilhamento da informação para que se possa estabelecer distinções entre censura efetiva e a simples restrição.</p>	<p>Cavalcanti, M. M., Pajeú, H. M., & Bufrem, L. S. (2022). Produção científica brasileira em ciência da informação acerca do tema censura: uma aproximação temática. Informação & Informação, 27(1), 301–319. https://doi.org/10.5433/1981-8920.2022v27n1p301</p>
4	Censura de Livros	Artigo	<p>Repensar a escrita da História é tarefa que vem ocupando um lugar considerável na produção de historiadores, sobretudo, ao longo do século XX. Considerando outros sujeitos, objetos e olhares, o campo historiográfico abre-se para novos problemas. Este texto apresenta possibilidades de escrita da História na interface com a sexualidade a partir da produção literária de Cassandra Rios (1932-2002), escritora conhecida como a “mais proibida do Brasil”, a julgar por seus mais de trinta livros vetados pela censura vigente, também, na Ditadura Militar. A partir de alguns questionamentos colocados pelo campo da História das Mulheres, apresenta-se uma possibilidade de escrita da História por meio da perspectiva de mulheres lésbicas, haja vista a temática abordada por Rios em grande parte de sua escrita, voltada para histórias de desejo entre mulheres. Ao final, apontam-se perspectivas em Cassandra Rios de visibilizar tais sujeitos, geralmente ausentes na historiografia, e a potencialidade de sua produção literária como fonte pertinente na (re)escrita da história de sujeitos com sexualidades dissidentes.</p>	<p>MANTOVANI, F. Escrita da História e sexualidade. Fronteiras: Revista Catarinense de História, n. 37, p. 156-178, 28 jul. 2021. Disponível em : https://periodicos.ufsc.br/index.php/FRCH/article/view/12359. Acesso em: 16 jun. 2023.</p>
5	Censura de livros	Artigo	<p>Se, por um lado, o objeto livro se conformou historicamente como instrumento de poder hegemônico, por outro, corrobora, a partir da pluralidade de conteúdos, para a existência, não apenas ficcional, de identidades múltiplas. De encontro a essa premissa, a censura contra conteúdo LGBT+ para crianças e adolescentes ganha contornos hodiernos durante a Bienal do livro do Rio de Janeiro. Com o objetivo de interpretar a resposta do público acerca do episódio, sua relação com aspectos socioculturais e, principalmente, em que medida o ambiente livresco se reverbera nessas postagens, propomos uma análise de redes semânticas do <i>corpus</i> selecionado. Para a fundamentação teórica, baseamo-nos na historiografia do livro e da literatura, nos estudos culturais e nos estudos de gênero. Como resultado, em suma, discutimos quatro temáticas centrais que apontam para o interesse pela leitura do conteúdo distribuído ou seu rechaço; a relação entre educação e vigilância direcionada às crianças; o sentimento de pertencimento por parte da comunidade LGBT+; a moral cristã como argumento contrário à ação.</p>	<p>Renata Barreto Malta, Carina Luisa Ochi Flexor, & Aianne Amado Nunes Costa. (2020). Uma nova velha história: sobre censura e literatura LGBT+. Estudos De Literatura Brasileira Contemporânea, (61), 1–13. https://doi.org/10.1590/2316-40186110</p>

6	Censura de Livros	Artigo	O presente artigo utiliza a ditadura militar de 1964 e os acontecimentos atuais na Internet, como o caso de Donald Trump, Monark e Elon Musk, para classificar a censura como imprópria ou benéfica e a ambivalência da opinião pública nos casos em conjunto de análises das ideias dos filósofos Foucault, Hegel e do livro (1984) de George Orwell.	Lauretti, A. (2022). DIALÉTICA DA CENSURA E OPINIÃO PÚBLICA. <i>Sapere Aude</i> , 13(26), 636-639. https://doi.org/10.5752/P.2177-6342.2022v13n26p636-639
---	-------------------	--------	--	--

SÍNTESE DOS RESULTADOS

A princípio, foram pré-selecionados 27 trabalhos, no período temporal de 2010 a 2023, que tinham como foco a censura de livros. Contudo, apenas 12 trabalhos foram efetivamente selecionados, uma vez que o tema se afunila para censura de livros no contexto da atualidade e no campo da Ciência da Informação e Biblioteconomia. Todos eles se apresentam no formato de artigos científicos. Juntamente aos termos utilizados para a busca nas bases de dados, foram usados também os recursos dos operadores *booleanos*. As expressões de busca foram as seguintes: “Censura de Livros”, Censura AND “livros” e Censura OR “livros”.

ANEXO A - NOTÍCIAS RECUPERADAS

1. CONSELHO DE EDUCAÇÃO QUER BANIR LIVRO DE MONTEIRO LOBATO DAS ESCOLAS - 2010

14/12/2023, 14:59

Conselho de Educação quer banir livro de Monteiro Lobato das escolas - Jornal O Globo

BRASIL



PUBLICIDADE

BRASIL • EDUCAÇÃO

Conselho de Educação quer banir livro de Monteiro Lobato das escolas

O Globo, e

29/10/2010 - 00:00 / Atualizado em 04/11/2011 - 16:33



Newsletters

PUBLICIDADE

RIO - O livro "Caçadas de Pedrinho" de Monteiro Lobato, um dos maiores autores de literatura infantil, pode ser barrado nas

O GLOBO é pra quem quer ir além do noticiário

BRASIL



(CNE) a obra é racista. A alegação

foi aprovada por unanimidade pela

Câmara de Educação Básica do CNE e foi feito a partir de denúncia da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial. O parecer do CNE será avaliado pela Secretaria de Educação Básica e a decisão final cabe ao Ministério da Educação (MEC). O livro já foi distribuído pelo próprio MEC a colégios de ensino fundamental pelo Programa Nacional de Biblioteca na Escola (PNBE).

Em nota técnica citada pelo CNE, a Secretaria de Alfabetização e Diversidade do MEC diz que a obra só deve ser usada "quando o professor tiver a compreensão dos processos históricos que geram o racismo no Brasil".

Publicado em 1933, o livro de Monteiro Lobato, um dos maiores nomes da literatura infantil brasileira, narra as aventuras da turma do Sítio em busca de uma onça-pintada. Conforme o parecer do CNE, o racismo

BRASIL



urubu e o macaco.

Um dos trechos da obra que sustenta a argumentação do CNE diz: "Tia Nastácia, esquecida dos seus numerosos reumatismos, trepou, que nem uma macaca de carvão". Outro diz: Não é a toa que macacos se parecem tanto com os homens. Só dizem bobagens." De acordo com Nilma Lino Gomes, professora da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e autora do parecer, o livro deve ser banido das escolas ou só poderá ser adotado caso a obra seja acompanhada de nota sobre os "estudos atuais e críticos que discutam a presença de estereótipos raciais na literatura".

O Globo, um jornal nacional: Fique por dentro da evolução do jornal mais lido do Brasil

Conteúdo Publicitário

Novo refrigerador de ambiente é superior a ar condicionado e não precisa de instalação

Ar-Condicionado Vertical | Patrocinado

Ganhe até \$2.700 por semana trabalhando em casa

MediaSky | Patrocinado

Novo ar refrigerador que não precisa de instalação, é genial!

Ar-Condicionado Vertical | Patrocinado

2. PROIBIÇÃO DE BIOGRAFIAS LEVA EDITORAS AO SUPREMO - 2011

12/12/2023, 17:18

Folha de S.Paulo - Ilustrada - Proibição de biografias leva editoras ao Supremo - 17/12/2011

FOLHA DE S.PAULO | ÍNDICE GERAL

Índice geral

São Paulo, sábado, 17 de dezembro de 2011

FOLHA DE S.PAULO **ilustrada**

[Próximo Texto](#) | [Índice](#) | [Comunicar Erros](#)

Proibição de biografias leva editoras ao Supremo

Empresas do setor dizem que artigo do Código Civil é inconstitucional

Trecho embasa decisões judiciais que barraram obras a pedido dos próprios biografados ou de seus herdeiros

Divulgação



Maria Bonita e Lampião, com a revista "Noite Ilustrada", em imagem dos anos 1930.

MATHEUS MAGENTA
FABIO VICTOR
DE SÃO PAULO

A guerra de autores e editoras contra a proibição judicial de biografias publicadas no país acaba de ganhar uma nova frente de batalha.

Além de um projeto de lei que tramita na Câmara para modificar o artigo do Código Civil que embasou a maior parte das proibições judiciais, o Snel (Sindicato Nacional dos

Editores de Livros) está criando uma associação para levar a disputa ao STF (Supremo Tribunal Federal).

Em breve, as editoras devem entrar com uma Adin (Ação Direta de Inconstitucionalidade) no tribunal contra o artigo 20 do código, em vigor desde 2003, argumentando que o texto é conflitante com a liberdade de expressão prevista na Constituição.

O artigo diz que, sem autorização de herdeiros ou biografados, a publicação de informações ou imagens pode ser proibida se "atingirem a honra, a boa fama ou a respeitabilidade" de retratados.

Por causa de brechas na lei, a Justiça já proibiu a venda de obras como as biografias do músico Roberto Carlos e do jogador Garrincha.

Para o vice-presidente do Snel e diretor-presidente da editora Objetiva, Roberto Feith, o artigo é um "acidente".

"Estavam preocupados em preservar a privacidade do cidadão comum, mas esqueceram que esse mesmo texto poderia ser aplicado a grandes figuras da vida nacional."

Segundo ele, o mercado editorial acompanha de perto o trâmite no Congresso e torce por uma mudança na lei. Mas, escaudadas pela experiência da legislatura anterior -quando uma manobra de última hora barrou proposta semelhante na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça)-, editoras tomaram um "caminho alternativo".

Na Câmara, um projeto de lei do deputado Newton Lima (PT-SP) para modificar o Código Civil foi aprovado na Comissão de Educação e Cultura no último dia 7.

Em seguida, o texto, que agrupou outros dois projetos semelhantes, foi encaminhado para a CCJ. A votação deve ocorrer no ano que vem. Como tramita em caráter terminativo, se for aprovado, o texto já segue para o Senado.

PROIBIÇÕES

Autor da biografia não autorizada "Roberto Carlos em Detalhes", proibida em 2007, Paulo Cesar de Araújo defende a mudança no código.

"Se continuar do jeito que está, vai ser impossível contar a história do Brasil. Se todos alegarem que a 'minha história é patrimônio meu', você só vai poder escrever sobre si próprio", afirmou.

Em entrevistas à época da proibição, Roberto Carlos disse que não houve censura: "Há um limite entre o que é de interesse público e o que é invasão de privacidade".

Para Thalita Alvarez, gerente de marketing da editora Planeta, que publicou o livro de Araújo, o caso foi emblemático para o setor.

"Desde o episódio Roberto Carlos, nenhuma editora se arriscou a publicar biografias não autorizadas, já que ficou claro que o Judiciário prioriza o direito à intimidade em detrimento do direito de livre expressão", afirmou.

As biografias formam um dos filões mais rentáveis do país. Algumas editoras, inclusive, estão lançando obras do tipo para se consolidar ou se reposicionar no mercado, como a Sextante, que publicou recentemente a biografia do empresário Eike Batista.

[Próximo Texto](#) | [Índice](#) | [Comunicar Erros](#)

Copyright Empresa Folha da Manhã S/A. Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução do conteúdo desta página em qualquer meio de comunicação, eletrônico ou impresso, sem autorização escrita da [Folhapress](#).

3. CONTINUA VETO A LIVRO QUE DIZ QUE LAMPIÃO ERA GAY - 2012

14/12/2023, 17:17

G1 - Continua veto a livro que diz que Lampião era gay - notícias em Brasil



ESTADÃO continua

11/04/2012 17h51 - Atualizado em 11/04/2012 17h51

Continua veto a livro que diz que Lampião era gay

Agência Estado

O juiz da 7ª Vara Cível de Aracaju, Aldo Albuquerque, manteve a decisão de não permitir que o polêmico livro "Lampião Mata Sete", que sustenta que o Rei do Cangaço, Virgulino Ferreira da Silva, era gay, seja lançado. No dia 25 de novembro do ano passado, Aldo expediu uma liminar suspendendo o lançamento, que iria ocorrer em uma livraria de Aracaju, em virtude de uma ação movida por Expedita Ferreira, filha do cangaceiro.

O autor do livro, o juiz aposentado Pedro de Moraes, disse que vai recorrer da decisão junto ao Tribunal de Justiça de Sergipe (TJ-SE) e tem 15 dias para realizar o procedimento legal. Caso não tenha sucesso e o livro continue sendo censurado pela Justiça, ele disse que vai jogar os 1 mil exemplares que lhe restam no Rio Sergipe.

Aldo Albuquerque, que não leu o livro, disse que se baseou na Constituição Federal para continuar impedindo o lançamento do livro. "A Constituição protege a inviolabilidade da individualidade das pessoas", explicou ele, ao frisar que escreveu 25 laudas onde defende o não lançamento do livro. Para Aldo, se o livro versasse apenas sobre os crimes cometidos por Lampião, esse seria um fato público, mas quando trata da sexualidade, o tema não tem o mesmo interesse.

"O Aldo é um preconceituoso", disparou o autor do livro Pedro de Moraes. Sobre essa crítica e as que poderão surgir em virtude da decisão, Aldo Albuquerque explicou que "doutor Pedro é um homem muito inteligente, um grande juiz". E com relação às demais críticas que poderão advir, Aldo explicou que um magistrado tem que agir sem se preocupar com isso, preservando a Constituição Federal.

No dia 6 de novembro do ano passado, Pedro de Moraes participou da Segunda Bienal do Livro, em Salvador, e vendeu o 1 mil exemplares, restando outros 1 mil para o lançamento em Aracaju, que não aconteceu. "A liminar proibindo o lançamento saiu no dia 25 de novembro", lembra Pedro.

Dias depois no município de Campo Formoso, a 400 quilômetros de Salvador, o livro voltou a fazer sucesso em uma exposição literária. Desta vez, os exemplares foram levados pelo especialista em Lampião Oleone Coelho Fontes, que, inclusive, faz a introdução do livro. Oleone continua indignado e disse, na época, que "seria uma felicidade para o Nordeste se Lampião fosse homossexual".

4. PROCURADORIA GERAL FEDERAL VAI APURAR CENSURA A CORDEL DE PERNAMBUCANO - 2013

14/12/2023, 15:12

G1 - Procuradoria Geral Federal vai apurar censura a cordel de pernambucano - notícias em Pernambuco



06/09/2013 19h56 - Atualizado em 06/09/2013 19h58

Procuradoria Geral Federal vai apurar censura a cordel de pernambucano

Davi Teixeira mudou trechos de poema sobre previdência a pedido do INSS.

Procurador-geral da União acredita que não houve intimidação.

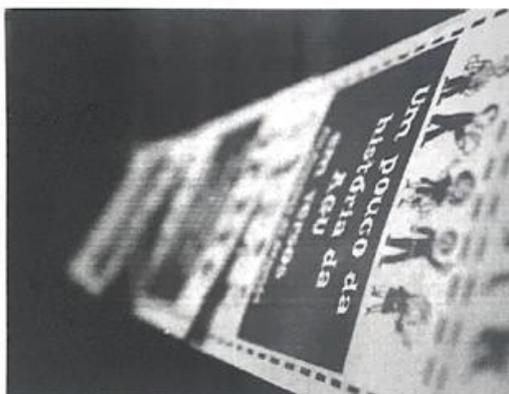
Luna MarkmanDo G1 PE

Um dia após a Justiça Federal em Pernambuco (JFPE) liberar a circulação e venda do cordel intitulado "A lei da Previdência para a aposentadoria", censurado a pedido do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), o procurador-geral da União, Marcelo Siqueira, informou ao **G1**, nesta sexta (6), que vai apurar os procedimentos adotados pela procuradoria local no caso, que considerou atípico. "Esse caso não passou aqui [na direção central]. Eu só soube há meia hora, pela notícia de vocês. O que eu posso te assegurar é que em nenhum momento a Procuradoria Geral Federal atua no sentido de cercear a liberdade de expressão, principalmente em uma obra artística, como o cordel", disse.

O polêmico cordel foi feito por Davi Teixeira, 54 anos, natural de Bezerros, no Agreste do estado, que trabalha com este tipo de literatura desde 2005. De acordo com a Justiça, um exemplar da obra chegou às mãos do Grupo de Proteção do Nome e Imagem das Autarquias e Fundações Públicas Federais, que entendeu que ali havia "conteúdo depreciativo à imagem do INSS".

O grupo encaminhou processo administrativo para a Procuradoria Regional Especializada do INSS (PRE/INSS), que entrou em contato com o cordelista. Em audiência realizada em abril deste ano na PRE/INSS, o artista se comprometeu a modificar o conteúdo do cordel, no prazo de 90 dias, adequando o texto ao "Programa de Proteção do Nome e Imagem das Autarquias e Fundações Públicas Federais".

Davi Teixeira narrou ao **G1** o encontro na PRE/INSS e afirmou que se sentiu intimidado a realizar as mudanças solicitadas, chegando a queimar 600 folhetos da obra. Insatisfeito por ver seu cordel modificado e proibido de circular, na manhã da última quinta (5), entrou com uma ação na Justiça. O advogado do cordelista, Paulo Perazzo, alegou que o cliente foi coagido, sofrendo uma "pressão indevida, injustificada e sem amparo legal". À tarde, o juiz titular da 3ª Vara Federal, Frederico Azevedo, proferiu, liminarmente, decisão favorável.



PGU lançou, em 2011, cordel sobre a história da instituição.

(Foto: Leogump Carvalho/ Divulgação)

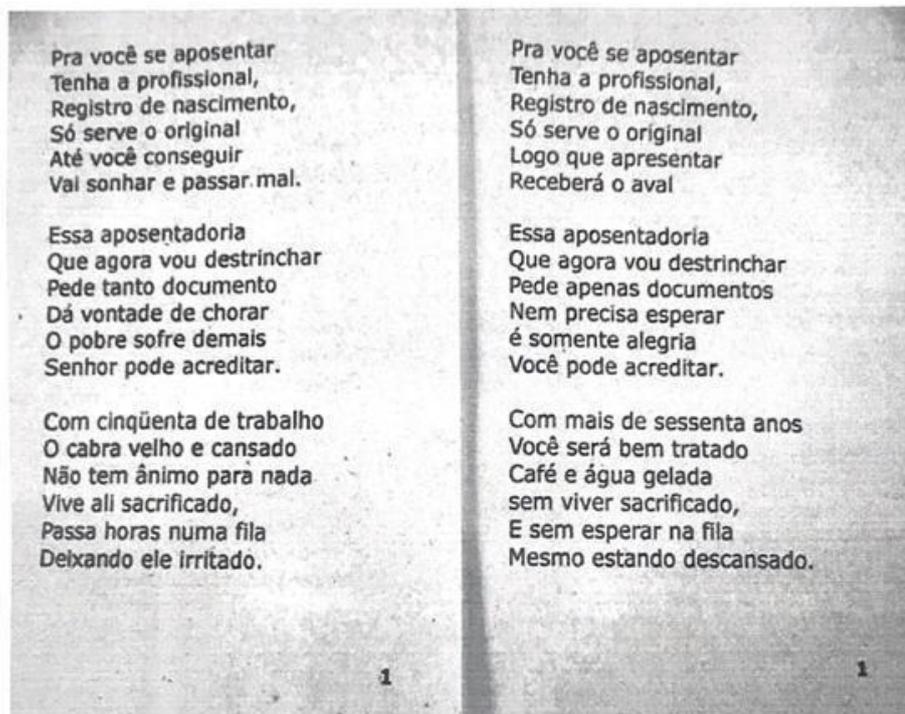
O procurador-geral confirmou a existência do programa que, segundo ele, atua sobre quem usa o nome de autarquias e fundações para se beneficiar ou ataca as imagens delas de forma ilegítima. A Procuradoria-Geral Federal (PGF) defende 159 autarquias e fundações. "Eu não creio que [as procuradoras locais] tenham atuado com a perspectiva de intimidá-lo, até por serem de Pernambuco e terem conhecimento do cordel. Prefiro não adiantar o prazo da apuração nem o que pode acontecer [com as funcionárias], prefiro ter mais dados sobre caso", disse.

saiba mais

- [Justiça libera cordel feito no Recife e que tinha sido censurado pelo INSS](#)

O prourador-geral ainda destacou que, este ano, outras procuradorias locais denunciaram livros paradidáticos à direção central da PGF. "Os livros faziam críticas ou considerações sobre trabalhos de autarquia e

fundações defendidas por nós, mas [os procedimentos] foram arquivados para a garantia da manifestação do pensamento. Uma prova importante de que o INSS valoriza o cordel é que, em 2012, em parceria com a AGU [Advocacia-Geral da União] e a Universidade Federal da Paraíba, editou o cordel a "Previdência em Cordel" para explicar como funciona o serviço", comentou. Antes, em 2011, Procuradoria-Geral da União (PGU), da Advocacia-Geral da União, lançou cordel "Um pouco da História da AGU em versos", escrito por um servidor do órgão.



Do lado esquerdo, a primeira página do cordel original; à direita, o mesmo trecho com modificações. (Foto: Luna Markman/ G1)

5. 'SE TIVESSE MEDO, NÃO TERIA ESCRITO' DIZ AUTOR SOBRE TRÁFICO DE ÓRGÃOS - 2014

14/12/2023, 15:21

G1 - 'Se tivesse medo, não teria escrito' diz autor sobre tráfico de órgãos - notícias em Sul de Minas



19/01/2014 16h48 - Atualizado em 19/01/2014 16h51

'Se tivesse medo, não teria escrito' diz autor sobre tráfico de órgãos

Pavesi é autor de livro que denuncia suposta máfia em Poços de Caldas.

Caso está na Justiça há quase 14 anos e sentença deve sair neste ano.

Jéssica BalbinoDo G1 Sul de Minas

Está à venda e também disponível para download o livro "Tráfico de Órgãos no Brasil – O que a máfia não quer que você saiba", escrito pelo gerente de sistemas, Paulo Airton Pavesi, pai do menino Paulo Veronesi Pavesi, o Paulinho, que foi morto aos 10 anos após cair do prédio onde morava em Poços de Caldas (MG). Ele teve os órgãos retirados e transplantados quando ainda, supostamente, estaria vivo.

"Se eu tivesse medo, não teria escrito este livro", disse Paulo Pavesi, ao ser questionado sobre temer retaliações após a publicação da obra, que conta toda a história, que teve início há quase 14 anos. O volume traz nas mais de 400 páginas em detalhes, como tudo aconteceu e como se deu o pedido de asilo de Paulo Pavesi, que atualmente vive com a segunda esposa e a filha caçula na Europa. Ele está asilado desde 2008, quando resolveu deixar o Brasil alegando estar sendo ameaçado.

Com diferentes passagens que relatam a despedida do garoto, a exumação do corpo e a luta para provar que o menino foi vítima da chama 'Máfia dos Órgãos', Pavesi enfatiza que a história toda foi censurada e por isso, optou por lançar o livro de maneira independente e distribuir livremente pela internet.



Paulo Airton Pavesi e o filho que morreu há 13 anos em Poços de Caldas (Foto: Paulo Airton Pavesi/ Arquivo pessoal)

“Eu procurei a editora há alguns meses e enviei uma parte do livro para que eles avaliassem se era possível publicá-lo. Ele foi aprovado quase que imediatamente. No decorrer do período de negociação, a obra ficou pronta e assinamos o contrato. Enquanto estavam editando, fui informado que o departamento jurídico havia barrado a publicação com medo de processos”, contou em seu blog.

O volume não poupa ninguém. Mesmo após ter sido processado por calúnia e injúria, quando ainda estava no Brasil, Paulo Pavesi traz denúncias que vão desde atendentes dos hospitais em Poços de Caldas, a policiais, políticos, procuradores e juízes.



Pai lança livro sobre o caso do menino Pavesi em

Poços de Caldas

(Foto: Paulo Pavesi/ Arquivo Pessoal)

Em entrevista exclusiva ao G1, Paulo Pavesi fala um pouco sobre a obra, sobre os planos para um segundo livro, sobre a morosidade da Justiça e sobre o tráfico de órgãos. Confira abaixo a entrevista:

G1: Como foi, quase 14 anos depois, lançar o livro, ver ele publicado, mesmo que de uma maneira alternativa e independente?

Paulo Pavesi: Não é uma sensação muito boa, porque reviver tudo aquilo não me faz muito bem. Mas por outro lado é mais uma etapa que consigo concluir me preparando sempre para a próxima etapa, que sei que virá. O livro tem uma importância que muitos podem não entender agora. Mas o futuro nos reserva algumas coisas interessantes que podem surgir a partir do livro. Quem sabe? Muitos não fazem ideia, mas o caso Paulinho tem sido utilizado em centenas de trabalhos universitários pelo Brasil. O livro será uma boa ferramenta de apoio para estes trabalhos.

G1: Logo no início da obra você relata como foi a mudança do Brasil para a Itália e o pedido de asilo, o que é muitas vezes ignorado, como o fato de você ter que ter ficado em uma prisão, no estilo de regime semiaberto. Como foi esse processo?

saiba mais

- [Livro relata história da suposta 'Máfia dos Órgãos' em Poços de Caldas](#)
- [Sentença de médicos envolvidos no Caso Pavesi será anunciada em 2014](#)
- [Após 15h, termina interrogatório de médicos envolvidos no Caso Pavesi](#)
- ['Ele ainda está muito vivo', diz pai de menino vítima do tráfico de órgãos](#)

Paulo Pavesi: Foi assustador. Mas logo nos primeiros dias eu entendi o espírito daquele centro, percebi que não estava em uma prisão e sim num setor de requerentes de asilo. Dali por diante fiz grandes amizades que mantenho contato até hoje, principalmente com os agentes da Croce Rossa. Obviamente que todo o processo não da para responder em uma única questão. Mas o livro traz em detalhe esta etapa.

G1: Durante a narração do livro, você menciona os desgastes sofridos por sua família - especialmente pela mãe do Paulinho e por sua filha Adriana - e mesmo assim, você sempre garante que faria tudo novamente. Apesar das dificuldades, porque você não desistiu?

Paulo Pavesi: A Adriana e Rosângela são duas mulheres incríveis. Souberam superar os problemas e hoje são exemplos de superação. Logo, ambas estão vivas, e podem se defender. Meu filho não. Ou eu defendia os direitos do meu filho, ou ninguém o faria por mim. Muitos dizem que isto é egoísmo. Eu não acho. Desde 21 de abril de 2000 eu dedico 24 horas ao caso do meu filho. Será que algum pai faria isto por seu filho? Será que isto é egoísmo?

Medo? Eu tinha medo de perder um filho. Se eu tivesse medo destas pessoas eu não teria chegado até aqui e nem teria escrito o livro."

Paulo Pavesi

G1: No livro você faz várias acusações, que vão desde os médicos envolvidos, a políticos, procuradores, delegados e juizes. Mesmo fora do país, você teme alguma retaliação?

Paulo Pavesi: Medo? Eu tinha medo de perder um filho. Se eu tivesse medo destas pessoas eu não teria chegado até aqui e nem teria escrito o livro. Eu também não sou idiota. Sei do que eles são capazes. Por isso vim para a Europa. Sem segurança física, não dá para entrar numa briga dessa. Além disso, não vejo como eles podem me retaliar. Vão me processar de novo por injúria, calúnia e difamação? Tudo o que está no livro está documentado. Que venham! Eu torço para que esta batalha ganhe os tribunais internacionais. Eu não tenho limites para esta história. Ela terá o tamanho que eles desejarem. No início era um caso pequeno em uma cidade pequena, que se resumia a uma imprensa pequena, num tribunal pequeno envolvendo autoridades menores ainda. Eles e suas mentiras e manobras, ajudaram-me a ampliar bem este cenário. Mas garanto que há espaço para ampliar ainda mais. Só depende deles.



Paulinho Pavesi morreu aos 10 anos após cair, passar por cirurgia e ter os órgãos removidos (Foto: Paulo Pavesi/Arquivo Pessoal)

G1: Apesar das oitavas do processo em Poços de Caldas terem acontecido em agosto de 2013, já estamos na metade de janeiro e você ainda não foi ouvido por carta rogatória. Existe alguma previsão?

Paulo Pavesi: O problema do Brasil é a Justiça. Não adianta você reclamar de políticos corruptos ou traficantes de órgãos, por exemplo. Você tem que reclamar do Ministério Público que não denuncia, da polícia que não investiga, do juiz que não condena, dos desembargadores que negociam sentenças e por aí

vai. É ali que a máfia ganha. Enquanto o Brasil não entender isso, o coronelismo vai sempre existir. O político pode mudar, mas as práticas são sempre as mesmas.

G1: O tráfico de órgãos pode ser comparado ao tráfico de drogas. Como você encara isso?

Não acho que o lançamento do livro possa influenciar alguma coisa. Não é este o objetivo. O objetivo é levar a história como ela aconteceu, sem censura, sem cortes, sem manipulações por parte da máfia, para que cada um possa fazer o seu juízo. Se eles fossem influenciados pelo que escrevo, a história teria outro rumo."
Paulo Pavesi

Paulo Pavesi: O tráfico de drogas é feito dentro de um ambiente inseguro. Traficantes, pessoas viciadas, prostituição, roubos e por aí vai. O tráfico de órgãos é muito pior do que isso. Ele acontece em um ambiente limpo, supostamente seguro, supostamente confiável e com um argumento muito forte: "Salvar vidas". Fazendo esta comparação posso garantir que o tráfico de órgãos é muito mais sério. Além disso, a ONU vem se manifestando com frequência sobre o crescimento deste problema no mundo todo.

G1: Em sua opinião, além de todas as denúncias feitas, existiria alguma forma de acabar com o tráfico de órgãos sem acabar com os transplantes?

Paulo Pavesi: O tráfico de órgãos deixará de existir quando não existirem mais médicos desonestos. Sem um médico desonesto, você não tem tráfico de órgãos. Leigos não fazem transplantes. Em outras palavras, o tráfico de órgãos sempre existirá, pois assim como em outras profissões, sempre existirá alguém desonesto. Mas, há sim, muitas formas de diminuir o problema através da fiscalização. Hoje não existe nenhum controle sério, e isto já foi demonstrado em duas auditorias do Tribunal de Contas da União.

G1: Você escreveu a frase "Se o seu filho precisasse de um órgão e te pedisse dinheiro por ele. Se você pudesse comprar. Você compraria ou não?" Qual seria a sua resposta para isso? E por que usa esta frase com tanta frequência?

Paulo Pavesi: Esta frase eu usei uma única vez no documentário HOT. Quando eu disse isso, o diretor parou a gravação e pediu para que eu repetisse pois ele achou que esta era uma pergunta muito dura e que merecia uma resposta de quem estivesse assistindo. Eu não preciso pensar muito para responder. Claro! Eu compraria sim! Se tivesse dinheiro e meu filho à beira da morte, eu compraria sim! E acho que qualquer pai responderia o mesmo, ou não seria pai. Este é o centro do problema. Existem muitas outras perguntas que você também responderia sim. Por isso que existem leis. Para que os interesses pessoais não atropelam os interesses de uma sociedade. Se há uma fila, ela deve ser respeitada. Vão tentar furar? Claro! E a lei existe para impedir isso. Mas quando a lei é ignorada e furar a fila não gera nenhuma consequência, outras irregularidades também vão acontecer. Basta ver o caso Paulinho. Eles infringiram diversas leis e regulamentos para fazer o que faziam. Como nunca acontecia nada, continuaram fazendo. O livro mostra isto claramente.

G1: A sentença no caso dos médicos envolvidos ainda não saiu. Você acha que o lançamento do livro pode influenciar em alguma coisa? Por quê?

Paulo Pavesi: Não acho que o lançamento do livro possa influenciar alguma coisa. Não é este o objetivo. O objetivo é levar a história como ela aconteceu, sem censura, sem cortes, sem manipulações por parte da máfia, para que cada um possa fazer o seu juízo. Se eles fossem influenciados pelo que escrevo, a história teria outro rumo.

G1: Você disse, em alguns momentos, que prepara um segundo livro. Como seria isso?

Paulo Pavesi: Este primeiro livro tinha um objetivo como escrevi anteriormente, no entanto o resultado me surpreendeu muito. Eu não esperava alcançar tantas pessoas como alcancei em poucos dias. Mesmo sendo distribuído gratuitamente, me surpreendi com as vendas. Tem algumas coisas acontecendo em torno deste primeiro que podem gerar outros caminhos interessantes. Eu tenho material para o segundo livro, e já estou fazendo alguns rascunhos. Mas o momento é focar os resultados do primeiro.

Serviço – Para saber mais sobre o livro, visite o [blog](#)
tópicos:

6. PREFEITURA RETIRA LIVRO DAS BIBLIOTECAS DE ESCOLAS MUNICIPAIS - 2015

14/12/2023, 15:29

Prefeitura retira livro das bibliotecas de escolas municipais - Folha de Dourados - Notícias de Dourados-MS e região

de

de

Início > Dourados > Prefeitura retira livro das bibliotecas de escolas municipais

Prefeitura retira livro das bibliotecas de escolas municipais

14:14 - 18/05/2015

18/05/2015 14h14

Censura em Dourados – Prefeitura proíbe livro nas escolas municipais

Por: Folha de Dourados

José Henrique Marques

Por "determinação superior" exemplares do livro "Martí, sem a luz do teu olhar" estão sendo retirados das prateleiras das bibliotecas das escolas municipais. O romance do escritor Brígido Ibanhes trata dos problemas sociais das periferias de Dourados e parte de Campo Grande. A determinação, que afronta até a Constituição Federal, é assinada pela funcionária da Secretaria Municipal de Educação de Dourados (Semed) Rose Liston.

Aos diretores e funcionários das escolas que questionaram a retirada do livro, a justificativa de Rose Liston foi, apenas, de que cumpria "ordens superiores". Na manhã desta segunda-feira a **Folha de Dourados** procurou a Assessoria de Comunicação do prefeito Murilo Zauith (PSB) relatando os fatos e solicitando esclarecimentos. Mas, até a data da postagem dessa matéria a Prefeitura não havia se posicionado.

Indignado, Brígido Ibanhes disse que "hoje vivemos um momento ímpar de consagração da liberdade de expressão, muito diferente da época da ditadura. Eu vejo a retirada, das bibliotecas públicas, do romance, como um violento atentado a essa liberdade, dom maior do ser humano dado por Deus. Da maneira injustificável como ela está posta, é uma afrontosa e escancarada censura".

"Isso me lembra o meu primeiro trabalho literário, "Silvino Jacques, o Último dos Bandoleiros", também censurado e apreendido pela Justiça. Mas, os tempos eram da ditadura; mesmo assim, o Tribunal de Justiça do Estado acabou liberando a obra em 1992. Será que a serpente da censura andou botando seus ovos malignos na Secretaria de Educação? Se foi, precisa ser

7. ACUSADA DE CENSURA, EDITORA 34 DIZ QUE RECUSOU LIVRO POR MOTIVOS LITERÁRIOS - 2016

14/12/2023, 15:30

Acusada de censura, Editora 34 diz que recusou livro por motivos literários - 30/03/2016 - Ilustrada - Folha de S. Paulo



Logout
Assine a Folha
Atendimento
Acervo Folha

FOLHA DIG
APENAS R\$
NO PRIMEI
ASSINE J

QUINTA-FEIRA, 14 DE DEZEMBRO DE 2023 15:30

Opinião Poder Mundo Economia Cotidiano Esporte Cultura F5 Sobre Tudo

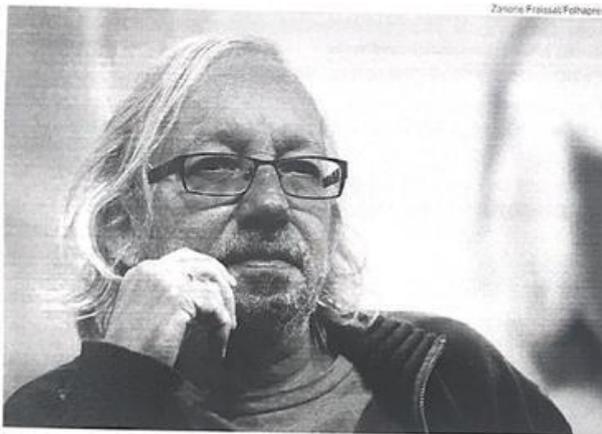
Últimas notícias Dino terá posse no STF em fevereiro e prevê ficar em ministério até Lula escolher

Buscar...

FOLHA DIGITAL *** Acesso ilimitado por apenas R\$1⁹⁰ no primeiro mês. ASSINE JÁ!

ilustrada

Acusada de censura, Editora 34 diz que recusou livro por motivos literários



Zanone Freitas/Folhapress

O escritor Antonio Risério em mesa da Flip 2015

MAURÍCIO MEIRELES
COLUNISTA DA FOLHA

30/03/2016 17h00

Compartilhar

< 0

Mais opções

A ideia era publicar o romance em junho, pela editora 34 -onde o baiano Antonio Risério tem lançado seus livros no últimos anos. Mas apareceu uma pedra no meio do caminho. A editora paulistana voltou atrás. E recebeu uma acusação de censura do autor.

livros cinema artes cênicas televisão

Edição impressa



OSCAR 2018

Confira página especial sobre a maior premiação do cinema

blogs



Dramáticas

Alemã que adaptou Fassbinder ao teatro dará oficina em SP



Plástico

Primórdios de Oiticica e Ivan Serpa vão à Art Basel



Sem Legenda

Espaço Itaú Augusta, em SP, exhibe pré-indicados ao Oscar

O motivo da celeuma é o oitavo capítulo de "Que Você é Esse?" Nele, Daniel Kertzman, protagonista, aparece atuando no marketing político - e o romance faz referências veladas às campanhas eleitorais, nas quais Risério trabalhou como diretor de conteúdo de 2002 até 2010.

A notícia foi antecipada pela coluna de Mônica Bergamo, na Folha, nesta quarta-feira (30). A editora Record já anunciou que dará "abrigo editorial" ao autor.

A 34 avisou Risério da decisão em uma mensagem que dizia:

"Em face do acirramento da crise, com a turma pró-impeachment apelando para medidas ilegais e até criminosas para levar a cabo (...) a derrubada do atual governo (...), não nos sentiríamos bem engrossando esse caldo. Num momento em que o bom senso e a reflexão crítica estão indo por água abaixo, o seu livro poderia ser instrumentalizado nesse sentido."

No começo do e-mail, a editora aponta também o que considera problemas literários do romance.

"Evidente que isso é uma censura. Não vamos publicar seu livro porque ele vai prejudicar Dilma e o PT. Isso é fruto de um sectarismo desses meses. Eu já vivi muitas crises políticas na minha vida, mas esse é um momento de sectarismo que eu nunca vi antes", diz Risério.

Em nota, a editora diz "se orgulhar" das obras de Risério que publicou, mas afirma que "constatou vários problemas de ordem literária", como "falta de tensão na voz narrativa, digressões excessivas por parte do narrador, mistura (literariamente contraproducente) das vozes do narrador e dos personagens", entre outros.

A casa afirma ainda que as passagens sobre o marketing político "soavam mais como um desabafo pessoal do que uma construção literária de peso". Por fim, a 34 diz achar "descabido" o uso do termo "censura".

Risério é um nome conhecido da esquerda. Além de trabalhar nas campanhas do PT - e depois chegar a escrever os discursos da presidente Dilma Rousseff, ele foi assessor de Gilberto Gil no Ministério da Cultura. Hoje, rompido com a legenda, apoia a Rede.

ROMANCE DE GERAÇÃO

"Que Você é Esse?" é uma gíria baiana que parece Heidegger. Você usa quando está jogando bola e aquele seu amigo lhe dá uma porrada. Expressa meu estranhamento com tudo", diz Risério.

O autor vê seu romance, cuja narrativa começa nos anos 1960 e chega até hoje, como a história de uma geração. A obra começa contando a trajetória da família do protagonista e segue seu caminho ao longo das décadas - momento em que viraria hippie, depois comunista e por fim vai trabalhar em campanhas eleitorais.

"O capítulo oitavo trata desses jovens que entraram no marketing achando que iam botar a esquerda no poder pelo voto. Depois, foram se decepcionando com o PT traindo a ética, se convertendo num antro de larâpios", afirma Risério.

O escritor destaca, porém, que o livro não é sobre isso - e que o assunto é tratado em apenas um capítulo. "O livro não fala em impeachment. É um livro à esquerda do PT", afirma.

Sobre sua crítica às campanhas, Risério - que é a favor do financiamento público - diz ver nos marqueteiros uma mistura de Goebbels, ministro da propaganda nazista, com Odorico Paraguaçu, prefeito da novela "O Bem-Amado" obcecado por inaugurar o cemitério da cidade.

"Acho que é narcisismo demais um editor achar que um livro que ele publica vai derrubar um presidente. Isso pode acontecer, mas só em casos muito excepcionais na História", conclui o autor.

LEIA A ÍNTEGRA DA NOTA DA EDITORA 34

<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2016/03/1755647-acusada-de-censura-editora-34-diz-que-recusou-livro-por-motivos-literarios.shtml>

PUBLICIDADE

siga a folha

RECEBA NOSSA NEWSLETTER

Digite seu email

enviar

PUBLICIDADE

Livraria da Folha **LIVROS** **FILMES** LIVROS A PARTIR DE R\$ 13,90

envie sua notícia

Fotos Vídeos Relatos

+ livraria

Coleção "Cinema Policial" reúne quatro filmes de grandes diretores

Sociólogo discute transformações do século 21 em "A Era do Imprevisto"

Livro de escritora russa compila contos de fada assustadores; leia trecho

EM ILUSTRADA

LIDAS	COMENTADAS	ÚLTIMAS
1	Cantor gospel Pedro Henrique morre após sofrer infarto em show	
2	Diego Marins, o Kelvin de 'Terra e Paixão', repudia ataques a Amsury Lorenzo	
3	Show de Paul McCartney no Rio será transmitido no streaming: saiba como ver	
4	'A Sociedade da Neve', com caribalismo, não é para estômagos fracos	
5	Morri Zahara, estrela pop sul-africana que cantou para Nelson Mandela, aos 36 anos	



O Rei Leão (DVD)

Vários

Comprar

A Editora 34 é apartidária e contra qualquer forma de censura. Entendemos que a relação entre autor e editora é pessoal e privada, e por isso não costumamos divulgar, em respeito aos autores que nos procuram, os motivos de recusa de um original. Foi o que levou a não nos manifestarmos na nota publicada na coluna de Mônica Bergamo do dia 30/3.

Diante da controvérsia gerada, nos vemos na obrigação de esclarecer alguns fatos.

A Editora 34 já publicou três livros de ensaios de Antonio Risério - A utopia brasileira e os movimentos negros (2007), A cidade no Brasil (2012) e Mulher, casa e cidade (2015) -, dos quais muito se orgulha. Acolheu o romance "Que você é esse?", com publicação prevista para este ano, mas constatou vários problemas de ordem literária, tais como: falta de tensão na voz narrativa, digressões excessivas por parte do narrador, mistura (literariamente contraproducente) das vozes do narrador e dos personagens, bem como dos personagens entre si. A primeira parte da carta a ele endereçada dizia respeito exatamente a esses aspectos - e fazia sugestões nesse sentido.

Ciente de que Risério trabalhou por muitos anos como assessor de marketing político em campanhas eleitorais e de que certas passagens do livro soavam mais como um desabafo pessoal do que uma construção literária de peso, a Editora 34 manifestou seu desconforto com a possível instrumentalização dessas passagens. É um trecho desta segunda parte da carta que a Folha transcreveu na edição de ontem.

Por isso nos parece totalmente descabido o termo "censura" utilizado na nota. Trata-se muito simplesmente do direito de uma editora de declinar de um original que considera insatisfatório, mesmo quando admira seu autor por outras obras e outros motivos, como é o caso de Risério.

Compartilhar

< 0

Mais opções

temas relacionados

lula

pt

dilma

	Box Pink Floyd - Special Edition (DVD) Pink Floyd Comprar		Trabalhe 4 Horas Por Semana Timothy Ferriss Comprar
<p>Box de DVD reúne dupla de clássicos de Andrei Tarkóvski</p> <p>Como atingir alta performance por meio da autorresponsabilidade</p> <p>'Fluxos em Cadeia' analisa funcionamento e cotidiano do sistema penitenciário</p> <p>Livro analisa comunicações políticas entre Portugal, Brasil e Angola</p> <p>Livro traz mais de cem receitas de saladas que promovem saciedade.</p>			

comentários

Ver todos os comentários (1)

Comente

Termos e condições

Turco 01/04/2016 17h29 0 0 Denunciar

COMPARTILHAR

Censura? Que censura? A editora tem o direito de ter opinião e não publicar textos que vão de encontro aos princípios dos donos ou responsáveis pela linha editorial. E isso independe da qualidade literária do texto.

O comentário não representa a opinião do jornal; a responsabilidade é do autor da mensagem.

Responder

PUBLICIDADE

PUBLICIDADE

8. LIVRO INFANTIL QUE SUGERE CASAMENTO ENTRE PAI E FILHA É RETIRADO DE ESCOLAS NO ES - 2017

13/12/2023, 17:13

Livro infantil que sugere casamento entre pai e filha é retirado de escolas no ES | Espírito Santo | G1

ESPÍRITO SANTO

fique por dentro Riscos para internet Minirreforma eleitoral Carros elétricos Jogos Separação >

Livro infantil que sugere casamento entre pai e filha é retirado de escolas no ES

Editora Rocco diz que livro conta uma história triste, onde o incesto não é concretizado. Prefeituras de Vitória e Cariacica vão devolver livros ao MEC, Serra recolheu e Vila Velha suspende uso em sala.

Por Manoela Albuquerque, G1 ES

01/06/2017 19h29 · Atualizado há 6 anos



Livro sugere casamento entre pai e filha e prefeitura diz que vai tirar obra de escola

acesse **g1** G1 lançou o Caça-palavras! Um jogo leve e simples para exercitar sua mente Jogue agora!

Depois da Prefeitura de Vitória, agora, as prefeituras da Serra e de Cariacica informaram, nesta quinta-feira (1), que o livro "Enquanto o sono não vem", está sendo recolhido das escolas municipais. A Prefeitura de Vila Velha suspendeu o uso em sala e está avaliando a obra.

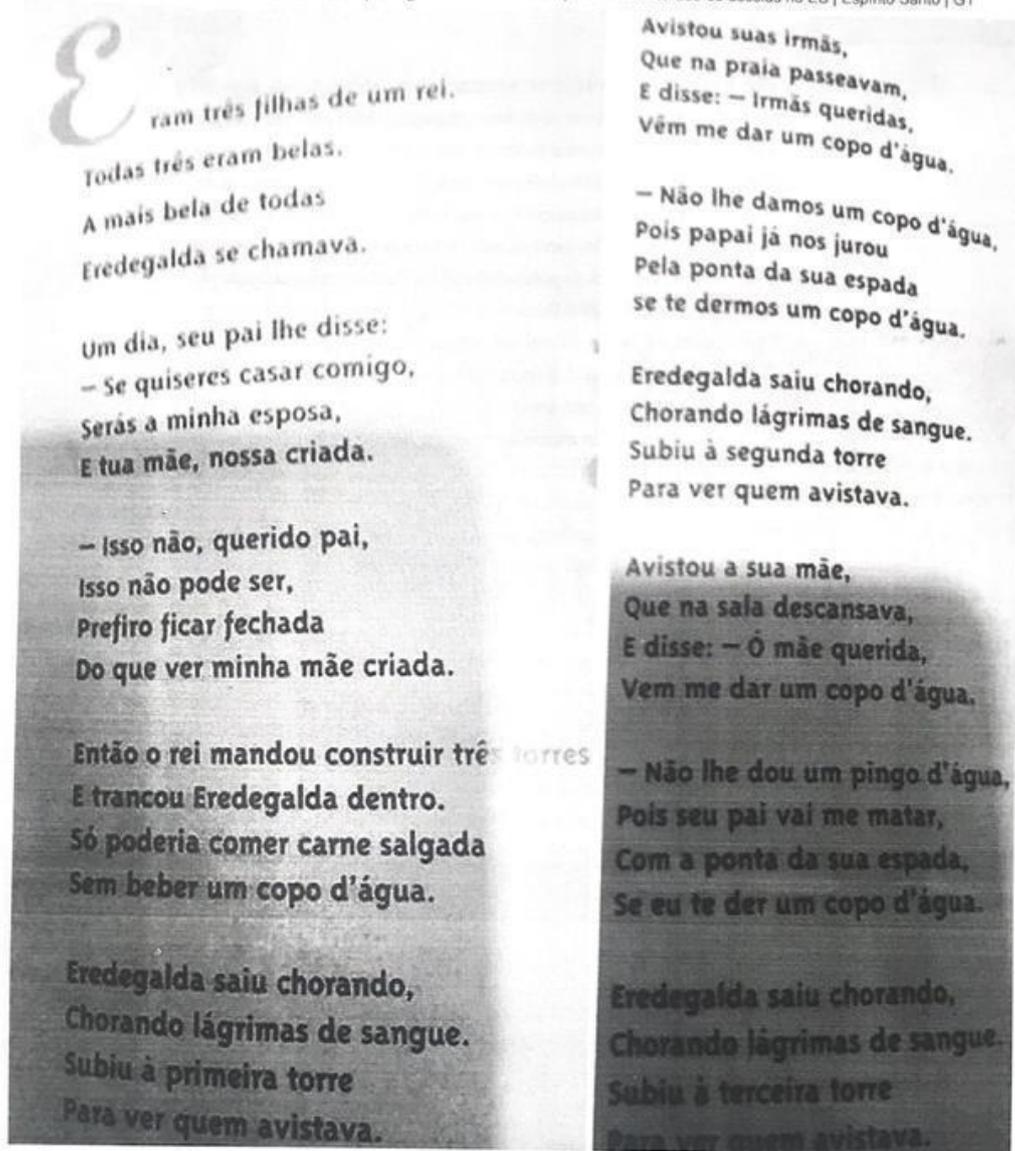
Em um dos contos do livro, "A triste história de Eredegalda", **o pai sugere a ideia de se casar com uma de suas filhas**, que acaba morrendo no fim da história.

A obra de José Mauro Brant, da Editora Rocco, está no Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), segundo o Ministério da Educação. O MEC informou que o processo de seleção e avaliação, que está sendo revisto, foi realizado e publicado em 2014.

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE

A editora Rocco, responsável pela publicação, informou que o livro foi publicado em 2003 e faz parte de uma coletânea de nove livros de contos. A editora não é responsável por indicar uma faixa etária para o livro.

"O conto 'A triste história de Eredegalda' é uma história triste, como o próprio título sugere. A cena em que um pai deseja uma das filhas é apenas uma das cenas, e ela não se concretiza", diz a Rocco.



Livro infantil gera polêmica — Foto: Reprodução

Livro

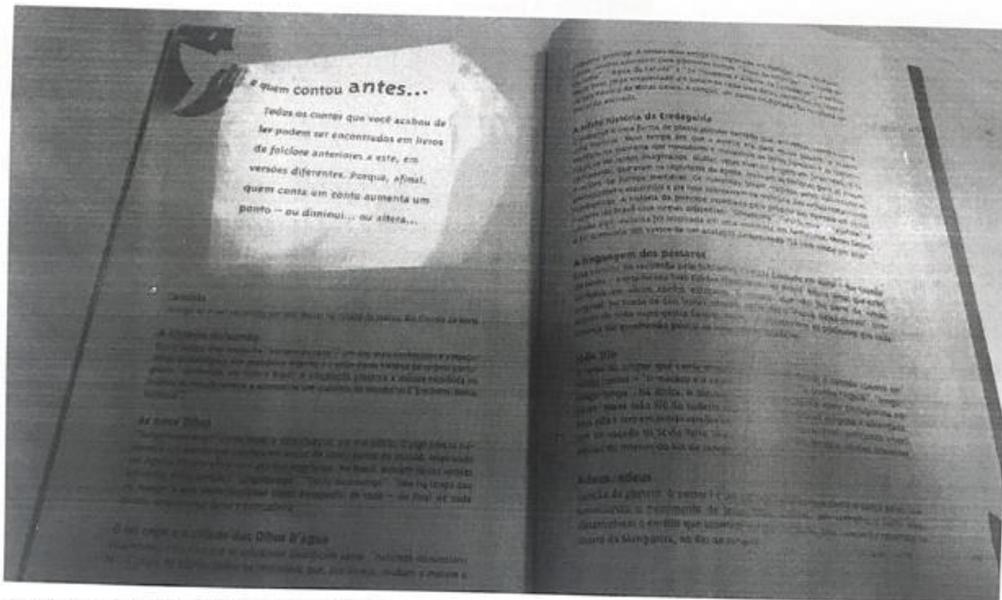
O livro "Enquanto o sono não vem" é destinado a alunos de primeiro ao terceiro ano, entre 6 e 8 anos. Nele o conto intitulado "A triste história de Eredegalda" fala de um rei que pede uma das três filhas em casamento.

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE

A proposta do pai é que a mãe da menina seja criada deles. Ao recusar o convite do pai, a história conta que a menina é presa em uma torre, onde passa sede. Ao pedir à mãe e às duas irmãs para beber água, ela não recebe ajuda por ameaças de morte do pai.

No final ela acaba aceitando o convite do pai para se casar, mas ele resolve fazer um desafio com três cavaleiros: o que chegasse primeiro com um jarro d'água ganharia a mão da filha. Essa oferta, no entanto, não é explicada na história. O conto mostra que a menina morreu antes.

No livro, existe uma descrição, explicando a origem da história. "A história da princesa assediada pelo próprio pai aparece em vários lugares do Brasil com nomes diferentes: 'Silvaninha', 'Valdomira', 'Faustina'. A versão aqui incluída foi inspirada em uma recolhida em Barbacena, Minas Gerais, e foi acrescida dos versos de um acalanto denominado 'Lá vem vindo um anjo'".



Livro reconta contos populares — Foto: Cintia Borges / Editora Rocco

Prefeituras

A Prefeitura de Vitória informou que os livros enviados pelo MEC foram recolhidos à sede da Secretaria Municipal de Educação e serão devolvidos com um parecer técnico-pedagógico com a devida explicação.

A Prefeitura de Cariacica disse que, devido a reclamações dos professores, o técnico responsável pelo setor de livro didático enviou uma circular para as escolas para que o livro fosse recolhido. A Secretaria Municipal de Educação de Cariacica também vai devolver os livros ao MEC com um parecer técnico-pedagógico.

A Secretaria de Educação da Serra falou que comunicou a todos os diretores de escolas para que ficassem atentos ao conteúdo e evitassem trabalhar com os livros. Após emitir o alerta, os livros começaram a ser recolhidos das unidades antes de serem manuseados pelas crianças.

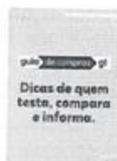
A Prefeitura de Vila Velha informou que o livro não chegou a ser adotado em sala de aula, mas sua utilização está suspensa. A equipe técnica pedagógica está analisando o material.

Delegado

Para o titular da Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA), Lorenzo Pazolini, a abordagem surpreende negativamente e não deve ser levada a crianças. "Muitas dessas viveram ou presenciaram cenas de abuso. E reviver isso dentro da sala de aula traz um sofrimento com consequências dentro e fora da sala. É claro que é um conto, mas a mente de uma criança é vasta", ressalta.

MEC

O Ministério da Educação (MEC) confirmou a presença do livro no Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), mas disse que o processo foi realizado na gestão anterior, em 2014. Na nota, o MEC diz que está revendo todo o processo de seleção dos livros visando a melhoria da qualidade da educação e não citou o livro específico.



Acesse o Guia de Compras do g1

Agora ficou fácil acertar nas compras. Acesse o Guia de Compras do g1 e confira as dicas, listas e resenhas de especialistas.

[Acesse agora!](#)

Veja também

9. ESCOLA CATÓLICA DO RIO CENSURA LIVRO ACUSADO DE SER DE ESQUERDA - 2018

14/12/2023, 15:43

Escola católica do Rio censura livro acusado de ser de esquerda | VEJA



ASSINE

CONTINUA APÓS PUBLICIDADE

Brasil

Escola católica do Rio censura livro acusado de ser de esquerda

Direção do Colégio Santo Agostinho acatou queixas de pais de alunos que protestaram contra a adoção de obra de ficção que trata da ditadura

Por **Fernando Molica**

Atualizado em 2 out 2018, 18h53 - Publicado em 2 out 2018, 18h45



BLACK FRIDAY: ASSINE a partir de R\$ 1 por semana

Fachada do colégio Santo Agostinho, no Leblon, zona Sul do Rio (Divulgação/Divulgação)

Pressionada por pais de alunos, a direção do Colégio Santo Agostinho, um dos mais tradicionais do Rio, decidiu suspender a adoção do livro de ficção *Meninos sem Pátria*, de Luiz Puntel, que havia sido indicado para alunos do 6º ano do ensino fundamental. A obra, lançada em 1981 e que está na 23ª edição, foi acusada de defender posições de esquerda. O romance trata de um jornalista do interior de São Paulo que, perseguido pela ditadura militar implantada em 1964, teve que fugir do país.



(Reprodução/Facebook)

Na manhã desta terça, 2, a Equipe de Coordenação do Ensino Fundamental II enviou para os pais de alunos comunicado em que informa a suspensão da leitura do livro “para fins das atividades escolares” – o título do romance não é citado. A nota afirma que a decisão foi tomada pela direção do colégio após tomar conhecimento do livro e de analisá-lo com a equipe de coordenação. *Meninos sem Pátria* faz parte da lista de material escolar divulgada no início do ano.

Autor de dez livros juvenis, Luiz Puntel, 69 anos, disse a VEJA ter ficado surpreso com a medida, afirmou que nunca teve problema com a obra, lançada ainda durante o regime militar e adotada em diversas escolas há quase quarenta anos. Ele atribuiu a suspensão à radicalização política do país. O livro é inspirado no caso do jornalista José Maria Rabêlo, que, perseguido pela ditadura, fugiu do país com a mulher e sete filhos. Na história, o personagem – que recebeu o nome de José Maria – tem dois filhos e se exilou no Chile e na França. O romance termina com a volta da família para o Brasil, depois da anistia. Em razão de sua adoção em escolas, já foram vendidos cerca de 3 milhões de exemplares de livros de Puntel.



Segundo o autor, não há qualquer tentativa de d 00:00/00:00
dos filhos do jornalista com uma menina francesa. "Mas o livro fala da ditadura, houve uma ditadura, com Congresso Nacional fechado, com presos, com mortes. O Toffoli (Dias Toffoli, presidente do Supremo Tribunal Federal) prefere chamar de movimento, mas eu chamo de ditadura", afirmou.

Mães que protestaram contra a adoção do livro ressaltaram também trecho que, segundo elas, apresenta uma visão equivocada de Jesus Cristo. Trata-se do diálogo de um dos filhos do jornalista com um padre. Na conversa, o sacerdote afirma que o pai do garoto estava sendo perseguido por defender suas ideias e que Cristo também fora mal interpretado. Em seguida ele diz que o crime de Jesus "foi estar sempre ao lado dos pobres e resumir toda a sua filosofia em uma única frase: 'Amai-vos uns aos outros'".

Procurado por VEJA, o Colégio Santo Agostinho informou que não iria se manifestar. "O Colégio não faz nenhum tipo de comentário sobre suas decisões", disse uma secretária da direção da escola, que fica no Leblon, Zona Sul do Rio. O Santo Agostinho é ligado à Ordem Agostiniana.

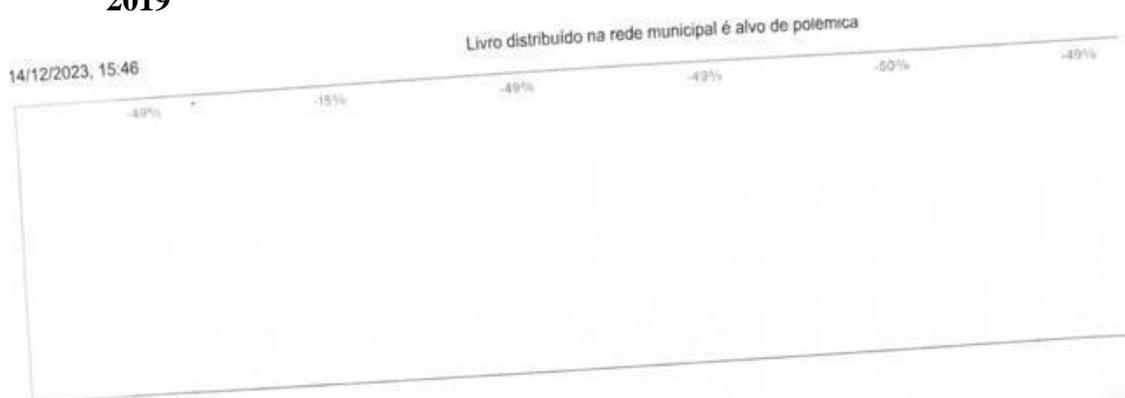
Na tarde desta terça, a página Alerta Ipanema anunciou a decisão da escola de suspender a adoção do livro, o que provocou nova discussão. "Excelente notícia!!!", escreveu Maria Lucia Ferreira, que sobrepôs à sua foto de perfil imagem de propaganda de Jair Bolsonaro. "Onde se queimam livros, acabam se queimando pessoas", retrucou Rafaella Marcolini.

CONTINUA APÓS PUBLICIDADE

VEJA Mercado - quinta, 14 de dezembro

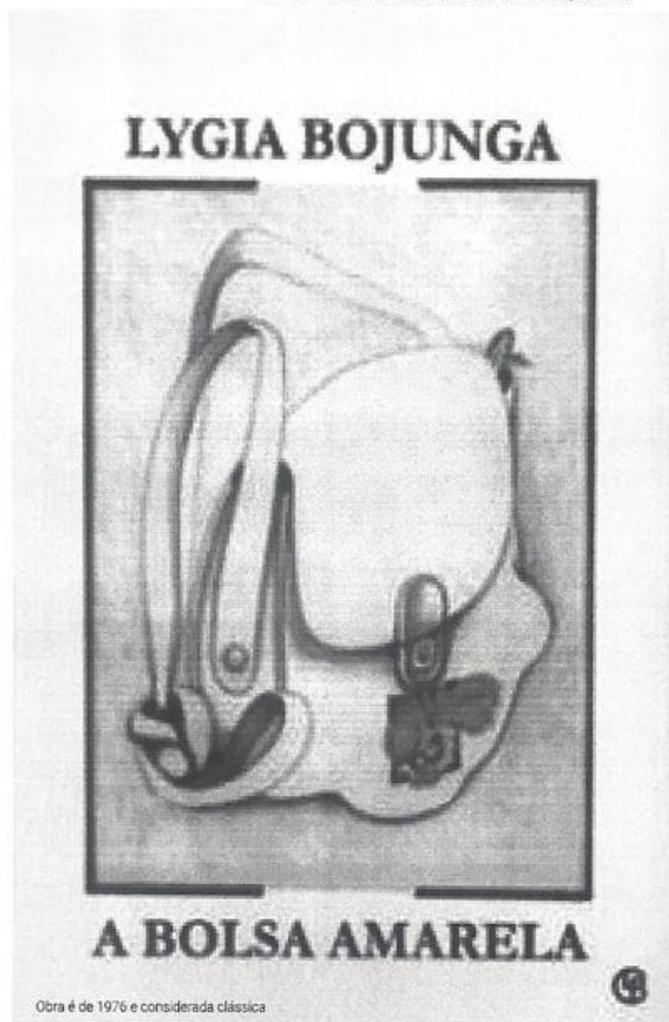
Incerteza fiscal é a maior razão da cautela do Copom, diz Felipe Salto

10. LIVRO DISTRIBUÍDO NA REDE MUNICIPAL É ALVO DE POLÊMICA-2019



Livro distribuído na rede municipal é
alvo de polêmica

REDAÇÃO / 08 AGOSTO 2019



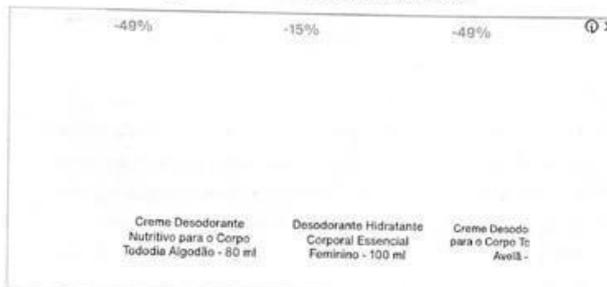
FERRAMENTAS

PRINT

EMAIL

O vereador Clayton Silva (PSC) foi ontem às redes sociais criticar um livro usado pela rede municipal de educação. Segundo o parlamentar, o exemplar aborda ideologia de gênero e, por isso, fez um requerimento à Secretaria Municipal da Educação questionando o uso e a distribuição do material, que estaria sendo usado por professores para estudos com alunos de 10 a 11 anos. "É um lixo ideológico", escreveu.

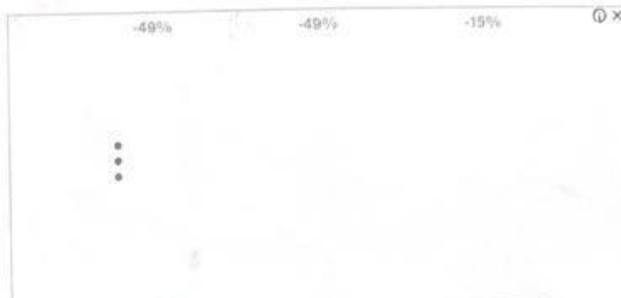
"A Bolsa Amarela", da escritora Lygia Bojunga, foi publicado em 1976, e é considerado um clássico da literatura infantojuvenil. A obra narra a história de uma menina chamada Raquel, que entra em conflito com os elementos de seu mundo ao reprimir três grandes vontades: a de crescer, a de ser menino e a de ser escritora. "O governo vira as costas para a vontade da população e investe contra nossas crianças e contra a família", declarou, apontando que ele foi procurado por mães de alunos se disseram "perdidas e pedem ajuda contra essa afronta a sua moral".



No requerimento, ele quer saber sobre as escolas que receberam o livro, quais atividades realizadas, se o conteúdo faz parte do estabelecido pelo Plano Municipal de Educação (PME) e qual investimento para compra e distribuição. Clayton questiona se a Secretaria tem conhecimento de "que o conteúdo do livro afronta os princípios morais dos pais dos alunos".



A Gazeta ouviu o secretário da Educação, André Luis De Francesco. "A secretaria desenvolve, neste ano, o projeto Clube da Leitura com o intuito de auxiliar o trabalho docente e envolver os estudantes em ações que favoreçam o desenvolvimento da competência leitora por meio de recursos tecnológicos, trazendo assim ganho real na aprendizagem.



Um dos livros, A Bolsa Amarela, objeto da denúncia, é uma obra autorizada pelo MEC e integrante do PNLD (Programa Nacional do Livro Didático) do governo federal, da autora Lygia Bojunga Nunes, publicada pela primeira vez em 1976 e que recebeu diversas premiações como o troféu Hans Christian Andersen, espécie de Nobel da Literatura Infanto-Juvenil e que trata na sua essência da importância do respeito ao ser humano, uma vez que se posiciona contra o preconceito às crianças e ao machismo vigente na época. Desta forma, o livro não faz qualquer menção à ideologia de gênero, e a denúncia retrata apenas uma falha de interpretação de texto e da forma como o livro está sendo aplicado", declarou ele, por meio de nota enviada pela Secretaria de Comunicação.



A reportagem fez uma pesquisa rápida na Internet e foi possível detectar que a obra é usada por muitos colégios, inclusive cristãos.

11. GOVERNO DORIA CENSURA LISTA DE LIVROS DE PROJETO EM PRESÍDIOS DE SÃO PAULO - 2020

14/12/2023, 16:44

Governo Doria censura lista de livros de projeto em presídios de São Paulo - 11/02/2020 - Cotidiano - Folha

FOLHA DE S.PAULO

★ ★ ★

Governo Doria censura lista de livros de projeto em presídios de São Paulo

Obras de García Márquez e Camus estavam no pacote; governo diz que não há vetos

11.fev.2020 às 16h21

 EDIÇÃO IMPRESSA (<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/fac-simile/2020/02/12/>)

Rogério Gentile (<https://www1.folha.uol.com.br/autores/rogerio-gentile.shtml>)

Guilherme Seto (<https://www1.folha.uol.com.br/autores/guilherme-seto.shtml>)

SÃO PAULO O governo João Doria (PSDB-SP) (<https://m.folha.uol.com.br/folha-topicos/joao-doria/>) vetou uma lista de livros de projeto de estímulo à leitura que funcionava em penitenciárias do estado de São Paulo. Na relação, havia obras de autores consagrados como o colombiano Gabriel García Márquez (<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2018/10/ineditos-de-gabriel-garcia-marquez-mostram-escriptor-em-formacao-leia-trecho.shtml>), o franco-argelino Albert Camus (<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2019/08/albert-camus-conheceu-e-odiou-o-brasil-ha-70-anos-data-inspira-ciclo-de-eventos.shtml>), o cubano Leonardo (<https://www1.folha.uol.com.br/fronteiras-do-pensamento/2019/07/escriptor-leonardo-padura-analisa-mudancas-em-cuba-nos-ultimos-50-anos.shtml>) Padura (<https://www1.folha.uol.com.br/fronteiras-do-pensamento/2019/07/escriptor-leonardo-padura-analisa-mudancas-em-cuba-nos-ultimos-50-anos.shtml>) e a norte-americana Harper Lee (<https://www1.folha.uol.com.br/asmais/2016/02/1741086-o-que-voce-precisa-ler-para-conhecer-a-escritora-harper-lee.shtml>), entre outros.

Procurado pela **Folha**, o governo do estado diz que não houve censura ou veto e que não faz juízo de valor dos livros escolhidos pelo projeto.

O programa Remição em Rede, uma parceria do governo com a empresa Jnana Consultoria, o grupo Mulheres do Brasil e as editoras Record, Planeta,

Todavía e Boitempo, implementou clubes de leitura em dez penitenciárias na gestão Márcio França (PSB). Na primeira fase do projeto, de setembro de 2018 a agosto de 2019, houve participação de 200 presos.

Além de estimular a leitura, o programa contribuiu para a chamada remição da pena, que consiste na possibilidade de o presidiário abreviar o tempo de cumprimento de sua pena por meio do estudo.



O governador de São Paulo, João Dória (PSDB), durante evento em novembro de 2019 - Zanone Fraissat - 11.nov.2019/Folhapress

Cada livro lido pode diminuir a pena em quatro dias. O preso pode ler 12 livros por ano e conseguir com isso até 48 dias de remição da pena. Para isso, ele também precisa escrever uma resenha, que é encaminhada ao juiz regional para que seja efetivada a diminuição da pena.

PUBLICIDADE

Em julho de 2019, o governo do estado renovou o programa Remição em Rede por mais 12 meses. O objetivo era ampliar o alcance para 400 presos, incluindo mais dez presídios.

No mês seguinte, as quatro editoras participantes doaram 240 exemplares de 12 títulos, que seriam acrescentados à biblioteca circulante já existente.

Os livros, no entanto, não foram remetidos pela Funap aos presídios. Em dezembro, as organizadoras do projeto solicitaram uma reunião com a fundação, órgão do governo responsável por desenvolver programas sociais nos presídios, para entender o que estava acontecendo.

“Nos avisaram ali que a lista de livros havia sido riscada na íntegra pelo diretor executivo da instituição, o coronel Henrique Pereira de Souza Neto”, afirma a educadora Janine Durand, articuladora do projeto, que tem custo zero para o poder público.

“Depois falaram que o problema estava concentrado em três obras, mas não nos informaram em quais”, afirma. “Essa situação toda nos deixou estupefatos.”

Em razão dos protestos contra a censura, disse Janine, a Funap pediu o envio de uma mensagem de texto com uma justificativa para a escolha de cada um dos livros, o que ocorreu na mesma semana.

A resposta veio no dia 3 de dezembro. Reginaldo Caetano da Silva, superintendente da diretoria de atendimento e promoção humana da Funap, declarou que a justificativa seria encaminhada à chefia de gabinete do instituição.

No texto, o diretor afirma que havia sido indicado “um título que, diante das novas propostas da gestão atual, não atende ao que se espera para a população atendida pela Funap.” Ele não revela no email qual é a obra censurada.

Doze livros formam a lista: “As Cartas Que Não Chegaram”, de Maurício Rosencof (<https://sylviacolombo.blogfolha.uol.com.br/2019/01/01/uma-noite-de-12-anos-e-a-literatura-de-rosencof/>); “Vá, Coloque Um Vigia”, de Harper Lee (<https://www1.folha.uol.com.br/asmais/2016/02/1741086-o-que-voce-precisa-ler-para-conhecer-a-escritora-harper-lee.shtml>); “Crônica De Uma Morte Anunciada”, de Gabriel Garcia Márquez (<https://www1.folha.uol.com.br/turismo/2017/10/1928085-siga-as-marcas-da-vida-e-da-obra-de-gabriel-garcia-marquez-em-cartagena.shtml>); “O Estrangeiro”, de Albert Camus (<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2019/06/camus-encontrou-no-futebol-uma-saida-para-o-absurdo-da-vida.shtml>); “O Fim de Eddy”, de Édouard Louis (<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2018/06/nao-ha-como-sair-incolume-do-autobiografico-o-fim-de-eddy-de-edouard-louis.shtml>); “O Amor Que Sinto Agora”, de Leila Ferreira; “Bonsai”, de Alejandro Zambra (<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/12/alejandro-zambra-escreve-sobre-as-manifestacoes-que-tomam-o-chile-desde-outubro.shtml>); “Caderno de Memórias Coloniais”, de Isabela Figueiredo (<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2018/07/estava-a-escrever-uma-coisa-que-era-uma-bomba-diz-isabela-figueiredo.shtml>); “O Quarto Branco”, de Gabriela Aguerre; “Enquanto Os Dentes”, de Carlos Eduardo Pereira (<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2017/12/1940930-obra-emaranha-o-passado-e-o-presente-de-homem-marginalizado.shtml>); “Cabo de Guerra”, de Ivone Benedetti (<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2016/07/1796825-narrador-delator-sem-culpa-torna-cabo-de-guerra-perturbador.shtml>); e “Paisagem de Outono”, de Leonardo Padura (<https://www1.folha.uol.com.br/fronteiras-do-pensamento/2019/07/escritor-leonardo-padura-analisa-mudancas-em-cuba-nos-ultimos-50-anos.shtml>).

Os livros compõem um amplo leque de temas e pode ser difícil apontar os conteúdos que teriam desagradado a direção do órgão do governo do estado. O romance "Cabo de Guerra" (<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2016/07/1796825-narrador-delator-sem-culpa-torna-cabo-de-guerra-perturbador.shtml>), da editora Boitempo, tem como narrador da história um agente de governo infiltrado nos grupos de esquerda durante a ditadura militar brasileira.

Crítica do livro publicada na (<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2016/07/1796825-narrador-delator-sem-culpa-torna-cabo-de-guerra-perturbador.shtml>) **Folha** (<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2016/07/1796825-narrador-delator-sem-culpa-torna-cabo-de-guerra-perturbador.shtml>) aponta que "o que mais atordo[a] [no livro] não é a brutalidade dos militares, mas a passividade do protagonista. A ausência de culpa sobre os atos que levam à morte de diversas pessoas é transtornante".

Padura é um dos mais importantes escritores cubanos de sua geração, para citar outro possível óbice para os avaliadores da Funap. "Paisagem de Outono", da Boitempo, faz parte da tetralogia "Estações Havana", na qual as investigações criminais do protagonista Mario Conde são utilizadas por Padura para desvelar sua visão sobre a sociedade de Cuba.

"O Fim de Eddy", da editora Tusquets, é o relato de um processo de formação "marcado pela descoberta sofrida da homossexualidade num ambiente social asfixiante, no qual a fome e a miséria moldavam o cotidiano das pessoas", segundo análise publicada na **Folha** (<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2018/06/nao-ha-como-sair-incolume-do-autobiografico-o-fim-de-eddy-de-edouard-louis.shtml>).

Marisa Cesar, CEO do Grupo Mulheres do Brasil, que integra o projeto, afirma "que a leitura ajuda no desenvolvimento e no despertar do estudo". Ela lamenta a censura.

Criado em 2013 por 40 mulheres de diferentes segmentos, o grupo é presidido pela empresária Luiza Helena Trajano, da rede Magazine Luiza.

Cassiano Elek Machado, diretor editorial da Planeta, afirma que censurar um livro é algo nocivo, abominável e também pouco inteligente. "Acaba promovendo a própria obra", afirma. Machado cita o caso Paulo Freire. "Com a

perseguição absurda que ele sofre nos dias de hoje, seus livros estão vendendo muito mais.”

Em dezembro, diante da medida adotada pelo governo, as organizadoras do projeto solicitaram a devolução dos livros doados.

“Agradecemos a colaboração e permanecemos à disposição para qualquer outro esclarecimento”, respondeu a Funap na mensagem em que comunicou a restituição.

OUTRO LADO

Em nota, a gestão Doria afirma que “não faz juízo de valor dos livros” e ressalta que “não há nenhum tipo de censura ou veto a livros”.

“As publicações são dos mais diversos gêneros literários, origens e matizes ideológicos. Entre os autores estão George Orwell, Franz Kafka, Gabriel García Márquez; Ernest Hemingway, Mia Couto, José Saramago, Machado de Assis, Jorge Amado, Luiz Ruffato, Marcelo Rubens Paiva, Marçal Aquino, Fernando Moraes, Patrícia Campos Mello, Aldous Huxley, Jack London, Ian McEwan e J.M. Coetzee”, diz o texto enviado pela assessoria de comunicação da Funap.

O governo do estado acrescenta que “faz um rodízio de títulos e é possível que os livros sugeridos entrem futuramente para remição pela leitura”.

“Os detentos podem ter acesso aos outros 650 mil livros que estão disponíveis nas bibliotecas das unidades prisionais. Por isso, não há nenhum tipo de censura ou veto a livros. Será realizada uma reunião amanhã (12) com a colaboradora que sugeriu os títulos para debater a inclusão das publicações. O encontro estava agendado para ontem (10), mas não foi realizado por causa das chuvas que atingiram a capital”, completa a nota.

TENDÊNCIA

A medida do governo paulista encaixa-se em contexto mais amplo de censura a obras artísticas no Brasil.

No começo do mês, a Secretaria de Educação de Rondônia distribuiu um memorando e uma lista de livros para serem recolhidos das escolas

(<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/bruno-boghossian/2020/02/censura-de-livros-em-rondonia-e-produto-de-uma-maquina-reacionaria.shtml>) por conterem o que foi definido como "conteúdos inadequados" a crianças e adolescente. A pasta voltou atrás após questionamentos à medida.

A lista das obras censuradas incluía 43 títulos, de autores como Caio Fernando Abreu, Carlos Heitor Cony, Euclides da Cunha, Ferreira Gullar, Nelson Rodrigues, Rubem Fonseca, Franz Kafka, Mário de Andrade e Machado de Assis.

No ano passado, diversos espetáculos foram atacados ou censurados pelo governo federal, sob comando de Jair Bolsonaro, ou por algum de seus órgãos.

Parte deles, como o músico Arnaldo Antunes, a peça "Res Publica 2023"

(<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2019/10/peca-vetada-pela-funarte-faz-da-dificuldade-uma-bandeira.shtml>), pôsteres de filmes nacionais que estavam nos corredores e no site da Ancine (Agência Nacional de Cinema) e o longa-metragem "Bruna Surfistinha", foi reunida em festival contra a censura (<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2019/12/festival-contra-censura-em-sp-tera-dj-rennan-da-penha-arnaldo-antunes-e-pecas-de-teatro-vetadas.shtml>) promovido pela Prefeitura de São Paulo em janeiro de 2020.

sua assinatura pode valer ainda mais

Você já conhece as vantagens de ser assinante da Folha? Além de ter acesso a reportagens e colunas, você conta com newsletters exclusivas (conheça aqui (<https://login.folha.com.br/newsletter>)). Também pode baixar nosso aplicativo gratuito na Apple Store (https://apps.apple.com/br/app/folha-de-s-paulo/id943058711?utm_source=materia&utm_medium=textofinal&utm_campaign=appletextocurto) ou na Google Play (https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.folha.app&hl=pt_BR&utm_source=materia&utm_medium=textofinal&utm_campaign=androidtextocurto) para receber alertas das principais notícias do dia. A sua assinatura nos ajuda a fazer um jornalismo independente e de qualidade. Obrigado!

12. TAXAR LIVROS É CENSURA TRIBUTÁRIA - 2021

14/12/2023, 16:54

Taxar livros é censura tributária - 28/04/2021 - Maria Inês Dolci - Folha

FOLHA DE S.PAULO

Maria Inês Dolci (/colunas/mariaines/)

Advogada especializada na área da defesa do consumidor.

SEGUIR 



FOLHAJUS ([HTTPS://WWW1.FOLHA.UOL.COM.BR/PODER/FOLHAJUS/](https://www1.folha.uol.com.br/poder/folhajujs/))

Taxar livros é censura tributária

Famílias de baixa renda leem pouco porque falta dinheiro para comprar livros

28.abr.2021 às 13h42

Estudo da Receita Federal propõe que os livros sejam taxados em 12% na reforma tributária (<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2021/04/receita-federal-diz-que-pobres-nao-leem-livros-e-defende-aumentar-tributacao.shtml>), sob o argumento de que não são lidos pelos brasileiros mais pobres. Atenção: famílias de baixa renda leem pouco porque falta dinheiro para comprar livros.

Além disso, o conjunto de bibliotecas públicas é insuficiente para o porte do país, e elas estão concentradas em algumas cidades e regiões.

Segundo dados de 2019, havia pouco mais de seis mil bibliotecas públicas no Brasil, praticamente o mesmo número da Itália, cuja população equivale a 28% da brasileira.

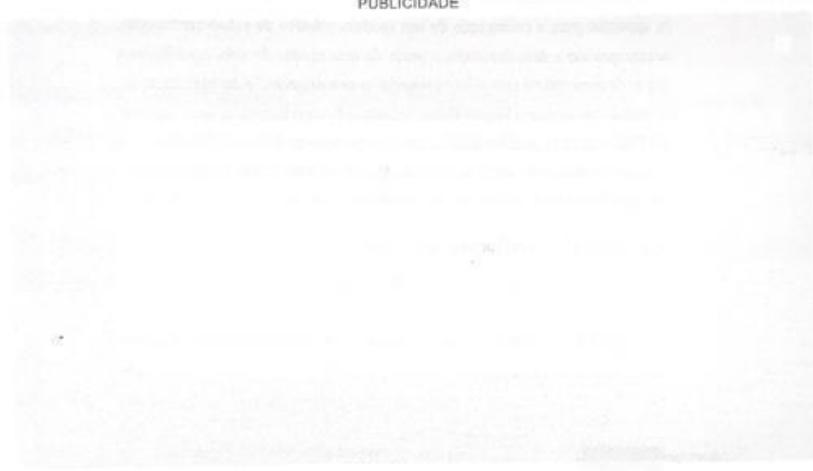
Encarecer os livros faria com que mais livrarias fechassem as portas. Também aumentaria as despesas do Ministério da Educação, que compra 150 milhões de

livros por ano. Dessa forma, efetivamente, só famílias de alta renda teriam acesso à leitura.

Nações são construídas a partir do conhecimento, que depende fundamentalmente da leitura. Não há sentido, portanto, em tornar os livros mais caros. Deveriam, ao contrário, ser mais baratos, e a leitura incentivada, para também se tornar hábito da população de baixa renda.

Uma boa iniciativa na oferta de livros mais acessíveis, sem ação governamental, é a Estante Virtual, portal de comércio eletrônico que reúne sebos de todos os recantos do País. Nesta terça-feira pela manhã, havia mais de 19 milhões de livros à venda, de 2.699 livreiros.

PUBLICIDADE



Estimular a leitura teria de ser um projeto de nação. Somente o conhecimento nos ajuda a combater disparates como as fake news, o negacionismo da pandemia, o terraplanismo e a defesa de medicamentos como a cloroquina para combater a Covid-19 (sem recomendação científica).

O atual período do século 21 é marcado pela preocupação com o meio ambiente e a diversidade, e por avanços tecnológicos diários, como o uso de algoritmos, robôs e inteligência artificial. A base para tudo isso começa nos bancos escolares (ainda que virtuais, devido à necessidade de distanciamento social), e na leitura dos mais variados livros.

Três em cada 10 brasileiros entre os 15 e os 64 anos têm dificuldade para ler e interpretar textos, identificar ironias e fazer operações matemáticas simples. Os dados, de 2018, são do INAF (Indicador de Alfabetismo Funcional), parceria da ONG Ação Educativa e do Instituto Paulo Montenegro.

O consumo de livros, portanto, não é simplesmente mais um item de relações comerciais. É a cesta básica da mente, do desenvolvimento e da cidadania, assim como arroz, feijão, óleo, sal, açúcar e café estão entre os itens da cesta básica alimentar.

A propósito, deveríamos saber muito mais sobre os perfis socioeconômico, demográfico e cultural dos brasileiros, inclusive seus hábitos de leitura, mas, infelizmente, não haverá censo este ano, devido ao corte de verbas pelo governo federal (<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2020/07/reforma-de-guedes-abre-caminho-para-volta-da-tributacao-de-livros.shtml>).

Livros só incomodam regimes, facções e grupos autoritários. Alguns até criaram índice de obras proibidas. Em determinados períodos da história, elas foram destruídas nas fogueiras do arbítrio.

Portanto, em lugar de propor mais tributos, por favor, leiam mais. Leiam muito mais, e facilitem o acesso à leitura a todas e a todos.

sua assinatura pode valer ainda mais

Você já conhece as vantagens de ser assinante da Folha? Além de ter acesso a reportagens e colunas, você conta com newsletters exclusivas (conheça aqui (<https://login.folha.com.br/newsletter>)). Também pode baixar nosso aplicativo gratuito na Apple Store (https://apps.apple.com/br/app/folha-de-s-paulo/id943058711?utm_source=materia&utm_medium=textofinal&utm_campaign=appletextocurto) ou na Google Play (https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.folha.app&hl=pt_BR&utm_source=materia&utm_medium=textofinal&utm_campaign=androidtextocurto) para receber alertas das principais notícias do dia. A sua assinatura nos ajuda a fazer um jornalismo independente e de qualidade. Obrigado!

13. JUSTIÇA PROÍBE PALMARES DE DOAR LIVROS E CAMARGO CRIA 'ACERVO DA VERGONHA' - 2022

12/12/2023, 17:20

Justiça proíbe Palmares de doar livros e Camargo cria 'acervo da vergonha' - 08/01/2022 - Ilustrada - Folha

FOLHA DE S. PAULO

FOLHAJUS ([HTTPS://WWW1.FOLHA.UOL.COM.BR/PODER/FOLHAJUS/](https://www1.folha.uol.com.br/poder/folhajus/))

Justiça proíbe Palmares de doar livros e Camargo cria 'acervo da vergonha'

Após decisão, presidente da instituição separou obras consideradas esquerdistas em sala com símbolo do comunismo

8.jan.2022 às 16h37

SÃO PAULO A Justiça Federal proferiu uma sentença na sexta-feira (7) proibindo de forma definitiva a Fundação Palmares

(<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2020/06/fundacao-palmares-censura-biografias-de-liderancas-negras-historicas-em-seu-site.shtml>) de excluir boa parte de seu acervo, considerado de esquerda pelo presidente da instituição, Sergio Camargo (<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2021/10/sergio-camargo-foi-acusado-de-assedio-moral-anos-antes-de-comandar-a-palmares.shtml>).

A informação foi publicada pelo jornal O Globo (<https://oglobo.globo.com/cultura/em-sentenca-definitiva-contra-sergio-camargo-justica-proibe-fundacao-palmares-de-doar-acervo-1-25345064>), apontando que as partes ainda serão intimadas. Diante da decisão, Camargo foi às redes sociais neste sábado (8) mostrar o espaço reservado para as tais publicações.

"Teremos um cercadinho para os livros desviantes da missão institucional da Palmares, na futura biblioteca na nova sede da instituição", escreveu. "Os livros delinquentes ficarão no fundo da biblioteca, à esquerda de quem entra, identificados com a placa 'Acervo da Vergonha'".

A doação de itens como livros, cartazes e folhetos já tinha recebido proibição em junho do ano passado, na forma de uma decisão provisória, que estipulava

uma multa de R\$ 500 por item doado irregularmente.

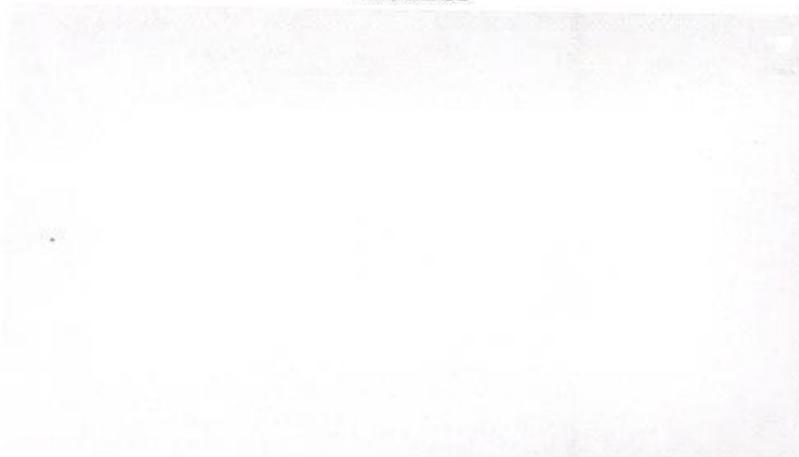
Essa primeira decisão veio após, no mesmo mês, Camargo ter gerado polêmica ao divulgar um relatório chamado "Retrato do Acervo: A Doutrinação Marxista"

(<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2021/06/fundacao-palmares-faz-cruzada-ideologica-e-deve-excluir-metade-do-seu-acervo.shtml?origin=folha>), no qual destacava obras que iam de Marx e Engels, a H. G. Wells e Marco Antonio Villa.

Segundo o relatório, 54% do acervo, cerca de 5.300 livros, contém temas como "sexualização de crianças, ideologia de gênero, pornografia e erotismo, manuais de guerrilha, manuais de greve, manuais de revolução, bandidolatria, bizarras".

Conforme o Ministério Público Federal já tinha declarado, a conduta de Camargo "apresenta-se atentatória ao patrimônio cultural", e a decisão definitiva proferida na sexta complementa que o presidente quer "destruir algo com valor patrimonial está associado a um ideal político, religioso ou mesmo cultural".

PUBLICIDADE



Anteriormente, porém, o próprio Camargo já havia publicado nas redes que desistira de fazer a doação do acervo, pois ele já virara "atração". "Não se deve doar aquilo que não presta. O legado desonroso das gestões petistas precisa ser lembrado para sempre. E assim será!", escreveu.

14. LIVRO DE MARÇAL AQUINO É RETIRADO DE LISTA DE VESTIBULAR APÓS POLÊMICA COM DEPUTADO. - 2023

14/12/2023, 16:59

Livro de Marçal Aquino é retirado de lista de vestibular - 01/05/2023 - Ilustrada - Folha

FOLHA DE S.PAULO

LIVROS ([HTTPS://WWW1.FOLHA.UOL.COM.BR/ILUSTRADA/LIVROS/](https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/livros/))

Livro de Marçal Aquino é retirado de lista de vestibular após polêmica com deputado

Universidade de Rio Verde, a UniRV, cortou 'Eu Receberia as Piores Notícias dos Seus Lindos Lábios' das obras indicadas

1º.mai.2023 às 14h18

SÃO PAULO A Universidade de Rio Verde, a UniRV, em Goiás, decidiu retirar um livro do escritor Marçal Aquino (<https://search.folha.uol.com.br/search?site=online&q=%2522mar%25E7al+aquino%2522&src=redacao>) de sua lista de obras indicadas para seus vestibulares. "Eu Receberia as Piores Notícias dos Seus Lindos Lábios", publicado em 2005 pela editora Companhia das Letras, virou alvo de polêmica depois de um vídeo publicado pelo deputado federal Gustavo Gayer, do PL, (<https://www1.folha.uol.com.br/folha-topicos/pl/>) no Instagram.

Segundo Gayer, a obra apresenta "conteúdo literário pornográfico".



O escritor e roteirista Marçal Aquino posa para foto em sua casa, em São Paulo - Karime Xavier/Folhapress

"Por que pé de maconha, (<https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/cannabis-medicinal/2019/>) xoxota e pau estão fazendo parte de um livro, um conteúdo literário, para que seja feita uma prova para ingressar na faculdade?", pergunta o deputado no vídeo.

Em nota de 26 de abril, a universidade afirma que a composição das provas dos processos de vestibulares fica sob a responsabilidade de "uma banca de professores, atuantes em escolas públicas e particulares de todo o país".

"A estes professores compete a indicação das obras literárias e elaboração das questões, observando o conteúdo programático das disciplinas do núcleo comum do ensino médio", ([https://busca.folha.uol.com.br/search?](https://busca.folha.uol.com.br/search?q=ensino%20medio&site=online&sr=1&results_count=15457&search_time=0%2C006&url=http%3A%2F%2Fbusca.folha.uol.com.br%2Fsearch%3Fq%3Densino%2520medio%26site%3Donline%26sr%3D76)

[q=ensino%20medio&site=online&sr=1&results_count=15457&search_time=0%2C006&url=http%3A%2F%2Fbusca.folha.uol.com.br%2Fsearch%3Fq%3Densino%2520medio%26site%3Donline%26sr%3D76](https://busca.folha.uol.com.br/search?q=ensino%20medio&site=online&sr=1&results_count=15457&search_time=0%2C006&url=http%3A%2F%2Fbusca.folha.uol.com.br%2Fsearch%3Fq%3Densino%2520medio%26site%3Donline%26sr%3D76)) diz o texto.

PUBLICIDADE

"Em relação ao livro do autor Marçal Aquino, trata-se de uma obra da literatura brasileira contemporânea, trabalhada nos principais cursinhos pré-vestibulares e presente na lista obrigatória de diversos concursos do país, motivo pelo qual a banca o teria indicado para o vestibular da UniRV. Porém, a Coordenação do Vestibular, ao tomar ciência do conteúdo do livro e da polêmica gerada, decidiu pela exclusão imediata da referida obra da lista literária indicada para o vestibular."

Em 2011, "Eu Receberia as Piores Notícias dos Seus Lindos Lábios" foi transformado em filme pelos diretores Beto Brant e Renato Ciasca, com a atriz Camila Pitanga (<https://www1.folha.uol.com.br/folha-topicos/camila-pitanga/>) no papel principal.

Em nota, a editora Companhia das Letras, (<https://busca.folha.uol.com.br/search?site=online&q=%22Companhia+das+Letras%22&src=redacao>) responsável pela publicação do livro, disse repudiar "qualquer tipo de censura".

"E, diante de uma situação como essa, declara seu apoio a Marçal Aquino, autor vencedor do prêmio Jabuti e com obras lançadas na Alemanha, na Espanha, na França, no México, em Portugal e na Suíça", comentou, em postagem no Instagram.

A Academia Brasileira de Letras também se manifestou. "A Academia se solidariza com o escritor Marçal Aquino e deplora a censura de que foi alvo seu romance 'Eu Receberia as Piores Notícias dos Seus Lindos Lábios'. Engajamo-

nos ao lado de todos os que desejam revogar a arbitrária proibição", escreveu nas redes sociais.

"Acata-se a opinião de um deputado, que não é a pessoa mais apropriada para julgar se o livro é adequado ou não para o vestibular - diz Aquino. - Se a pressão de um deputado é maior do que sua própria comissão avaliadora, então colocaram sob suspeição todos os demais livros do vestibular. Recusam o debate e simplesmente censuraram. A cara do Brasil de hoje", disse Aquino ao jornal O Globo.

sua assinatura pode valer ainda mais

Você já conhece as vantagens de ser assinante da Folha? Além de ter acesso a reportagens e colunas, você conta com newsletters exclusivas (conheça aqui (<https://login.folha.com.br/newsletter>)). Também pode baixar nosso aplicativo gratuito na Apple Store (https://apps.apple.com/br/app/folha-de-s-paulo/id943058711?utm_source=materia&utm_medium=textofinal&utm_campaign=appletextocurto) ou na Google Play (https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.folha.app&hl=pt_BR&utm_source=materia&utm_medium=textofinal&utm_campaign=androidtextocurto) para receber alertas das principais notícias do dia. A sua assinatura nos ajuda a fazer um jornalismo independente e de qualidade. Obrigado!

ENDEREÇO DA PÁGINA

<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2023/05/livro-de-marcal-aquino-e-retirado-de-lista-de-vestibular-apos-polemica-com-deputado.shtml>

notícias da folha no seu email

Recomendadas para você

(<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2023/11/marina-sena-com-roupa-infantil-acende-debate-sobre-limites-de-secoes-em-lojas.shtml>)

Marina Sena com roupa infantil acende debate sobre limites de seções em lojas